

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

REGIANE APARECIDA DA CRUZ

**ARQUIVOS, MEMÓRIA ESCOLAR E HISTÓRIA PÚBLICA: MEMORIAL DO
COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA DE UBIRATÃ-PARANÁ**

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

REGIANE APARECIDA DA CRUZ

**ARQUIVOS, MEMÓRIA ESCOLAR E HISTÓRIA PÚBLICA: MEMORIAL DO
COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA DE UBIRATÃ-PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaços de Formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Dr. Federico José Alvez Cavanna

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DA CRUZ, REGIANE APARECIDA
ARQUIVOS, MEMÓRIA ESCOLAR E HISTÓRIA PÚBLICA:
MEMORIAL DO COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA DE
UBIRATÃ-PARANÁ / REGIANE APARECIDA DA CRUZ. --
Campo Mourão-PR, 2023.
121 f.: il.

Orientador: Frederico José Alvez Cavanna.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2023.

1. História Pública. 2. Arquivos escolares. 3.
Centro Memorial Digital. 4. Publicizar e Interagir.
I - Alvez Cavanna, Frederico José (orient). II -
Título.

REGIANE APARECIDA DA CRUZ

**ARQUIVOS, MEMÓRIA ESCOLAR E HISTÓRIA PÚBLICA: MEMORIAL DO
COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA DE UBIRATÃ-PARANÁ**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Federico José Alvez Cavanna - Doutor em História – UNESPAR – Campo Mourão

Dr. Jorge Pagliarini Junior - Doutor em História – UNESPAR – Campo Mourão

Dr(a). Alexandra Padilha Bueno - Doutora em Educação – UNESPAR – Paranaguá

BANCA SUPLENTE

Dr. Fábio André Hahn - Doutor em História Social – UNESPAR – Campo Mourão.

Data de Aprovação

___/___/_____

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e saúde. Por me fortalecer perante os desafios encontrados nessa jornada.

Agradeço imensamente ao meu Professor Orientador Federico Alvez Cavanna que sempre se mostrou disponível, paciente e pontual nas suas orientações, considerou as dificuldades que enfrentei na vida pessoal e nos estudos, compreensivo e incentivador, possibilitou aprendizagem através da sua orientação. Sou admiradora de sua sabedoria e dedicação.

Meus agradecimentos aos Professores Jorge Pagliarini Junior e Alexandra Padilha Bueno, por participarem da minha qualificação e pelas palavras generosas e pontuais, que contribuíram para a finalização da pesquisa.

Gratidão a todos meus colegas de mestrado, em especial as amigas Driely, Liége e Thais, sempre presentes mesmo que de forma virtual. Agradeço ao grupo que criamos, nas trocas de experiências, nas lamentações, que me alegravam e incentivavam quando eu me sentia desanimada, grata a esse vínculo que será eterno.

Agradeço à minha família, Pai, Mãe e meus filhos, Eloah e Lorenzo pelo apoio, mesmo nas horas que precisei me ausentar e abrir mão de estar junto deles para me dedicar ao estudo que realizei concomitante ao trabalho. Grata por me amparar e me compreender.

Gratidão às pessoas de meu convívio, Márcio Juliano, Rodrigo, Bianca, Larissa, Mikaely, Sandra, Sonia, Acássio e Angela sempre queridos, estiveram à disposição para me ajudar, e nos dias mais tensos diante dos desafios foram fonte de incentivo e acalento, e com muita ternura contribuíram de uma forma ou outra para que eu conseguisse chegar até aqui.

Grata ao acolhimento do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubitatã, representado pelo Diretor Professor Sebastião Osmar Beraldo e demais integrantes da Equipe Escolar, aos alunos, comunidade escolar, ex-alunos, ex-funcionários que acolheram o desenvolvimento do projeto e sempre me incentivaram trazendo fontes materiais e imateriais para enriquecer meu trabalho, essa parceria foi fundamental para a realização desse trabalho.

Aos colegas, Professores e Funcionários das escolas em que trabalho, Escola Municipal Professor Furusato Tomio e Colégio Estadual Quintino Bocaiuva, por me ajudarem nos momentos em que precisei.

A todos nomeados ou não aqui, fica minha eterna gratidão. Retornar aos bancos acadêmicos após tantos anos foi um desafio, porém, um sonho realizado. Agradeço infinitamente a oportunidade de retomar minha jornada acadêmica e poder aprender tanto com esse Programa de Pós-Graduação, que eu possa de alguma forma retribuir multiplicando os saberes aqui adquiridos.

RESUMO

CRUZ, Regiane Aparecida da. **Arquivos, Memória Escolar e História Pública: Memorial do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubitatã-Paraná.** 121f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023.

Resumo: A presente pesquisa abarca a análise dos arquivos e memórias escolares do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubitatã desde o ano de 1960, considerando os arquivamentos institucionais, múnus públicos, preservação, acessibilidade e edificação. A preocupação presente no tema se dá na perspectiva da História Pública e História digital no desejo de potencializar a construção do conhecimento histórico "vivo" para além de uma concepção de "arquivo escolar morto", meramente administrativo, buscando difundir o conhecimento proeminente, dialogando com o movimento da História Pública [...] a história para o público, com o público, feita pelo público (MAUAD In SANTHIAGO,2016), promovendo o diálogo e interação com amplas audiências. Utilizaram-se como fontes as pesquisa bibliográfica, entrevistas, relatos e registros pessoais da comunidade local, o que permitiu intuir que a construção de processos históricos amplos perpassa para além dos arquivos contidos apenas nas dependências da escola, elas ampliam-se nas memórias e contribuições do público em histórias vividas e muitas vezes não contadas, impetrando "personagens" históricos, pessoas que possivelmente de outra maneira permaneceriam anônimas na historiografia escolar. "contribuindo para o acesso de um público maior, e também de forma participativa" (NOIRET, 2014). Propomos então, a criação de um Centro Memorial Digital, para preservação, conservação e circulação de informações, que por meio de ferramentas digitais, promovam o diálogo e um espaço de interação entre pesquisadores, escola e público para além de arquivamentos burocráticos. Entendendo que "Um arquivo escolar não está determinado pelo consumir, nem pelo usar, mas na possibilidade de colocar acima da mesa coisas que se transformam em maravilhas, [...] para serem cuidadas, para prestar atenção, coisas interessantes por si mesmas apresentadas de forma pública". (LARROSA, 2021). Uma forma de contribuição na construção dialógica do conhecimento histórico e inserção crítica na história, em que o indivíduo assuma uma posição de sujeito transformador.

Palavras chave: História Pública; Arquivos escolares; Centro Memorial Digital: Publicizar e Interagir.

ABSTRACT

Abstract: This research encompasses the analysis of archives and school memories at Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubiratã since 1960, considering institutional archives, public functions, preservation, accessibility and construction. The concern present in the theme is from the perspective of Public History and Digital History in the desire to enhance the construction of "living" historical knowledge beyond a concept of a "dead school archive", merely administrative, seeking to disseminate prominent knowledge, dialoguing with the Public History movement [...] history for the public, with the public, made by the public (MAUAD In SANTHIAGO,2016), promoting dialogue and interaction with broad audiences. Bibliographical research, interviews, reports and personal records from the local community were used as sources, which allowed us to intuit that the construction of broad historical processes goes beyond the archives contained only on the school premises, they are expanded in the memories and contributions of the public in lived and often untold stories, introducing historical "characters", people who would possibly otherwise remain anonymous in school historiography. "contributing to access for a larger public, and also in a participatory way" (NOIRET, 2014). We therefore propose the creation of a Digital Memorial Center, for the preservation, conservation and circulation of information, which, through digital tools, promotes dialogue and a space for interaction between researchers, schools and the public beyond bureaucratic filings. Understanding that "A school archive is not determined by consumption, nor by use, but by the possibility of placing things on the table that become marvels, [...] to be looked after, to pay attention to, interesting things in themselves presented in a public way." (LARROSA, 2021). A form of contribution to the dialogical construction of historical knowledge and critical insertion in history, in which the individual assumes a position of transforming subject.

Keywords: Public History; School archives; Digital Memorial Center: Publish and Interact.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Registro da Inauguração da Escola Quintino Bocaiuva.....	40
Figura 2: Página Visual Studio.....	68
Figura 3: Arquivos Computador Particular	69
Figura 4: Página criada no Github.....	71
Figura 5: Página do Forms contida no Site	73
Figura 6: Página de Capa do Site	75
Figura 7: Diário Oficial do Decreto de Criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Ubiratã	87
Figura 8: Preâmbulo do Histórico Institucional	87
Figura 9: Preâmbulo do Histórico Institucional	88
Figura 10: População de Ubiratã no período de 1960 a 2010	88
Figura 11: Taxa de Orçamento Demográfico.....	89
Figura 12: Taxa de Orçamento Demográfico.....	89
Figura 13: Resolução de Homologação	89
Figura 14: Resolução de Homologação	89
Figura 15: Resolução de Reconhecimento de Curso.....	90
Figura 16: Cronograma do Histórico Institucional	90
Figura 17: Resolução de funcionamento do Programa de Educação Especial na área de Deficiência Mental	91
Figura 18: Resolução de autorização do Curso de 2º Grau na modalidade Supletivo- Suplência na Educação Geral Fase III.....	91
Figura 19: Relação Das Primeiras Atividades Escolares De Ubiratã.....	92
Figura 20: Registro da Inauguração da Escola Quintino Bocaiuva	92
Figura 21: Registro da Inauguração da Escola Quintino Bocaiuva	93
Figura 22: Registro da Primeira Diretora da Escola Quintino Bocaiuva	94
Figura 23: Registro da Equipe de Primeiros Professores da Escola Quintino Bocaiuva	94
Figura 24: Registro da Ata de Exame de 1961 da Escola Quintino Bocaiuva.....	95
Figura 25: Registro da Ata de Posse de Direção 1962 da Escola Quintino Bocaiuva	95
Figura 26: Registro da Ampliação de Prédio da Escola Quintino Bocaiuva	96
Figura 27: Registro da Comemoração do Dia do Professor da Escola Quintino Bocaiuva	96
Figura 28: Registro do Livro de Matrícula de 1967 da Escola Quintino Bocaiuva.....	97
Figura 30: Registro das Turmas e Notas da Escola Quintino Bocaiuva	98

Figura 31: Registro do 1º Plano Municipal de Educação.....	98
Figura 32: Registro do Mapa do Município	99
Figura 33: Registro da Distribuição de Alunos do Município	100
Figura 34: Registro Da Implantação da Unidades Escolares no Plano de Educação.....	100
Figura 35: Registro da Ampliação da Escola Quintino Bocaiuva.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA PÚBLICA E ARQUIVO ESCOLAR	20
CAPITULO 2 - CONHECENDO O COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA DE UBIATÃ ATRAVÉS DOS SEUS ARQUIVOS.	38
2.1 O Colégio e os arquivos.....	46
CAPÍTULO 3 - HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL E TIC: PRESERVAR, PUBLICIZAR E INTERAGIR – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO CENTRO MEMORIAL DIGITAL DO COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA	56
3.1 História Pública, Instituição escolar e Tic's.....	56
3.2 Da Proposta do Centro Memorial Digital	62
3.3 A Elaboração da Página do Centro Memorial e História Pública	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
FONTES	79
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	87

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar arquivos e memórias escolares do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubiratã, desde o ano de 1960. Propomos junto à comunidade escolar e local discutir a temática dos arquivos escolares e sua preservação documental por meio de plataformas digitais pensando no cuidado, na construção coletiva e na divulgação dos acervos. Para isto apresentaremos no primeiro capítulo um debate sobre os arquivos escolares, os desafios que traz o olhar da História Pública e a transmissão/renovação das memórias escolares, democratizando o entendimento do passado e sua ressignificação no tempo presente. No capítulo seguinte realizamos um mapeamento dos tipos de arquivos escolares que atualmente existem no Colégio através de pesquisas documentais, pesquisa de campo no acervo pessoal da comunidade e de entrevistas. Por fim, no último capítulo pensamos na ampliação dos debates na História Pública Digital como campo de memórias compartilhadas, reconhecendo que as narrativas históricas devem ter uma maior abrangência do apenas meramente administrativa, propondo a criação de um Centro Memorial Digital.

Como apresentaremos no capítulo III a proposta principal é a criação de uma página na web (site: <https://regianacruz23.github.io/historiapublicaememorial/>) administrada pela comunidade escolar, com intuito de reunir informações sobre o surgimento, desenvolvimento e permanência da história da Instituição, a fim de rastrear a documentação produzida ao longo da história da escola e de recolher memórias e depoimentos de pessoas envolvidas com essa história como forma de construção histórica com a participação pública que amplie o arquivo existente no colégio e pense de forma mais comunitária o arquivo já existente. A proposta é pensar em uma página na web com arquivos documentais para a *comunização* (no sentido de tornar comum) na construção e o acesso à informação, tornando pública a história de famílias, alunos, ex-alunos, professores, profissionais e toda comunidade local, inserindo um diálogo entre os usuários da internet com ações que buscam o engajamento relacionado com a memória, a identidade e o histórico da comunidade escolar do Colégio Quintino Bocaiuva de Ubiratã-Pr.

Não obstante, como apresentaremos no segundo capítulo, verificamos através da pesquisa nos arquivos institucionais existentes no Colégio que constam informações que são significativas para a vida legal da instituição, assim como informações condizentes com a vida escolar e trabalhista dos que por ali passaram, mas consideramos que a instituição escolar e suas memórias são muito mais que meramente administrativas. Dessa forma, partimos da premissa que ao adentrarmos nos arquivos históricos do Colégio, poderíamos desvendar os critérios de arquivamento das fontes documentais, os registros materiais e imateriais, enfim, analisar e

buscar pela materialidade, enredos e narrativas sobre os arquivos escolares, com a proposta elaboração de um Centro Memorial Digital.

Para contextualizar, começamos com o estudo sobre o Município de Ubitatã, que principiou em meados da década de 1950 quando ainda sobrevivia precariamente dos recursos da produção de hortelã e outras poucas plantações. Os investimentos de novos moradores deram nova configuração e a especialização baseada no setor agrícola, assim passou a projetar o município no cenário econômico e a criar as bases de sustentação da dinâmica regional. Na década de 1960, a instalação de um grupo maior de famílias na região impulsionou a iniciativa de criação oficial de escolas para atender aos recém-chegados. Assim o Colégio Estadual Quintino Bocaiúva (CEQB) de Ubitatã, iniciava então seus trabalhos, instalado então junto aos primórdios da colonização do Município de Ubitatã, por isso é a primeira escola oficial deste município. "Fundada em 1959 (ainda como parte de Campo Mourão) com o nome de Escola Isolada de Ubitatã."

As escolas isoladas representavam outro momento da educação e, comparadas aos grupos escolares, à racionalização e ao controle do trabalho que os caracterizavam, pareciam desajustadas. Essas escolas não eram isoladas apenas por serem classes autônomas, mas também por serem unidades de funcionamento. Embora houvesse uma regulamentação que estabelecia parâmetros para seu funcionamento, elas não apresentavam rigidez, mostrando-se, na maioria das vezes, flexíveis às necessidades locais (ROSSI, 2017, p. 168).

Ubitatã ainda fazia parte da Comarca de Campo Mourão, as terras ainda não colonizadas foram adquiridas pela empresa SINOP em 1954 conforme registro sob. o nº 4.711 do livro 3C do Cartório de Circunscrição imobiliário da Comarca de Campo Mourão (SPERANÇA, SPERANÇA e CARVALHO, 2008). Mesmo em 1948, antes da Emancipação Municipal de Ubitatã ocorrida em julho de 1960, conforme apresentado no Diário Oficial número 162/61. Surge as primeiras professoras estaduais nomeadas em 1960 foram: Evani Batista de Souza Pieczarcka e Noêmia de Oliveira Palma (*in memorian*) e a funcionária Gercy Dalva de Carvalho e alguns outros parceiros que são citadas, porém não estão nomeados no mesmo documento. De acordo com documento dos arquivos escolares, o primeiro diretor da Escola Isolada de Ubitatã foi Waldir Baptista de Miranda, ele atuou de 1961 a 1962 com o cargo de diretor e também inspetor neste período.

O atendimento aos alunos estreou com três pequenas salas de aula, construída em madeira e coberta com telhas de barro, com estilo americana, o prédio era pertencente a colonizadora SINOP. Iniciou-se o processo educacional para os moradores locais a partir de 1957, os alunos eram oriundos do sistema imigratório que se instalavam com a finalidade de colonização das terras demarcadas pela SINOP, o local apresentava simplicidade, porém já contava com a estrutura educacional para atender os filhos dos colonizadores de Ubitatã-Pr.

Os primeiros registros começam a surgir em 1961, entretanto a oficialização do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva aconteceu só em 1962, através do Decreto 10.058/62 de 21 de novembro de 1962. Assim os dados referentes há anos anteriores a essa data foram reclusas e ficaram a cargo da Escola Santo Antônio que disponibilizava maior espaço para arquivamento. O Grupo escolar Escola Santo Antonio segundo documento pessoais, se instalou entre 1960 e 19601, por intermédio também da empresa SINOP, trazida pelo Padre Sebaldo e as Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, e iniciaram também trabalhos educacionais, porém sendo de caráter privado. Trabalhou um tempo em parceria com os alunos que frequentavam a Escola Isolada, e após fundaram a Escola Santo Antônio com atendimento para alunos de 1ª a 4ª série em turnos matutino e vespertino em prédio próprio.

Nos anos de 1970, quando a população saltou de 10.000 habitantes para 40.253 mil habitantes (IBGE, 2010), segundo documento histórico do estabelecimento e depoimento da primeira Professora da escola isolada Evani Batista de Souza Pieczarcka, expõe que em meados de 1957 foi criada a primeira sala de aula com estilo americana para atender os alunos filhos de colonizadores. E com o aumento do número de alunos, em 1959 foi necessário à adaptação para o atendimento de três turnos diário com turmas de 1ª e 2ª série com aulas todos os dias, já as turmas de 3ª e 4ª série tinham aulas em dias alternados. Segundo esses mesmos dados do IBGE (2010), a população, em 1960, era de pouco mais de 10.000 habitantes. Já em 1970 houve um “salto” e chegou a 40.253 habitantes.

Destacamos aqui que em concomitância com documentos e registros, os dados do IBGE e da Prefeitura Municipal, apontam o crescimento populacional do município de Ubitatã-Pr entre os anos de 1960 a 1980, impulsionando investimentos e com isso aumentando as instituições educacionais, porém desde então, iniciou uma diminuição contínua. Em 2000, eram 22.593 habitantes e, em 2007, passou para 21.214 habitantes. De acordo com dados do censo 2010, a população era de 21.547 habitantes, o que significa um pequeno crescimento no último período. Em 2023 a população atual segundo o censo de 2022 é de 24.749 habitantes na cidade de Ubitatã, aumento influenciado pelo investimento em empresas privadas e frente de trabalho. (IBGE, 2022). Assim, o pedido de funcionamento de duas escolas públicas no mesmo município na década de 60 foi importante, para atender estudantes do 1º Grau.

Conforme documento o histórico através de Portaria / Decreto / Diário (p.160) contido na pasta de documentos, em 07 de julho de 1976 foi homologado o parecer nº 012/76 fica aprovado o plano de implantação da Lei nº 5.692/71 Ensino de 1º Grau sendo solicitado pelas unidades escolares Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Ainda, segundo o documento supracitado, em 1977 foi autorizado através do Decreto nº 4002/77 de 11

de julho de 1977, documento o funcionamento Complexo Escolar Presidente Arthur Costa e Silva, resultante da reorganização do Ginásio Estadual Carlos Gomes, Colégio Comercial Estadual de Ubatã e Grupo Escolar Quintino Bocaiúva, sendo denominada Escola Quintino Bocaiúva – Ensino de 1º Grau.

O Colégio Estadual Quintino Bocaiuva durante a década de 60 era o local que atendia a maioria dos filhos da sociedade Ubiratanense, porém, outras escolas foram sendo criadas e se instalando, com isso aos poucos os alunos foram se dividindo com outras escolas, devido ao aumento populacional na década de 70 que estava em ascensão. É nesse momento de ampliação de escolas e divisão e alunos que a até então Escola Estadual Quintino Bocaiuva, experimenta a primeira forma exclusiva. Foi após a criação de outras escolas, que ela mesmo disponibilizando de uma boa estrutura física, uma boa localidade e espaços para atendimento de qualidade aos educandos, não conseguiu manter atendimento a todas as classes sociais. Por atender filhos oriundos de trabalhadores de renda baixa, e com pouco estudo e até mesmo filhos de pais analfabetos, teve dificuldades em manter sua clientela. Os alunos pertencentes às famílias com posses e de uma classe de maior poder aquisitivo foram se evadindo, mudando de escola. Dessa forma, esse espaço educacional foi sendo excluído devido à clientela que atendia, e houve uma diminuição gradativa dos alunos, devido a isso mudou-se também o interesse social/educacional da instituição, que para se manter como espaço de educação e continuar o atendimento educacional precisou se adaptar.

Em 1988 conforme os registros contidos na pasta de documentos histórico escolar, a escola passou a ofertar o Ensino Especial na área de Deficiência Auditiva, com o funcionamento de uma Sala Especial na área de Deficiência Mental, conforme a resolução nº 1925/88 de 16/06/88. Conforme a pasta de documentos Histórico através de Portaria/ Decreto/Diário (p.162) em 30 de junho de 1993 foi autorizado pela Resolução nº 3575/93 o funcionamento do Programa de Educação Especial na área de Deficiência Mental com data de funcionamento até 31 de dezembro de 1995. Porém, em 09 de novembro de 1994 foi prorrogado pela Resolução nº 5396/94 até 31 de dezembro de 1997 o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na área de Deficiência Auditiva, se estendendo este campo em 03 de abril de 1995 a implantação do Programa de escolaridade Regular com Atendimento Especializado PARE, em nível de 1º e 2º Grau para estudantes com Deficiência Auditiva, e nesse mesmo ano, com a Resolução nº 1687/95 a prorrogação do funcionamento de uma Classe Especial.

Em 1993 foi autorizado um Centro de Atendimento Especializado na área de Deficiência Visual, passando, desta forma, veio a atender as três áreas de deficiência: auditiva, mental e visual. Onde as contribuições das professoras Santina Maria Góes (in memorian),

Djanira Costa de Oliveira (in memorian) e Laíde Souza e Silva foram inestimáveis. Todos os documentos que tramitaram neste período estão arquivados na secretaria da escola também a escola ainda arquivava alguns materiais utilizados na época. De acordo com pasta de documentos, em 1993 foi autorizado através da Resolução nº 3.184/93 um Centro de Atendimento Especializado na Área de Deficiência Visual (Anexo: Figura 8), e neste mesmo ano, através da Resolução nº 3.575/93, foi autorizado a segunda turma do Programa de Educação Especial na área de Deficiência Mental. Com a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em 1994 e a promulgação da LDB nº 9.394/96 assumindo as Diretrizes Educativas Especiais acordadas na Conferência em Salamanca, o Brasil delibera ações e medidas para proporcionar a escolarização de todas as crianças, incluindo aquelas com dificuldades mais severas (KASSAR; RABELO, 2018). Tornar-se “inclusiva”.

O CEQB então se apresenta com essa característica, de uma escola inclusiva¹, que abriga desde ano de 1988, alunos com necessidades especiais portadores de deficiência auditiva, visual, intelectual, física e de distúrbios de aprendizagem, os quais recebem atendimento diferenciado em sala de aula e são acolhidos pelos demais alunos, professores e corpo de funcionários como integrantes da comunidade, que sempre se esforçam para lidar com as diversidades tendo como objetivo principal a autonomia do aluno, um grupo se constrói por uma necessidade histórica de estar junto aos outros. Diante do quadro que tange a escola inclusiva e a necessidade de alfabetização de atendimento aos anseios da classe trabalhadora não alfabetizada, excluída do acesso escolar, no ano de 1992, através da autorização da Resolução nº 2.365/92, a Escola Quintino passou a ofertar o curso de 2º Grau na modalidade Supletivo, tendo a função de Suplência na Educação Geral Fase III, passando a denominar-se Colégio Estadual Quintino Bocaiúva (CEQB) – Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo.

No ano de 2000, segundo dados do quadro de documentos, com a cessação do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série Regular, no atendimento a Resolução nº 851/2000, ocorreu a municipalização dessa modalidade, sendo de responsabilidade da Escola Municipal Pedro Leopoldo Beckauser, e no Colégio Estadual Quintino Bocaiúva a oferta das séries do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série Regular e 2º Grau Supletivo. Em 2006, com as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, a modalidade Supletiva passou a ser denominada EJA, com o currículo organizado para o perfil de jovens, adultos e idosos para a escolarização e alfabetização de pessoas fora da idade escolar (DCE EJA, 2006).

¹ A escola comum se transforma em escola inclusiva quando além de atender as diretrizes educacionais e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reconhece as diferenças diante do processo educacional e dissemina práticas pedagógicas para a participação de todos, com mudanças para além da sala de aula (FRANCO; SCHUTZ, 2019).

As disciplinas da educação básica constituem-se de uma abordagem sobre a dimensão histórica, com ênfase na problematização das relações entre a (s) ciência (s) de referência e a disciplina escolar, os percursos da disciplina no âmbito escolar, destacando-se os mais recentes indicativos que marcaram a história do componente curricular, a saber, o Currículo Básico, a Proposta de Reformulação do 2º Grau e os Parâmetros Curriculares Nacionais (DCE EJA, 2006, p. 07).

O Colégio Quintino Bocaiúva segundo seus registros, ao iniciar essa modalidade de ensino em seu atendimento, além da oferta da modalidade regular, dedicou-se ao acolhimento e preparação do grupo de pessoas excluídas do sistema escolar, para o retorno e recuperação de estudos, preparação e qualificação para o trabalho, além de retomada de direitos de participação e valorização da formação pessoal. Vale ressaltar que quanto aos alunos EJA Fase II e Ensino Médio, ofertada, estes possuem características bastante diversificadas, desde a faixa etária que abrange dos 15 aos 80 anos. São adolescentes, jovens e adultos economicamente ativos e não dispõem de tempo para o estudo fora do ambiente escolar que por algum motivo específico foram impedidos de concluir os estudos em sua faixa dentro da faixa etária escolar. Estes retornam à escola principalmente pela necessidade de atualização e pela inserção no mercado de trabalho.

Conforme a pesquisa percebe-se que é nesse espaço escolar que se constrói histórias que constituem uma sociedade e que dão ao indivíduo um lugar próprio, de pertencimento. Assim, consideramos que a história se consolida a partir do registro desse percurso, de como ele aconteceu, o que mudou o que foi construído e principalmente quem foram os atuantes nessa história. É válido estimar que os arquivamentos dos documentos administrativos sejam importantes fontes, porém, não a única forma de obter informações. Uma Instituição Escolar se perpetua para além de documentos meramente burocráticos, em que com o tempo tornam apenas arquivos "mortos" e "extrativistas" (que servem apenas para coleta de dados). Buscar histórias que precisam ser contadas e devem ser consideradas como rica fonte de informações, as narrativas de experiências, relatos, promovem um espaço de escuta e interação.

Enfim, ao analisarmos os arquivos do Colégio Estadual Quintino Bocaiúva compreendemos que ele tem potencial para ser arquétipo, ponto de partida para que outras escolas se sintam incentivadas e reflitam sobre suas persistências, conquistas, sobre seus arquivos, sua história constituída e a forma que essa história se tornará viva e significativa para toda a sociedade. Pensar como deve ser o processo de interação com grandes públicos para além de seus pares, reconhecendo a importância histórica do acervo material e imaterial das escolas. Refletir sobre a relação entre arquivos escolares e História Pública, indicar possibilidades para mudar a realidade atual da preservação, da acessibilidade dos arquivos das Instituições Escolares e sua difusão. Sabemos que há por certo, um longo caminho a ser percorrido até que

os arquivos "mortos" de nossas escolas adquiram a condições adequadas e organizadas de arquivos históricos "vivos".

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA PÚBLICA E ARQUIVO ESCOLAR

O sentido é a relação da palavra com o problema.
(LOPEZ, 2008, p. 83)

A História Pública apresenta diferentes olhares para a produção de conhecimento histórico, as possibilidades de trabalhar com o público e também de gerar diferentes formas de arquivar e de aceder às fontes históricas. O termo *Public History* começou a ser utilizado nos Estados Unidos em meados dos anos de 1970 e foi descrita pelo historiador estadunidense Robert Kelley (responsável pela criação do primeiro programa de história pública de que se tem notícia) como um campo de trabalho para historiadores fora da academia. Referia-se à atuação de historiadores e do método histórico em vários setores como: no governo, em corporações privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus e até mesmo em espaços privados, (CARVALHO, 2017).

A partir disso surgiram o periódico *The Public Historian*, as conferências do National Council on Public History, e vários outros programas seguindo a experiência californiana. Esse é o início “oficial” da História Pública, que depois incorpora contribuições de outros países anglo-saxões. “Não é tarefa das mais simples definir o que vem a ser História Pública” (CARVALHO, 2017), porém, reconhecemos que ela acontecia bem antes de qualquer nome vim a designá-la. Poderia ser ela uma metodologia, um campo, um objeto de estudo ou uma subárea da História, ou somente um fazer história com a participação pública que “existiam muito antes da criação do termo” (SANTHIAGO, 2016; FRISCH, 2016). Então, podemos pensar a História Pública também, como um campo de trabalho, reflexão e diálogo que tem o *público* no centro de suas preocupações, mas de maneiras variadas: produzir história para o grande público, mas também pode produzir história com o público, e atender a demandas públicas, em compreender a história feita pelo público. São variações e modalidades que tornam o campo da história pública mais complexa e controversa, e por isso mesmo mais instigante e sujeito ao debate.

Os debates no campo da História Pública vêm se destacando e apontando eixos reflexivos sobre patrimônios, educação e mediações do passado, analisando as formas sob as quais a história vem sendo feita, narrada e mobilizada no tempo presente, quais são os espaços que ele vem transformando e quais seus mecanismos e articulações.

A História Pública é um campo de História que compreende posicionamento político – e não se confunda com este termo com partidarismo ou doutrinação -, responsabilidade e compromisso em relação à produção, divulgação e circulação

sobre os acontecimentos históricos, entendidos não mais na sua dimensão exclusiva do macro história e nem do privilégio de poucos, mas em experiências cotidianas que são valorizadas e significam as vidas de “pequenos e grandes”. (ROVAI, 2018, p. 186).

Num caráter polissêmico, a expressão História Pública tem referência pelo menos em três atribuições, sendo a primeira o “fazer” a história pública (atuação efetiva); o “pensar” a história pública (reflexão); e, o “campo” da história pública. O fazer e o pensar da história pública são duas instâncias encontradas nas “práticas”, todavia, o “novo” incide na terceira instância, isto é, no campo da história pública, como um espaço de debates (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016). A História Pública no Brasil até então pouco conhecida expandiu-se, e nos últimos anos começa a ganhar visibilidade. Apresentou-se novo então, justamente por pensar no campo da História Pública para além das academias, abertos então para os espaços de diálogos, para além das buscas de informações históricas, propondo perceber os sujeitos dentro da pesquisa, dialogar, conversar e devolver a pesquisa pensando também o campo social e não apenas acadêmico.

Em fevereiro de 2011 as discussões tomaram maiores proporções com a realização do Curso de Introdução à História Pública, ocorrido na Universidade de São Paulo e promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual (NEHCi/USP). As palestras, oficinas e minicursos ofereceram um panorama das técnicas e dos conceitos ligados à História Pública, com duração de 32 horas, com certificação emitida pela USP. Foi destinado a estudantes, historiadores, professores, pesquisadores, profissionais liberais e demais interessados de todas as áreas do conhecimento. A Palestra de Abertura: História Pública e Consciência Histórica foi com Sara Albieri (FFLCH/USP). Tiveram na ocasião também alguns Minicursos: História e Visualidades, Fotografia e Vídeo, com Ana Maria Mauad (Universidade Federal Fluminense) e Jornalismo e Divulgação Científica em História e Ciências Humanas, com Valéria Dias (Agência USP de Notícias), Responsabilidade histórica e Memória Institucional, com Paulo Nassar (ECA-USP) e História Oral e memória: Da gravação à publicação, como Ricardo Santhiago (GEPHOM-EACH/SP).

Foram realizadas as oficinas: Arquivos e centros de documentação, com Viviane Tessitore (CEDIC- PUC/SP), Áudio-documentários, História e Memória: Como fazer, com Marta Fonterrada (Rádio Cultura). Em 2012, foi realizado o I Simpósio Internacional de História Pública, que teve como tema a história pública e seus públicos, organizado pelo mesmo Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual e contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da USP. Ainda em 2012, também foi criada a Rede Brasileira de História Pública, as pesquisas e o interesse na História

Pública cresceram a partir dessas iniciativas.

No ano de 2014, aconteceu o 2º Simpósio Internacional de História Pública, com conferências, mesas redondas, oficinas, e comunicações de trabalhos na Universidade Federal Fluminense, no período de 10 a 12 de setembro. No primeiro dia, iniciou com a sessão oficial de abertura com representantes da Rede Brasileira de História Pública. Conferência de abertura “História Oral e História Pública”, com Linda Shopes. As sessões de comunicações: “Experiências em HP”, mesa redonda: “Lugares e narrativas da História Pública”, com Isabel Lustrosa, Miriam Hermete, Paulo Garcez, Paulo Knauss e Angela de Castro Gomes e oficinas. No segundo dia do evento, houve a mesa redonda “História Pública e as mídias”, com Carlos Fico, Jurandir Malerba, Marialva Barbosa, Regina Helena Alvez da Silva e Juniele Rabêlo de Almeida e também a mesa redonda: “História, tempo presente e plataformas digitais”, com Anita Lucchesi, Francisco Carlos Teixeira, Massimo di Felice, Serge Noiret e Márcia Ramos de Oliveira, e várias sessões de comunicação, experiências em História Pública, oficinas e lançamentos de livros. E no último dia aconteceram as mesas redondas: História Pública, comunidades e culturas populares com Hebe Mattos, Lia Calabre, Paulo Fontes, Martha Abreu e Marta Gouveia de Oliveira Rovai e por último a mesa: A História e o Público no Brasil, com Benito Bisso Schmidt, Ricardo Santhiago e Adriane Vidal Costa. Nessa ocasião de finalização do evento também se realizou uma assembleia: Os próximos passos da Rede Brasileira de História Pública.

No ano de 2016, aconteceu o 3º Simpósio Internacional de História Pública - História Pública em Debate, ocorrido entre os dias 28 e 30 de novembro, na Universidade Regional do Cariri. Realização da Rede Brasileira de História Pública e Universidade Regional do Cariri. No primeiro dia, ocorreram as oficinas e a Conferência Internacional denominada: O papel da pesquisa social com imagens na História Pública. No segundo dia de evento, duas mesas redondas, a primeira intitulada como: O historiador como intelectual público, e a segunda: História Pública e os usos do passado houve também na ocasião lançamentos de livros. No terceiro finalizando o evento, houve a mesa redonda: História Pública em ambiente escolar e História Pública em questão - Tudo o que você queria saber sobre História Pública e nunca teve coragem de perguntar.

Em 2018, temos como marco o 4º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública, realizado simultaneamente com a 5º Conferência Anual da Federação Internacional de História Pública, que ocorreu dia 21 a 24 de agosto na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, em São Paulo. Outro destaque é o primeiro Mestrado em História Pública no Brasil na Unespar, com início em 2019, onde realizo está dissertação

que tem movimentado intensamente os trabalhos e pesquisas em História Pública. E é diante desse cenário que a História Pública conforme pontua Ricardo Santhiago se torna "uma espécie de "guarda-chuva" acolhedor que consegue oferece abrigo a todas as formas de história popular" (SANTHIAGO, 2016, p. 26). Não se trata apenas de uma possibilidade de elaboração e divulgação da história, mas de construção de conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às tensões e mudanças, é o valorizar a democratização do saber.

Assim, na perspectiva da História Pública propomos pensar o arquivo escolar não como "algo dado", mas na sua gênese, estrutura e principalmente na sua dimensão pública, olhando a sua construção, preservação e uso para além de uma concepção meramente administrativa. Os "arquivos" são definidos como um conjunto de registros que tem como função a preservação e transmissão da memória em "espacios de resguardo de documentos ligados a una actividad humana o institución" (BUSTAMANTE VISMARA, 2019, p. 31). Estes espaços que abrigam e cuidam dos rastros documentais, segundo Paul Ricoeur, é principalmente "um lugar social da memória, da história..." (RICOEUR, 2007, p. 177) e coloca ênfase em afirmar que "antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento" (2007, p. 176) e esta gênese "não-dita" da prática social do arquivar exige "uma análise do ato de inserção em arquivo, de arquivamento... do que permite e o que proíbe". (RICOEUR, 2007, p. 178).

A construção do arquivo sempre implica iniciativas e opções sociais "de uma pessoa física ou jurídica que visa a preservar os rastros de sua própria atividade..." (RICOEUR, 2007, p. 178) que tornam a ação de arquivar algo muito mais profundo do que o simples acumular e descartar. A ação do arquivar -como parte da *operação histórica*- devemos pensá-la em uma ambiguidade insuperável entre história e memória, ou melhor, na utilidade, mas também nos inconvenientes que gera para a memória viva. Neste sentido Ricoeur (2007), fala em *pharmakon* para apresentar essa dualidade do arquivo que pode ser ao mesmo tempo remédio e veneno em relação à memória. A memória é depositada para ser esquecida em um arquivo morto ou a memória viva caminha junto com a construção, preservação e dimensão do arquivo. No livro publicado em 2011 organizado por Juniele Rabelo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai intitulado "Introdução à História Pública" existe um capítulo dedicado à temática dos "Arquivos e centros de documentação".

O arquivo é apresentado como um órgão receptor (Tessitore, 2011, p. 163) onde os documentos "chegam a ele por passagem natural e obrigatória... seu acervo já está pré-definido pelo perfil da entidade ou pessoa da qual deriva" (Tessitore, 2011, p. 163): "uma instituição ou pessoa não se pergunta se deseja um arquivo: a formação deste decorre naturalmente de sua existência e funcionamento, como reflexo material de suas atividades, comprovação de sua

mesma existência, de obrigações e direitos” (Tessitore, 2011, p. 163). A autora distingue o arquivo de outras entidades como o caso dos Centros de Documentação que seriam “especializados em uma área de conhecimento ou da atividade humana, colecionam, por doação, permuta ou compra, acervo arquivístico, bibliográfico e/ou museológico em torno dessa área ou atividade. Sua denominação está vinculada à perspectiva histórica com que esse acervo é colecionado” (Tessitore, 2011, p. 174). Não obstante, o texto manifesta um grande temor de que os arquivos possam perder sua organicidade e integridade diluindo-se num Centro de Documentação e acaba por advogar pela necessidade de manter o arquivo como “um setor bastante individualizado do centro, de modo a preservar a organicidade de seu acervo e suas funções” (Tessitore, 2011, p. 174).

Esta visão é a que gostaríamos de colocar em questão: a que coloca o arquivo como uma construção natural, constituído por uma gramática imutável de regras e que acaba por privatizar sua construção. Um texto de Jorge Larrosa (2017, p. 187) começa com uma citação do poeta espanhol Antonio Machado que por meio de seu heterônimo Juan de Mairena apresenta o seguinte diálogo entre Agamenon e seu porqueiro:

- A verdade é a verdade, diga-a Agamenon ou seu porqueiro.

Agamenon:

- De acordo.

O porqueiro:

- Não me convence.

Partindo deste diálogo o autor busca analisar a diferença entre uma suposta realidade que exista independente de quem a diga e as disputas que deveriam existir sobre as diferentes que dizem os que dizem: “mas o porqueiro, que não é ninguém porque não tem força, nem nome, nem porcos... não se deixa convencer de que a verdade seja a verdade independente de quem a defina...”. (LARROSA 2017, p. 189). Por isso, o “arquivo não é o arquivo” como a “verdade não é a verdade”, não nos convence essa sentença definitiva e indiscutível. O próprio Larrosa questiona-se “Quem fala a primeira sentença?”. Por que das três partes do diálogo é a única que aparece anônima, como uma voz oculta e por isso inquestionável e responde que “minha suspeita é que essa primeira sentença foi cunhada por outro servidor de Agamenon, ao qual poderíamos chamar seu 'filósofo'... (que fixa) as regras do jogo da verdade ou, se quiserem, as condições da luta pela verdade” (LARROSA, 2007, p. 190). Neste trabalho poderíamos pensar na voz do “competente”, do “técnico”, do “burocrata” que não pode ser discutida.

Porque no mesmo texto Larrosa (2021) propõe misturar a palavra “verdade” com outras palavras como “objetividade”, “realidade”, “certeza” e, no nosso caso, poderíamos

pensar na palavra “arquivo” que a sua vez se vincula com a palavra “memória”. Porque nesse “jogo marcado” sobre o que é o arquivo entram em disputa a transmissão e a dissolução de memórias e seria conveniente que os “porqueiros” entrem na arena tomando a palavra e questionando o caráter supostamente neutro e imperativo do que deveria ser um arquivo escolar. Esse “não me convence” não é outra coisa que pensar que o arquivo escolar não é o assunto de discussão, o problema, a questão a ser debatida e não um conjunto de regras a serem cumpridas.

No caso específico dos arquivos escolares convivem as regras arquivísticas (no sentido de dizer o que se guarda e que se descarta) regidas pelas normas institucionais legais junto com minoritárias propostas de agentes escolares mais preocupados com a fragilidade e a incompletude da memória que buscam preservar e dar valor a documentos além das obrigações burocráticas. O pesquisador argentino Bustamante Vismara (2019) afirma que a gestão dos arquivos escolares “*debería estar a cargo de profesionales competentes, capaces de administrar aspectos relacionados con la clasificación, el mantenimiento, la difusión y la puesta en valor de su patrimonio*” (BUSTAMANTE VISMARA, 2019, p.25). Este ponto permite colocar no centro da questão o papel do historiador como “agente competente” em relação aos arquivos escolares sendo que geralmente os responsáveis pelo arquivo escolar são as secretarias escolares que privilegiam as determinações burocráticas e considera o arquivo uma engrenagem da funcionalidade institucional. Desde o ponto de vista da secretaria a sua responsabilidade o trabalho está realizado de forma competente quando as ordens são cumpridas, mas um trabalho em história pública justifica-se pela necessidade de buscarmos meios de difundir a informação e construir conhecimentos históricos para além de apenas um arquivamento de documentos históricos escolares meramente administrativos.

No entanto, neste trabalho buscaremos tencionar a própria ideia de “competência” que considera a ciência como “coisa privada” onde supostamente “(...) não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”. (CHAUI, 1982, p. 02). Esse discurso do “competente” é questionado por Marilena Chauí por considerá-lo o “discurso do instituído” que institucionalmente permite e autoriza somente interlocutores que “foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência”. (CHAUI, 1982, p. 07). Para pensar os arquivos escolares e a História Pública resulta de particular importância esta questão da “competência” e principalmente desde o ângulo que apresenta Chauí, como uma crítica à burocratização:

Para alcançarmos a região onde melhor se determina e melhor se efetua o discurso competente precisamos referi-lo a um fenômeno histórico preciso: a burocratização das sociedades contemporâneas e a ideia de Organização que se encontra na base desse fenômeno. (CHAUI, 1982 p. 08).

Os arquivos escolares na perspectiva burocrático/administrativo tem seu sustento em um discurso competente e supostamente neutro, da organização já instituída, o que se opõe e deslegitima propostas instituídas e inaugurais. Neste ponto o poder e a burocracia são as duas caras do mesmo discurso (CHAUI, 1982, p 09) e a proposta deste trabalho são “contestar o uso privado da cultura, sua condição de privilégio ‘natural’ dos bem-dotados, a dissimulação da divisão social do trabalho sob a imagem da diferença de talentos e inteligências...”. (CHAUI, 1982, p. 02). Dito de outra forma, lançar sobre o arquivo escolar um olhar problematizador para pensar seu caráter instituinte, social, político para além da "competência burocrática" e na disputa pela preservação e transmissão de memórias.

Pensando junto com Lila Caimari (2020. p. 222) afirmamos que no presente vivemos um denominado “momento arquivos” que de forma ampla caracterizam-se por: (a) um processo de tomada de consciência em relação à necessidade de cuidado e preservação de arquivos (b) uma reflexão sobre nosso vínculo com o arquivo enquanto pesquisadores. (c), diversas práticas disciplinares, intelectuais, e incluso artísticas para pensar o arquivo como ferramenta teórica, categoria, além de objeto. (CAIMARI, 2020, p. 223-224). A História Pública pode se aproximar desses três elementos, do “momento arquivo” contemporâneo, partindo de duas perguntas centrais: como fazer arquivos e o que fazer com os arquivos?

O pesquisador argentino em história da educação Nicolás Arata (2022) formula um interessante contraponto para tentar uma aproximação a esses questionamentos, dividindo-os e buscando historicizar os arquivos entre aqueles de denominados da “era estatal” e os atuais da “era digital”. Enquanto os primeiros caracterizam-se por estar delimitados na sua espacialidade, organizados e custodiados por um burocrata (“competente”) que habilita ou restringe o acesso ao uso dos arquivos e sempre são construídos sob a premissa de que algumas coisas “merecem” ser guardadas e outras descartadas. O arquivo da “era digital”, no entanto, caracteriza-se por existir mais em "retalhos", nos restos descartados dos grandes relatos “que podem permitir a construção de uma nova narração” (ARATA, 2022).

Estes últimos sofrem com o constante risco de serem extremamente vulneráveis na sua conservação, mas, diferentemente da lógica dos arquivos “estatais e nacionais”, abre três possibilidades que se aproximam das propostas que procura um trabalho em História Pública: (A) a possibilidade de construir arquivos e não somente utilizá-los; (B) a tendência a construção colaborativa e (C) a chegada a públicos mais amplos. Assim, a reflexão sobre o arquivo escolar

desde a História Pública (tanto o como fazê-los quanto o que fazer neles) trata sobre os compromissos e as práticas que realizamos como historiadores que permitem produzir ou não determinadas histórias. Dito de outra forma, os arquivos escolares podem ser lugares de consumo (no sentido extrativista), podem ser também lugares de trabalho com ênfases em seus usos administrativos, mas também podem ser lugares para o encontro e a valorização de memórias sub arquivadas nos “arquivos estatais”.

Esta problematização é levantada por Inés Dussel (2005) ajudando a pensar o arquivo numa perspectiva da História Pública na contemporaneidade: como se transformam as distintas instituições da cultura perante os desafios da cultura digital? De forma mais coloquial e não menos instigante questiona “frente a google que puede ofrecer de distinto un archivo?” (DUSSEL, 2005). A resposta que coloca está sustentada na relevância de critérios diferentes dos “de popularidad típicos del algoritmo”. E para isto propõe que os arquivos devem ir ao encontro de seus usuários (mais e menos especializados) criando comunidades que revitalizem os arquivos questionando as memórias cristalizadas a partir de novas histórias esquecidas e pouco contadas ampliando assim a preservação e transmissão das memórias.

Por outro lado, mas não menos importante, entender o arquivo como um processo vivo, lacunar e sintomático, implica abrir a possibilidade para a compreensão de que sempre é possível a construção de outras narrativas, para além das hegemônicas, e de novos e diferentes olhares em relação à história e à história da arte, dentro do que eu tenho nomeado *re/escrituras da história* (ARANTES, 2013, P.12).

Justamente, lançar o olhar da História Pública sobre os arquivos escolares busca tirar esses documentos da denominação de “arquivos mortos” situados em salas escondidas e desprezados por trás dos mandatos burocráticos que os desconsideram. Tornando os “arquivos mortos” em históricos, dando valor tornando-os lugares públicos que segundo Henry Jenkins (2009) implica uma cultura em que o público não está no papel de apenas consumidores ou espectadores, mas sim na ideia de um público participativo na formulação de conhecimentos e conteúdo. Considerar o arquivo como um lugar de narrativas e experiências, para ouvir, preservar e divulgar relatos, a fim de promover um espaço de interação entre pesquisadores, escola e público, arquivamento em acervos, preservação, divulgação dessas narrativas por meio de ferramentas do meio digital que contribuem na construção dialógica e colaborativa do conhecimento histórico que permita como pontua Juniele Rabêlo Almeida (2018) alimentar “questões socialmente vivas no tempo presente” (2018, p.136).

O trabalho com história pública também implica no aprofundamento de estudos relativos à conservação do patrimônio material e imaterial e na responsabilidade político social com a memória social e coletiva. Olhar para os arquivos escolares desde a História Pública significa propor uma reflexão e impulsionar uma ação para preservar os "retalhos" que eram

desconsiderados em arquivos “oficiais” e abrir espaços para além dos ditos “competentes” na produção de conhecimento junto ao público tecido por relações dialógicas e pelo viés coletivo (SANTHIAGO, 2016; FRISCH, 2018).

Trata-se de uma história colaborativa: o público, em vez de consumir os resultados de um processo, tomaria parte nele ativamente. Essa linha dialoga com outras tendências historiográficas na qual o envolvimento com grupos e comunidades os converte de assunto da história em seus agentes e produtores [...]” (MAUAD, SANTHIAGO, ALMEIDA, 2016, p. 91).

Assim, quando pensamos em preservação de arquivos escolares, normalmente nos remetemos imediatamente a uma visão de documentos antigos “arquivos mortos”, que são pouco ou quase nunca aproveitados e são utilizados apenas para fins burocráticos. Mas os pesquisadores como o público no momento de construir o conhecimento se esbarram dentre outras dificuldades com o acesso às informações seja pela sua estrutura física acolhedora ou assustadora. Como afirma Lopes (1992) "a pesquisa é prejudicada devido à deterioração de fontes necessárias [...] é isso que tem colocado um desafio bastante interessante para a história da educação (LOPES, 1992, p.6)". Algumas instituições escolares “ousam” a arquivar materiais históricos para além daqueles obrigatórios, amparados pelas resoluções e leis vigentes. Há escolas que preservam fotos, vídeos, materiais e objetos antigos, por exemplo, mas que nem sempre estão disponíveis ao público, pelo contrário, eles ficam no fundo de armários escondidos e empilhados quase sem espaço. É justamente assim que percebemos a necessidade do historiador público em resgatar, preservar e difundir a história escolar valorizando e considerando não só na divulgação de documentos ou repasse de informações formais, mas na construção de uma forma de arquivo, que preserve e transmita documentos históricos, sejam eles: orais, escritas, entre outras.

Quando refletimos sobre o entorno de uma escola e consideramos o grande número de pessoas que passam longo período da vida nesse ambiente, entendemos que esse espaço guarda muito mais que apenas documentos institucionais arquivados, mas construções identitárias, edificadas através da interação, de conhecimentos adquiridos na construção da individualidade, dos vínculos, da essência de cada indivíduo. A discussão sobre arquivos e história pública refere-se assim às formas de criação e disponibilização de informações, assim entendemos que a mídia digital (os sites e páginas na web dos colégios) pode ser uma ferramenta que possibilita uma forma de construir coletivamente e de divulgar falas, memórias e experiências.

Isto permite pensar sobre uma segunda característica que Bustamante (2019) destaca dos arquivos escolares determinadas pelo controle da documentação que ostentam as direções, os gestores, os secretários e os bibliotecários das escolas que costumam ter um grande cuidado com a documentação administrativa, mas “... la documentación histórica no encuentra quien la

resguarde”. Este ponto resulta muito relevante para pensar o trabalho do historiador público em relação à vulnerabilidade dessas memórias consideradas “descartáveis” o que leva a Caimari (2020, p. 224) a propor uma “intervenção pública” sobre os arquivos para sua preservação relacionada com direitos de valorização e consideração de aqueles “materiales no consagrados” (CAIMARI, 2020, p. 226). Refletir sobre os critérios que determinam conservar e descartar e, não menos importante, analisar que agentes são os que participam e sustentam as decisões. Assim, mais uma vez pensar o arquivo como um campo de disputa e não como uma construção neutra e acabada. Refletir sobre as genealogias do arquivo como um conjunto de vontades de instituições e de agentes que decidiram preservar “vestigios dotados de valor social e histórico en una comunidad o sociedad. Nada de lo que las familias, los científicos, los hombres de Estado y las instituciones archivan es imparcial o neutro; todo trae la marca de las personas y acciones que los salvaron del olvido...” (CATELA, 2002, p. 403), e:

La complejidad de las decisiones, disposiciones y oposiciones sobre lo que se guarda y lo que se tira, sobre las limitaciones al acceso y el resguardo de las personas, sobre la necesidad de entender y otorgar unidad a la dispersión de papeles que conforman acervos dentro de los archivos constituye, a mi juicio, un objeto de análisis que amplifica la significación del estudio de los archivos y su mundo. (CATELA, 2022 p. 389).

A pesquisadora Ludmila Catela (2002, p. 382) apresenta estas tensões que existem entre os “donos” dos acervos e os “donos” da memória e os “diversos motivos” que entram em disputa sobre as diferentes e contradictorias “razones de la selección/acumulación/transmisión”. No meio a estas disputas e hierarquias destaca-se o papel do historiador pública lançando um olhar histórico e cultural sobre a construção dos arquivos escolares onde “los documentos, las imágenes, los objetos que constituyen acervos no son restos del pasado, sino que son productos de la sociedad que los ‘fabrica’ según las relaciones de fuerza (entre archiveros, directores de archivos y sus múltiples usuarios y formas de uso), que alrededor de ellos teje poderes...”. (CATELA, 2002, p. 402). Trabalhando com essas tensões e mostrando que os arquivos nunca são algo definitivo e instituído de uma vez e para sempre de cima para baixo porque aquilo que é considerado central ou periférico “(...) en un archivo general de la nación, o simplemente está localizado en un garaje en un provincia o barrio periférico, depende de la presencia de una serie de agentes especializados (historiadores e investigadores de nombre) que buscan determinar la selección, orden y destinos de los documentos.” (CATELA, 2002, p. 401). Em síntese, CATELA, 2002) afirma que:

el archivo es el espacio que resguarda la producción, organización y conservación de objetos... implica un conjunto de acervos o fondos documentales, sonoros y visuales, localizados en un local o edificio, con agentes que los producen, los clasifican y velan por su existencia y consulta. La triple relación acervos-espacio físico-agentes estará

siempre presente y caracterizará el tipo de archivo, sus usos y finalidades. (CATELA, 2002, p. 384).

As instituições escolares possuem arquivos, guardam papéis, guardam coisas, algumas possuem um grande acervo, mas, usualmente, descuidado. *“Por decirlo de otra manera, todas las escuelas tienen «papeles», pero pocas han llevado adelante políticas de preservación documental de la documentación histórica”* (BUSTAMANTE, 2019). Mais como depósitos de acumulação ou, como já foi dito, com uma finalidade prioritariamente burocrática e administrativa, os arquivos ficam distantes de permitir uma construção pública carregada de interpelações e conhecimentos junto com a comunidade. Porque, no dizer de Catela, esta última possibilidade está em relação direta com a construção de arquivo que *“dependerán del grado de apertura pública de la institución receptora ou acumuladora, según los intereses de una comunidad, restringida a expandida hacia un público general”*. (CATELA, 2002, p. 384-385). A proposta de lançar um olhar desde a História Pública consiste em mirar para o arquivo escolar com estranheza abandonando os clichês e tentando que o arquivo perca *“sua evidência cotidiana”* (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 95). Devolver assim ao arquivo escolar o status de problema tentando mexer com práticas rotineiras porque,

Quando uma palavra se separa demasiado do problema que lhe dá sentido transforma-se num clichê. Poderíamos dizer que isso também acontece quando uma palavra se encontra presa no plano do instituído e perde toda relação como o campo instituinte. O clichê sempre denota um não pensamento (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 83).

No caminho na contramão que propõe o plano do instituinte o que importa é a *“(…) Criação dos conceitos e a determinação dos problemas, enquanto que o instituído se preocupa com conservação e transmissão do já pensado”*. (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 73). Pensar o arquivo escolar como não como um sistema fechado e burocrático, mas como um problema, uma experiência e uma abertura a pensá-lo como comunidade (como algo em comum) e *“pensar ‘juntos’ não significa pensar o ‘mesmo’ ...”* não é pensar para os outros, pelos outros, ou contra os outros... que sempre são um mistério”. (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 91) chamando a atenção para que as palavras não se tornem clichês e se distanciam da problematização do assunto que as faz nascer.

Assim o arquivo escolar é um problema e uma disputa e não um sistema instituído e rotineiro composto por silenciosas e escondidas pastas acumuladas em gavetas sem aparente sentido. Os arquivos escolares podem se tornar muito eloquentes se mudamos nosso olhar sobre eles formulando lhes outras perguntas para conectar-se com eles não somente pelo seu *“uso prático”*, mas partindo do simbolismo, das conotações e dos valores dos quais são portadores. (BRAILOVSKI 2012, p. 14). O próprio Brailovsky propõe um olhar para todos os objetos que existem na escola que aparentemente podem ser insignificantes (uma estante com pastas na sala

da direção, por exemplo), mas que contém “*complejos mundos de relaciones, ideologia, política, estética e história*”. (BRAILOVSKI, 2012, p. 19).

El espacio poblado de significados es el lugar paisajizado que las personas habitan, posee propiedades metafóricas que funcionan como vehículo del poder que por su intermedio las personas tienen de constituir una influencia, conciente o inconciente, por medio de lo puede llamarse ambiente. (BRAILOVSKI, 2012, p. 158 ver p. 149).

Essas metáforas que constroem um ambiente escolar habitado, geram “*disposición y tendencia a específicas formas de movimiento, actitud, uso de la palabra y ejercicio de la autoridad*”. (BRAILOVSKI, 2012, p. 27). No caso dos arquivos escolares nos interessa pensar quais os gestos institucionais que os “comunicam”, os tornam públicos na construção e conservação das memórias ou, pelo contrário, que criam uma sensação burocrática e esotérica sobre o que a escola guarda. Essas práticas de conservação produzem efeitos na comunidade porque “*la identidad está, si no basada en, al menos muy intrincada con los objetos. Y en el caso de las IDENTIDADES INSTITUCIONALES que nos interesan aquí... los objetos que gestúan y estetizan la experiencia escolar son, como veremos, eficaces en el trazado de los roles que a cada uno corresponden*” (BRAILOVSKI, 2012, p. 87). No ano 1998 foi publicado na revista Estudos Histórico um texto do Terry Cook quem desde a perspectiva pós-moderna na arquivologia questionava cinco mitos centrais desta prática:

1) o de que os arquivistas são guardiães neutros, imparciais da “Verdade”, para usar as próprias palavras de Jenkinson; 2) o de que os arquivos, como documentos e como instituições, são subprodutos desinteressados das ações e administrações; 3) o de que a proveniência tem raízes em um único órgão de origem ou transmissão, em vez de em um processo de criação; 4) o de que a “ordem” imposta aos arquivos por meio do arranjo e descrição arquivísticos - para não falarmos da avaliação! - é uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior; e 5) o de que a arquivística é uma ciência - pelo menos uma “ciência” como esse termo é tradicionalmente concebido e utilizado pelos arquivistas, produto da idade do racionalismo científico. (COOK, 1998, p. 141).

Estes questionamentos atentam para o assunto que tentam pensar neste capítulo relacionado com “o contexto em que foram produzidas e até mesmo as motivações pelas quais tornaram acervo permanente”. A História Pública relacionando-se com os arquivos escolares questiona o fato de que um documento não pode ser avaliado “somente no ‘valor de uso’ para a pesquisa em História” (KUSHNIR, 2016, p. 267) colocando ênfase na urgência de considerar vozes marginalizadas da história “levando em conta o contexto sociocultural de produção do documento... buscando empreender nos arquivos práticas democráticas e inclusivas”. (KUSHNIR, 2016, p. 269).

No presente momento dos arquivos escolares um novo desafio tem aparecido, relacionado com o assunto que mencionamos citamos Paul Ricoeur sobre o perigo do arquivo como “veneno” que acumula sem narrar e acaba impedindo a memória e desvanecendo no arquivamento. Ainda mais problemático fica esta questão quando pensamos no arquivo digital

determinado nas suas estruturas pelo mensurável e o quantificável. O filósofo coreano Byung Chul-Han fala em “dataísmo” para referir-se à acumulação de “dados e números aditivos, não narrativos” (HAN, 2018, p. 82) que funcionam como uma “memória digital”:

A memória humana é uma narração, uma narrativa para a qual o esquecimento é essencial. A memória digital, por outro lado, é uma adição e acumulação sem intervalos. Os dados armazenados são contáveis, mas não narráveis. Salvar e recuperar é fundamental diferente da memória, que é um processo narrativo (HAN, 2018, p. 92).

Este debate sobre as formas de digitalização da memória escolar cobra particular relevância no Estado do Paraná, como em outras áreas, esta digitalização leva a debater sobre o excesso de dados com perfil aditivo (Han, p. 29) que, acumulando sem cessar, levam a uma eliminação de processos narrativos que requerem a capacidade de concluir, de se deter, de se demorar. “Nisso, a narração se distingue do cálculo desde que o pensamento e não se deixa acelerar tanto quanto se queira” (Han, 2021, p. 29). Acumular um sem fim de dados digitalizados em um processador que trabalha acelerada e aditivamente (desempenho) não gera narrativas de memórias nem conta publicamente a comunidade escolar só acumulam. Esta acumulação digital longe de significar alguma mudança importante em relação a uma memória pública escolar acaba exacerbando ainda mais a ideia do arquivo burocrático de acumulação, esotérico e privado.

A lógica do Big Data que descreve Byung Chul Han é a predominante neste caso: “... tudo deve se tornar informação” (2018, p. 80), mas “a temporalidade do digital é a dos mortos-vivos” (2018, p. 93). porque “os números não contam nada sobre eu. Não há narrativa, mas “o eu” se deve a uma narrativa. Não a contagem, mas a narrativa é que conduz ao encontro de si e ao autoconhecimento” (2018, p. 84). O arquivo escolar digital concebido desde a burocracia anula a memória escolar que é sempre uma narrativa (com necessários esquecimentos) e não uma acumulação sem intervalos mais próxima de uma tentativa de controle estatístico de desempenhos. Um arquivo escolar preocupado com a memória deveria evitar processos de aceleração e de acumulação: “acelerar sem fim, em contrapartida, é o que um processador faz, pois ele não trabalha narrativamente, mas apenas aditivamente” (HAN, 2021, p. 12).

Assim, considerando que não há neutralidade na produção do saber, pois não há como negar a historicidade do indivíduo que constrói essas “verdades”, não se tem mais a ideia cristalizada de que a história está estagnada no passado, a história é movimento, em que todas as temporalidades podem ser “vistas” e “ouvidas” quase simultaneamente. E é nesse sentido que o ato de lembrar não diz respeito apenas ao passado, mas ao resgate das experiências do passado, daquilo que permaneceu desprezado (materiais) e silenciado (imateriais) sob o peso das reconstruções historiográficas dominantes, e que tenha sido considerado insignificante por

elas. Através da pesquisa realizada, das visitas e entrevistas no Colégio Estadual Quintino Bocaiuva, conseguimos adentrar um pouco "naquilo" em que a escola arquiva, guarda e preserva, mas também pensar o que a escola descarta, oculta, silencia.

Tratando-se de pesquisas em história da educação, os arquivos escolares são os que geram maior interesse se configurando como verdadeiros “celeiros de documentos sobre os fazeres ordinários da escola” (VIDAL, 2005, p. 17). Entretanto, além dos arquivos escolares, ou melhor, dos arquivos gerados nas escolas, os arquivos estatais, frutos de uma necessidade da administração pública, oferecem muitos documentos captados de instâncias oficiais e extraoficiais. Esses documentos aqui elencados, também dão conta do cotidiano, senão das salas de aula, mas das práticas das instituições escolares, das burocracias escolares, como memorandos, ofícios, correspondências, entre outros, mas também de uma história escrita por mão de muitos que participaram ativamente nesse contexto. Assim, pode ser possível localizar nesse tipo de arquivo um caderno escolar, e outros documentos igualmente reveladores das práticas escolares como relatos da comunidade escolar.

As secretarias das escolas mantem registros da vida escolar dos alunos e professores atualizando os arquivos correntes, ou seja, aqueles que se presta a objetivos imediatos, mas que tem vida útil definida e, depois de um tempo, são descartados “por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho da escola” (VIDAL, 2005, p. 22). O que ocorre com outros materiais como cadernos de alunos, trabalhos escolares, diários de classe não se sabe ao certo. É necessário, portanto, cuidar da memória associada à história escolar e reconhecer que “não há prática escolar desligada das condições materiais de sua efetivação” (VIDAL, 2005, p. 24). Atores sociais dão forma a instituições políticas e culturais e não tem como falar de escolas sem falar das pessoas que estão envolvidas com elas.

Uma instituição é, pois, uma obra coletiva, criação social, cultural. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais e as instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituem mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que garantem o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedece a certa regularidade (COSTA, 1997, p. 80). Memória não é aqui entendida como mera repetição do passado, mas como informações retidas que passaram pelo filtro individual, que foram organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico (COSTA, 1997, p. 121). Os seres humanos são feitos de memórias, o corpo tem memória, não apenas no sentido genético, mas também social, institucional, a memória é a fonte da história. Longe de ser sinônima, a memória está em constante mudança enquanto lembrança carregada por grupos vivos.

Pierre Nora afirma que a memória está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, do inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetíveis a longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.9). Memória, para Nora, é “a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva cujo sentimento do passado faz parte integrante de sua identidade” (NORA, 1993, p. 39). A história, por sua vez, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um lugar vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” A história é, portanto, a "operação intelectual e laicizante demandam análise e discurso crítico (NORA, 1993, p. 39)".

Segundo Sílvia Kessel o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, com seus grupos e instituições. São no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual uma amálgama, uma unidade que parece ser só nossa (KESSEL, s/d, p. 3).

Nesse sentido, quando se fala em memória institucional, pensa-se em lembranças que estão em processo, cujas memórias e saberes são elementos constituintes de seu funcionamento. A memória institucional é também memória histórica, efeito dos condicionamentos e das formações sociais. A memória institucional “está nas linhas e entrelinhas, nos discursos dos autores, entre os personagens conceituais que povoam a escrita, que ora interrompemos. Mas está também em cada indivíduo e em cada instituição, sendo construído e reconstruído a cada dia de nossas existências” (COSTA, 1997, p.152). Constitui um patrimônio imaterial preservado, muitas vezes, graças às iniciativas de pessoas interessadas em assumir o papel de guardiãs dos legados institucionais. Essas iniciativas também ajudam à constituição daquilo que se convencionou chamar de História Pública que, de forma simples, refere-se à atuação dos historiadores e do método histórico para além da academia e que se dá com a participação pública na construção da história e do registro histórico.

O que interessa a História Pública, não diz respeito à faculdade de lembrar, sua forma neurológica, mas, aquilo que o indivíduo escolhe lembrar, a forma como constrói uma narrativa sobre essa lembrança, circunscrito em um quadro social e que pode (ou é) diferente para cada indivíduo ou grupo. (CANDAUI, 2011; SARLO, 2007). Registra o que se tornou significativo

e o fazer cotidiano é carregado de memória, que produz, por sua vez, novas formas de subjetivação. Ou seja, a relação que as pessoas estabelecem com as instituições e agrupamentos reproduzem práticas sociais que constituem memórias. Se a instituição existe, afirma Icleia Thiesen Magalhaes Costa, “a memória se plasma. Constitui marcas, rastros ou traços que contém informações. Substâncias formadas. Em estado caótico ou virtual, a informação é embrião” (COSTA, 1997, p.11 - 12).

Neste sentido, cabe ao historiador problematizar a narrativa que apresenta uma determinada memória e compreender que a memória é uma das possibilidades de acessar o passado que deve ser sempre submetida a crítica, conforme Sarlo (2007), talvez deva-se dar mais valor ao pensamento do que a memória já que entender é mais importante do que lembrar, embora para entender seja necessário lembrar. Os arquivos escolares e as memórias que constituem as instituições são manifestações humana que registram a forma pela qual foram e está constituída a história. Como ressalta Calderon (2013, p 33), “a história dos arquivos é marcada por seu intenso envolvimento com a administração e com a necessidade humana de criar e preservar registros documentais”, registros esses que “possibilitam a preservação da memória individual e coletiva, fonte de informação valiosa para o desempenho administrativo e o desenvolvimento da humanidade”. Esses documentos retratam sobre as intervenções diversas que sofreram, definindo entre outras coisas, a sua finalidade, a sua organização, ou ainda a opção pelo descarte ou pela preservação de tais documentos.

A escola é um espaço de memória com revelação oral e documentos visuais, é também através de fotografias, arquivos históricos que se revelam a construção da identidade local e o resgate dos valores de gerações passadas pertencentes à caracterização contemporânea com os laços declarados pelas lembranças relatada em fonte oral. Este espaço é composto de histórias e valores presentes nas interações entre os sujeitos, sobre como o sujeito se insere na realidade à sua volta, construindo uma representação subjetiva do mundo. Segundo Le Goff (2003) o espaço de memória é constituído de fontes orais, com o resgate daquilo que é lembrado e testemunhado por pessoas e conduzidos por reflexões teóricas metodológicas importantes na constituição do sujeito, capaz de reconhecer suas origens culturais através das narrativas históricas.

Nesse contexto que trazemos um campo da História, a História Pública, que nos apresenta muitas possibilidades para a produção de conhecimento histórico, nos permite compreender que a reflexão de um fato tem função transformadora sobre como interpretar a escola/sociedade atual, partindo da premissa da História Pública ser uma fonte de dados que dialogam com o público, sendo construída pelo o público, com o público e para o público.

Santhiago (2018, p. 329) evidencia que a História Pública é elencada pelos “desafios da pesquisa histórica, ela não é um fim, mas um meio”. Logo, as experiências vivenciadas pela população ubiratanense após a criação da primeira instituição escolar passa por períodos que marcam a memória e a trajetória empírica do historiador na descoberta do conhecimento da história para o público. Pensando no desafio da História Pública e no diálogo democrático com a comunidade em busca do resgate de dados e memórias que constroem a pesquisa do ponto de vista qualitativo, com o propósito de analisar e demonstrar as construções históricas do passado pertencentes a interpretação contemporânea (CARVALHO, 2018). Como um princípio democrático originada da metodologia do historiador na busca de dados investigados e construídos de maneira dialógica e interpretativa considerando a memória, os objetos, as fontes documentais e outros elementos que permitem explorar e valorizar a história em sua essência com significados e implicações na contemporaneidade.

A História Pública na perspectiva de apresentar as experiências presentes na memória através de fontes orais, visuais e publicações. A História trabalha com vidas, e a História Pública possibilita apresentar as múltiplas experiências, vidas que devem estar presentes nos textos e nas falas dos historiadores e das historiadoras, como sujeitos da história. (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 1994; FRANÇA, 2015). Ouvir esses diálogos, esses relatos, é uma oportunidade de trazer as vivas, informações que nem sempre são compartilhadas. Ouvir pessoas, que através do discurso assume um lugar de fala, a qual ela tem autoridade, compartilhando fatos, fortalecendo a ideia de que cada um expõe a forma que vivenciou e interpreta a história. As fontes históricas são chaves utilizadas para compreender o que ocorreu em determinado tempo e espaço, esse recorte permite uma interpretação mais assertivas, que podem consolidar o pensamento e reflexão de uma forma organizada e acessível para disseminá-lo para além de seus pares.

A reconstrução e a interpretação do passado é um fazer valer o passado para o presente, o converter o passado num acontecimento do presente. Só assim é verdadeira experiência. A experiência do passado, portanto, não é um passatempo, um mecanismo de evasão do mundo real e do eu real. E não se reduz, tampouco, a um meio para adquirir conhecimentos sobre o que aconteceu (LARROSA, 2017, p. 198).

Não somos apenas o hoje, o momento atual, nossos atos, falas, escritas, julgamentos refletem todo um processo histórico, que deve sempre ser utilizado e estudado para haver mudanças sociais, para que cada indivíduo seja capaz de fazer as escolhas que acreditam ser melhor para ele e para os demais. É por isso que o conhecimento histórico deve ser elaborado articulando o passado e a contemporaneidade através de abordagens metodológicas para enriquecer a investigação e o conhecimento.

A História Pública é a possibilidade de acesso ao conhecimento elaborado por

arquivos escolares, e tem como tarefa envolver profissionais, estudantes, familiares e todos os membros da comunidade, para que dessa forma a construção seja mais larga e inteira. É importante frisar que um documento antes de ser guardado e arquivado, foi analisado e constituído como um documento, classificado pela sua necessidade histórica, compreendido. Porém, o arquivamento de documentos passa por diversos olhares até chegar ao arquivamento acreditamos que é através do olhar do historiador que pode se dar a análise sistemática com refinamento da temática e combinações de informações que garantem a História Pública assegurando a visualização da memória em dados visuais.

No próximo capítulo, será abordado a despeito a história do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubatã, dando enfoque nos arquivos escolares que foram encontrados na própria rede de ensino, principalmente do campo pedagógico e administrativo, fluindo através dos conceitos agora já explorados acerca da história pública e seus arquivos escolares.

CAPITULO 2

CONHECENDO O COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA DE UBIRATÃ ATRAVÉS DOS SEUS ARQUIVOS.

Neste capítulo consideramos a análise sobre o trato, a preservação e as disponibilidades públicas dos arquivos escolares do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubiratã, buscando a partir desta análise, apanhar informações que permitam na perspectiva da História Pública evidenciar possibilidades de iniciativas voltadas para a construção dos arquivos escolares conjunto e acessível junto à comunidade. Como vimos no capítulo anterior, no movimento proposto pela História Pública, a construção colaborativa do arquivo resulta para além de documentos meramente administrativos, permitindo que a participação da comunidade vá para além de simples fontes de pesquisas, possibilita que o público se despoje como aliados, participantes e colaboradores. Pensar o arquivo como algo não instituído, entender que o mesmo não é uma disputa de memórias entre oficiais e silenciadas, ocultas e comunizadas, ele pode ser sim reelaborado a partir de experiências, enriquecendo as informações, visando à preservação, o acesso e constante, a mudança e construção.

Realizou-se um diagnóstico da situação atual dos arquivos existentes no Colégio. A princípio, a proposta é um desafio, pois a documentação se encontra dispersa e os setores responsáveis pela documentação administrativa e acadêmica, que nem sempre estão sempre disponíveis a colaborar, até porque o material existente na escola não se concentra em um único local, mas alocados em vários lugares da escola (salas improvisadas). São documentos que permanecem “na sombra”, fora do alcance, da comunicação e publicização, evidenciando um sentimento de propriedade da documentação gerada pelos setores administrativos, ou seja, como se fossem de uso exclusivo dos funcionários de cada departamento. O acervo arquivístico da escola é principalmente decorrente de suas atividades administrativas e pedagógicas. As atividades administrativas são oficialmente atribuições específicas da secretaria, do departamento de pessoal, da tesouraria e da diretoria. Em geral, assim como ocorre na maioria dos estabelecimentos de ensino, o CEQB apresenta arquivos "ativos", "inativos" e/ou "mortos". Dessa forma, buscamos nas fontes orais (entrevistas e conversas) entender o contexto e a dinâmica escolar para o arquivamento dos documentos.

Durante as entrevistas (conversas) com o Diretor Sebastião Osmar Beraldo, Professora Giani Maria da Silva e a Secretária Denice Rodrigues da Silva, foram levantadas informações

e dados que colaboraram no resultado desta pesquisa. No momento de diálogo constatamos que os materiais que compõe a pasta de documentos do Colégio foram elaborados em diferentes épocas, porém, nem tudo que se realizou foi preservado. Talvez a única forma de resgatar a história desses documentos não registrados, seria através das memórias (lembranças) daqueles que presenciaram os fatos, fatos esses que podem ser julgados como verdadeiros ou não, pois devido à falta de elementos físicos efetivos seria algo sem comprovação, porém com grande valia terna. Foram realizadas quatro entrevistas², e a partir delas entendemos o quanto ainda precisamos resgatar as histórias, pois rememorar o espaço escolar onde, cada qual, experimenta e lembrar-se de uma forma, demonstrando emoções, traumas, prazeres e sensações é um desafio e uma satisfação. Michel de Certeau (1994) nos lembra que:

Os lugares são histórias fragmentárias em si, dos passados roubados à legibilidade dos outros, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações conquistadas na dor ou no prazer do corpo. (CERTEAU, 1994, P. 189).

São essas memórias, carregadas de simbolizações, que nos permitem observar como cada pessoa se relaciona com o espaço e com o tempo em que está, fenomenologicamente, imerso. As memórias daqueles que produziram o espaço da escola carregam também as memórias dessa instituição como parte significativa de suas vivências e de suas relações sociais, assim como produziram sínteses de si mesmos e da universidade que, por mais que se modifique, carrega também marcas dessa presença, seja na memória espacial ou na memória coletiva dessa instituição.

Atualmente, o acervo do Colégio é composto por materiais, documentos, fotografias, troféus, arquivos de vídeos, arquivos de áudios de cunho institucional como palestras e documentários produzidos pela instituição, gravações de eventos, palestras. Esse material hoje não tem organização para acesso ao público, porém, tem potencial para locar-se e organizar-se de forma a ficar disponível para receber visitas públicas além de promover exposições em eventos da instituição.

² BERALDO, Sebastião Osmar. Sebastião Osmar Beraldo: depoimento [Mar. 2022]. BORTOLLI, Angela Maria. Angela Maria Bortoli: depoimento [Jan. 2023]. SILVA, Denice Rodrigues Denice Rodrigues da Silva: depoimento [Mar. 2022]. SILVA, Giani Maria. Giani Maria da Silva: depoimento [Mar. 2022].

Figura 1: Registro da Inauguração da Escola Quintino Bocaiuva



Fonte: Acervo da Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida s/d

Dessa forma, construíram-se histórias que estão guardadas, mas não são contadas além das que não aparecem nos livros de registros, nem em atas, nem nos boletins, nem mesmo em memoriais, mas são apresentadas através de imagens (fotos) antigas e atuais, objetos e memórias. As instituições escolares são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção dessa memória escolar e da sua identidade histórica.

Os arquivos guardados e considerados “mortos” não cumprem esta função de condensar e proteger a memória, pois ficam em depósitos distantes da comunidade. Esses arquivos adquiriram um valor especial quando no ano de 2019 um acontecimento os colocou em destaque: a notícia de que o CEQB poderia fechar suas portas, isso impulsionou sobre a importância das memórias escolares e principalmente a relevância dos arquivos escolares e seus cuidados públicos como um suporte institucional. Os arquivos quando sentidos pela comunidade como próprios permitem manter a instituição viva, verdadeiras práticas que fortalecem as bases da existência da escola. Quando aquela notícia chegou escrevi a seguinte carta:

Em 2019, eu e um grupo de professores estávamos no intervalo de aula (recreio) na sala dos professores do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubitatã no Município de Ubitatã, (a Escola mais antiga desta cidade que fica no interior do Paraná). Estávamos em conversas descontraídas como de costume para o momento, quando entra a Diretora com um

papel em mãos, apresenta e lê tal documento. O documento estava direcionado a direção, e segundo a mesma foi recebido em mãos entregue pelo Chefe de Núcleo de Educação na época (2019).

O conteúdo desse documento trazia um comunicado sobre o fechamento dessa escola. Sim, simples assim. O comunicado informava que no fim do ano letivo de 2019 haveria a cessação, o fechamento desta Instituição de Ensino. Não haveria atendimento educacional a partir do ano de 2020. Um comunicado sem nenhum aviso ou informação prévia, e sem nenhuma consulta popular, ou qualquer tipo de diálogo com a comunidade escolar. Aquela notícia foi impactante, tanto pela forma que foi recebida, quanto pelo fato de uma escola com uma grande caminhada histórica (mais de 60 anos) seria fechada.

A escola em questão tem características periféricas, inclusiva, e atende as modalidades de Ensino Fundamental, Médio e EJA, além de oferecer atendimento na sala de AEE – Sala de recurso, para crianças, jovens e adultos com vulnerabilidade social, muitas pessoas fazem parte daquela instituição.

Sentiu-se então o descaso, com a educação com a história, sem nenhum reconhecimento sobre a importância desse estabelecimento tanto como ambiente de formação do indivíduo ou como espaço histórico. Sem qualquer relevância sobre os prejuízos educacionais, sociais e históricos. Como resistir, como argumentar? Esse foi um problema percebido então. Buscar em quais registros históricos? Materiais, fotos, documentos, quais fontes.

Os arquivos escolares da escola, normalmente ficam dispersos em salas, bibliotecas, secretarias, ambientes da escola. Apenas os documentos burocráticos são catalogados e arquivados em local próprio, então, tentar justificar a importância histórica dessa escola tão antiga se tornou um desafio.

O Colégio Quintino Bocaiuva assim como várias escolas, tem em suas dependências muitos materiais históricos, documentos, arquivos. Estes materiais foram guardados desde a década de 60, porém, eles não se encontram em espaço único e próprio, também não se dispõe a visitação e nem tem um arquivamento adequado, catalogados de forma organizada corretamente.

Iniciou-se o processo de comunicação a toda a comunidade escolar do que estava ocorrendo, e nesse processo houve uma surpresa positiva. Os alunos se organizaram, se mobilizaram (pais, ex-alunos, ex-funcionários enfim, comunidade em geral) e promoveram uma mobilização pública.

Resgataram imagens, depoimentos, objetos, trouxeram à mostra a história, a história

construída, contada e vivida pelo público. Buscou-se a mídia, as influências e o mais importante, a própria voz, para se fazer ser ouvidos. Falavam de toda história vivida, sobre o sentimento de pertencimentos de todos que por ali estão ou passaram pela escola.

Para finalizar esse breve relato descrito esclarece que a Secretaria da Educação do Estado, mediante as manifestações públicas DEFERIU O PEDIDO DE PERMANÊNCIA DE FUNCIONAMENTO, e arquivou o documento solicitando a cessação. Dessa forma, ficou PERMITIDA a continuação dos atendimentos escolares. A escola não fechou, não houve cessação e mesmo diante das tantas dificuldades encontradas permaneceram-se os atendimentos. Mesmo diante das tantas dificuldades encontradas conseguimos permanecer nesse espaço que já deu voz e vez a tantos indivíduos, que muitas vezes foram calados, porém, que continuam e continuarão buscando seu espaço de fala. E muitos encontram nesse local, um espaço de construção de conhecimento, de empoderamento e de garantia de direitos, mas acima de tudo um ambiente que proporcionou construção histórica, de um lugar cheio de histórias para contar e serem ouvidas.

A partir desse breve relato, a reflexão nos remete em pensar na história, na política pública educacional, e em todo percurso histórico desta Instituição, nas conquistas, nos desafios, dificuldades e principalmente no sentimento de pertencimento daquela comunidade escolar na construção do conhecimento. Também nos chama a atenção sobre uma instituição que é tão antiga, mas que não tem estruturada uma forma para registrar sua história torná-la pública para que possibilite ao público o conhecimento e a compreensão do quanto significativo é esse espaço. Remete-se à reflexão, uma das inspirações para trazer a questão sobre arquivos, memória e História Pública para o debate. A tensão produzida por uma instituição escolar, que desperta o interesse de uma pesquisadora em investigar o acervo existente, que ainda não está organizado sistematicamente, visto a necessidade de preservação, conservação e circulação dos arquivos escolares por meio de ferramentas digitais, a fim de dinamizar a forma de diálogo, e promover um espaço de interação entre pesquisadores, escola e público.

Em suma, entendemos que é preciso preservar a história e mais que isso é preciso movimentá-la, fazer com que ela se transforme e circule. Nunca chegamos à realidade total dos fatos, nunca temos em mãos a totalidade da história, mas fragmentos com os quais montamos nossas próprias narrativas, e que nos faz entender como o conhecimento se constrói atentarmos as narrativas que rompa com a narrativa que em nosso cotidiano encontramos e escutamos, nesse sentido, conhecer a realidade. Como ensina Calvino, "é inserir algo no real; é, portanto, deformar o real" (1990, p.123). Conhecer é narrar o real a partir das histórias dele e nele presentes.

No Programa de Mestrado, dois anos após o relatado acima, durante uma aula, o Professor apresenta um filme e sugere que assistíssemos, esse filme seria uma forma de embasar nossas discussões e uma releitura sobre o conteúdo que estamos trabalhando, uma complementação.

Ao assistir ao filme algo tocou profundamente, e logo me remeteu a memória sobre o fato “fechamento da escola”. E por quê? Talvez porque mais que uma instituição de ensino cheia de documentos administrativos, burocráticos, deliberações, resoluções, regras e conteúdo, temos também um espaço de memórias, retalhos de histórias que não foram contadas, mas que contêm importantes lições, a construção de uma identidade de uma sociedade.

O filme intitulado “Ser e Ter” (*Être et avoir*, de Nicolas Philibert, 2002), nos aproxima, nos provoca e nos faz uma analogia com o relato contado, colaborando com a proposta desta dissertação. Nesse filme que se parece com um documentário, a história contada se aproxima da realidade interiorana da cidade de Ubiratã, e como nas cidades do interior, esse filme apresenta um grupo de crianças entre quatro e doze anos que estudam em uma pequena escola de uma vila em Auvergne na França e ao irem para escola constroem histórias ao longo do percurso, conhecimentos que vão além de conhecimentos mecanizados. Aprendem a conviver, com o espaço, com as imagens e história que vivenciam.

Logo vem a memória aquela passagem, (referente ao fechamento do Colégio) momentos que vivemos na escola. Coisas que nem sempre estão registradas, arquivadas e escritas, mas se inscreve em nossa própria vida, fazendo-se no tecido de nossa escritura individual. Falar das narrações, povoadas de sentidos, abertos e possíveis que se abrem no percurso da própria história vivida e sentida, que educa que insere o outro nessa esfera daquilo que, na forma final, o que é que narramos em nossas práticas educativas que nos coloca nas tênues linhas entre o que é obrigatório e o que é espontâneo, talvez aí esteja a relação entre o educar e o aprender, e talvez como sugere o título do filme, entre o "ser e o ter". Ser construtor da história não um mero consumidor, ela é pública não só pelo fato de estar disponível, mas também por ela ser construída pelo público. Além de momentos de conhecimento foi de resignificação em que a minha pesquisa começou a permear entre as compreensões para a trajetória humana e caminhos com potencial de transformação, de construção de identidade do ambiente escolar.

Essa experiência permitiu pensar sobre a relevância dos arquivos escolares não como depósito, mas como vida da própria escola. A vida da escola são suas memórias, não somente os oficiais, mas as públicas, as do cotidiano, as da comunidade. Atualmente os arquivos

escolares são parte de uma disputa de sentidos, pois o discurso de inovação tem invadido a vida gerando uma anulação da memória como algo atrasado e sem sentido. Conta o filósofo espanhol Santiago Alba Rico (2004) que previamente à destruição de Cartago pelos romanos no ano 146 a.c. Houve uma discussão entre os embaixadores cartagineses e o cônsul latino Lucio Marcio Censorino tentando chegar a um acordo para evitar o fim da cidade. Sugeriram os anciões do norte da África uma alternativa: *“Dejad a la ciudad, que no es culpable de nada, y matadnos a nosotros mismos, si queréis, a los que nos ordenais cambiarnos de lugar. De este modo pareceréis que estáis irritados contra hombres, no contra templos, dioses, tumbas y una ciudad que es inocente”* (ALBA RICO, 2004, p. 47). A resposta romana foi contundente os cartagineses deviam esquecer a cidade porque *“la historia no cuenta, la tradición es pura superstición, entre empezar y haber empezado hace seiscientos años no hay ninguna diferencia cuando la razón contempla desde fuera los mecanismos de la adhesión y los procesos de establecimiento de las sociedades humanas...”* (ALBA RICO, 2004, p. 48).

Do lado romano, a defesa de uma perspectiva na qual *“el que el hombre aparece como la fuente y el límite de todas las libertades. Frente al hombre, los templos, las casas, las tumbas de los antepasados, las ‘cosas’ en general, tienen sólo un valor prestado y, separadas y sacralizadas, pueden llegar a convertirse no solo en un obstáculo sino en el principio de una tiranía odiosa, fuente al mismo tiempo de violencias y supersticiones”* (ALBA RICO, 2004, p. 48-49). Assim apresentam uma ideia sobre o tempo muito interessante, para pensar nossa contemporaneidade em que o futuro vem e se impõe ao presente, não é um tempo nem linear, nem cíclico, mas um futuro ao qual a única reação possível e válida é se adaptar. Um tempo que se apresenta sem alternativas. Censorino apresenta um discurso ‘humanista’ e ‘racional’ para justificar uma conquista, seu tom cínico representa o paradigma da guerra: *“no es este un paradigma muy moderno, cierto; lo que sí es moderno es que un paradigma tan antiguo haya pasado a dominar por completo la vida y el “mundo” de los hombres”* (ALBA RICO, 2004, p. 52).

Esse discurso representa o olhar para o mundo do conquistador, do devorador, do pragmático e do inovador que nos permite dar início a uma discussão sobre a preservação/transmissão de arquivos escolares que também sofrem esta guerra cotidiana. A partir desta história, Alba Rico nos faz pensar como nossa relação com as coisas do mundo acontece de três formas possíveis. Inicialmente, as coisas são para *comê-las*, para devorar, para consumir e o vínculo se estabelece através da fome; um segundo tipo de relação está dado pelo *uso* das coisas como instrumentos que possuem uma duração maior (fungíveis). E, por último, temos as coisas para *admirar*, para se maravilhar, para estudar, para se responsabilizar, para

cuidar não são para comer nem para usar, mas para nos relacionarmos por meio do pensamento, da palavra, do juízo e da preservação.

Neste trabalho pretendemos pensar sobre o arquivo escolar não como um lugar de uso predominantemente administrativo nem como um lugar com papéis úmidos que acumulam poeira, mas como um espaço de encontro público colocando em prática ações de construção, preservação e divulgação da memória escolar. A proposta de pensar os arquivos escolares desde a História Pública consiste em prestar atenção e refletir sobre o papel do historiador público na construção, nos cuidados e principalmente na importância da dimensão pública do arquivo escolar promovendo um espaço de interação entre pesquisadores, escola e comunidade. Em tempos de inovação e de “future-se” parar para pensar desde a história pública o arquivo escolar permite enxergá-lo não como um lugar politicamente inerte e de construção técnica, mas como uma “trincheira de combate” de memórias outorgando-lhe uma potência política que vai muito além de ser um mero depósito de papéis (CAIMARI, 2020, p. 225). As disputas situam-se no campo das memórias e principalmente de dar valor às memórias consideradas periféricas ou menores e, ao mesmo tempo, comunicá-las no sentido de colocá-las no mundo: em comum. Voltando sobre as três formas de relacionar-se com as coisas que apresenta Santiago Alba Rico, neste trabalho pretendemos uma aproximação ao arquivo escolar não com um olhar extrativista (ir para buscar fontes) nem uma visão de uso administrativo/burocrático que acabam invisibilizando memórias comunitárias ofuscadas pelo uso institucional formal. Assim pretendemos pensar o arquivo escolar como problema:

Não podemos contemplar o dedal enquanto costuramos, não podemos pintar as nossas botas enquanto subimos uma montanha, não podemos admirar o martelo enquanto pregamos pregos. Poderíamos dizer que as coisas de usar somente voltam ao mundo, à cultura, à presença, quando se tornam anacrônicas (quando, distantes do Tempo em que eram usadas, museificam-se) ou quando se quebram (no momento em que deixaram de estar embebidas de sua função, quando se fazem inúteis e deixam de servir), ou seja, quando se suspende ou se interrompe o seu uso, ou quando se colocam à distância e se tornam interessantes em si mesmas (LARROSA, 2021, p. 85-86).

Nesta visão a principal característica de um arquivo escolar não está determinada pelo consumir nem pelo usar, mas na possibilidade de colocar apresentar coisas que se transformam em maravilhas e precisam ser cuidadas. Este gesto em relação a um arquivo relaciona-se com a operação de *profanar* no sentido que lhe outorga Agamben (2005, p 59) sendo aquilo “que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens”, onde tudo deve perder sua aura de intocável, de sacralidade. Atribuindo uma perspectiva educacional a esta noção de profanação, os filósofos belgas Jan Masschelein e Maarten Simons (2018, p. 42) consideram que a escola é um lugar e um tempo para a “profanação” representada pelo “confronto com as coisas públicas disponibilizadas para uso livre e novo”. Profanar é “colocar

algo sobre a mesa” como um objeto de estudo, transformando algo em matéria de estudo, que exige “nossa atenção, que nos convida a explorá-lo e engajá-lo, independentemente de como ele possa ser colocado em uso”. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2018, p. 42). No sentido escolar e da pesquisa, a profanação está vinculada com o lúdico, transformando alguma coisa em jogo para “seu uso livre e novo”, sendo as coisas profanas desligadas,

do seu uso habitual, não mais sagrado ou ocupado por um significativo específico, e, portanto, algo no mundo que é, ao mesmo tempo, acessível a todos e sujeito à (re)apropriação de significado. É algo, nesse sentido geral (não religioso), que foi corrompido ou expropriado: em outras palavras, algo que se tornou público. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2018, p. 39).

Assim o arquivo como “trincheira do combate” da memória e do público se posiciona na contramão da lógica dos romanos na destruição de Cartago e de seus “seguidores” contemporâneos representados pela: (1) linguagem empresarial da inovação que tem invadido o campo educacional com esse “*futuro (que) viene hacia nosotros... El futuro es algo que nos ha pasado, que nos pasa por encima...*” (ALBA RICO, 2004, p. 22). A lógica perversa de evacuar, jogar, depositar nossas experiências “*en esa forma paradójica de memoria que se llama ‘archivo’. Literalmente la ‘archivamos’, con medios sin precedentes de registro y conservación, y la vamos dejando así en manos ajenas. Los otros... conservan el recuerdo de lo que no vivimos*”. Na oposição a essa lógica do culto da inovação e do arquivo como mero depósito morto, viemos através deste trabalho propõe a análise, o olhar sobre os arquivos escolares e propor exercícios de problematização por representarem um cantinho público nas escolas e nas cidades sem estar regulado nem “pela fome, nem pelo uso, e no qual os cidadãos estão não como consumidores ou como usuários, mas como homens livres e iguais que olham, julgam, pensam e falam”.

2.1 O Colégio e os arquivos.

O Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubiratã faz parte do setor da rede pública estadual e possui arquivos que são compreendidos mais como artefatos administrativos que dotados de historicidade, a força burocrática é a que mais incide nas configurações dos arquivos e seus sentidos. No caso, a esta pesquisadora foi permitida pelo diretor, funcionários da secretaria e dos demais departamentos da escola o acesso a esse material. O primeiro contato foi no intuito de explicar as intenções do trabalho, alguns funcionários demonstraram apreensão, que compreendo pela forma de preservação fortemente ligada a questões administrativas e sigilosas que o arquivo carrega. Também pela evidente limitação de espaço, forma de acesso, pela falta de pessoal responsável e ou funcionário específico para cuidar da

organização do arquivo e sobre os cuidados a serem dispensados ao material. Os arquivos são um tema incomodo.

Utilizou-se como indicante o conceito de arquivo escolar elaborado por Medeiros, que o entende como “um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou natureza dos documentos” (MEDEIROS citado por BARLETTA, 2005, p.110). Conforme Barletta (2005), as escolas exercem "núnus" (ofício) público e, em consequência disso, têm como uma de suas responsabilidades a preservação dos seus arquivos. A finalidade dos arquivos escolares é a comprovação do direito de pessoas ou da administração. As informações provenientes desses arquivos são utilizadas normalmente pelos órgãos da administração pública para exercer um controle do fluxo referente ao oferecimento de vagas, matrículas, aprovação, reprovação, evasão, ou seja, atividades administrativas. Mas os desconfortos (ou os desafios) aparecem quando os arquivos são pensados para além de fins comprobatórios ou burocráticos com um valor histórico e cultural permitindo apreender elementos das práticas administrativas e pedagógicas construídas ao longo do tempo de funcionamento da escola.

Justamente a História Pública busca repensar o papel social da história e sua finalidade perguntando-se para que façam história. A partir disto surgem novos questionamentos norteadores dessa investigação sobre os arquivos escolares: até que ponto a importância do arquivo escolar é compartilhada pelos sujeitos escolares? O que se preserva, e como se preserva? Onde está? O que está disponível? Como e quem acessa esses arquivos? Preocupações que foram se instaurando durante a realização desta pesquisa.

Como afirmamos anteriormente o arquivo de uma escola é decorrente de suas atividades e como na maioria dos estabelecimentos de ensino, no Colégio Quintino Bocaiuva, apresentam-se arquivos "ativos", os documentos e papéis de uso, consulta e referências constantes e atuais, ou que se encontra em fase de conclusão, "inativos", denominado como documentos e papéis que oferecem menor frequência de uso, consulta ou referência. E ou "mortos" armazenagem de documentos de uso, consulta ou referência quase nulas, mas mesmo assim precisam ser guardados, e inclusive organizados. Segundo Nascimento, Parrela (2019, s/p) “todo documento arquivístico se torna único, em razão da sua própria história”. Neste caso, os dados documentais da escola fazem parte da reconhecida história presentes na memória de todos os envolvidos da comunidade escolar e sua constituição. Tessitore (2011, p.174) afirma que “o arquivo registra as ações no momento em que ocorreu, registro marcado, evidentemente, pelo contexto em que foi produzido”.

Não obstante, como apresentamos no capítulo anterior, o peso burocrático na definição do arquivo faz como que "histórias, memórias que ouvimos, contadas por aqueles que estão aqui e por aqueles que passam e já passaram por aqui, longas conversas e boas histórias, eles falam o que vivenciaram" (RODRIGUES, Denice da Silva. 2022) não sejam preservados e não exista nenhum mecanismo para incorporá-los como memória viva do Colégio. O arquivo tem sido assumido pela impronta burocrática um tom mais naturalizado na sua construção ao ser considerado o conjunto de documentos produzidos e acumulados por essa entidade no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (documento, papel, fotografia, etc.). Como se não fossem parte de uma seleção, como são não tivessem origem e como se não fossem consequência de decisões ou negligências. Por sua vez, Fuster Ruiz (1999, p. 109) explica que a palavra arquivo, geralmente, possui três concepções: "como conteúdo documental" (um conjunto de documentos), "como instituição" (uma instituição onde se reúne, organiza, guarda e difunde os documentos) e "como continente ou lugar de conservação" (um local ou depósito onde se conserva e se consulta os documentos arquivísticos). Ou seja, a História Pública pode oferecer outra concepção mais colaborativa, mais divulgada, mais vinculada como a memória, enfim, mais pública e menos fundamentada em orientações administrativas. Como afirma a funcionária do Colégio

A organização para o arquivamento da escola é fundamentada nas orientações administrativas, e estão relacionadas especificamente ao material administrativo, como preservação e descarte. A escola acompanha as resoluções vigentes, as orientações referentes a documentação escolar. O PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola não aborda nenhum projeto com a proposta de preservação da memória da escola nem sobre a necessidade de arquivamento e registro desses arquivos de memória. O PPP (Projeto Político Pedagógico) faz apenas um apanhado do histórico da escola no preâmbulo. (SILVA, Giani Maria da. 2022).

Ao adentrar e ter acesso na instituição escolar constata-se que a desorganização na preservação dos arquivos não é um fato isolado e específico daquela escola, em conversas com grupos de professores que passam por várias escolas, eles dizem que essa situação é bem comum em todas as instituições, sejam públicas ou privadas. Em seus documentos internos também não existe nenhum projeto que enfatize a questão sobre arquivamento, dessa forma se torna algo realmente voluntário e não tem compromisso com continuidade. Assim só a partir de um projeto que seja aprovado e incluído no Projeto Político Pedagógico, seria possível que mesmo com as mudanças de funcionários ou direção o arquivamento e restauração seriam contínuos.

Uma das questões que presamos são os arquivos da escola, tanto acervo materiais e até humanos, pessoas que passaram por aqui e são memórias e queremos um projeto que tudo isso permaneça guardado e preservado na escola, mas que possa ser disposto num local físico... e também um lugar que seja propício para que as pessoas que por aqui passaram deixe sua contribuição (BERALDO, Sebastião. 2022).

Em uma das entrevistas, a secretária Denice nos manifestou que há um constante descarte de boa parte do que se produz na escola, seja em atividades pedagógicas, ou documentos administrativos, pois “tudo o que tem mais de cinco anos, não precisa ser guardado e pode ser são destruídos”, conforme as determinações e resoluções. Ainda acrescenta que “a escola não tem espaço para acumular tanto papel que não são considerados importantes”.

Questionei a secretária sobre esse comentário e recebi a seguinte resposta:

Seguimos a orientação da SEED, na verdade a secretária da escola segue as resoluções vigentes em relação ao descarte de documentos, mas esses documentos são administrativos, o que deve permanecer na escola, sobre a vida escolar, funcional, enfim, ele é referente à vida escolar legal do estudante e do funcionário. Normalmente é solicitado aqui na secretária para fins de comprovações de escolaridade ou de antigos funcionários querendo comprovar algo. (RODRIGUES, Denice da Silva. 2022).

Dessa forma, compreendemos que os registros escolares são predominantemente administrativos e então nos instigamos a pesquisar para além do que estão ali arquivados, compreendendo que há outras vertentes e que nelas podem-se encontrar outras histórias, informações, outras fontes. Paradoxalmente esse é o chamado arquivo morto:

Em relação aos demais registros, como fotos, postagem, materiais pedagógicos, esses não são aqui, esses que são feitos no dia a dia da escola, pela comunidade escolar não há uma orientação sobre descarte exato, na verdade nem deveria se descartar, e normalmente eles não são descartados, porém, às vezes um funcionário novo no setor pode achar pouco importante e descartar em uma faxina, por exemplo, mas normalmente não é o que ocorre, é mais fácil acumular em lugares diversos por não ter um lugar único para arquivar. (SILVA, Giani Maria da. 2022).

Histórias que podem não ter sido contadas, mas são significativas na formação do indivíduo, que podem mostrar como as pessoas se relacionaram ao longo do tempo com a escola, como se deu a construção do conhecimento, da história nesse espaço. Como coloca Beraldo sobre a preservação

a escola cuida/preserva seus arquivos, tenta não descartar o que se produz, às vezes você encontrará aqui materiais de anos anteriores, coisas simples, mas significativas, como uma produção artística de um aluno, um trabalho de um professor, ou até um caderno de anotações da antiga direção. Infelizmente o que nos falta é só uma forma de organizar e disponibilizar esse material, mas eles permanecem guardados. (BERALDO, Sebastião Osmar. 2022).

Cabe destacar que nem tudo o que se produz na escola vira material para reciclagem, lixo, é incinerado ou descartado. Em conversa tanto com o diretor quanto com funcionários das secretarias das escolas, quando se diz respeito à seriedade e à guarda dos documentos de comprovação da escolaridade dos alunos e da vida profissional de professores e funcionários, eles foram bem exatos "aqui se registra e preserva". Porém, como já foi manifestado "os arquivos institucionais", são muito mais burocráticos do que realmente históricos (RODRIGUES, 2022), mas também são guardados documentos "relacionado à vida escolar dos alunos, históricos, livros de classe, livros atas, e documento dos funcionários também". Esses documentos são de uso quase predominante da secretária escolar (RODRIGUES, Denice da

Silva. 2022).

De forma geral, esses registros administrativos permanecem na secretaria da escola ou ainda em espaços destinados a esse fim. Na secretaria da escola eles ficam fechados com chave e/ou em prateleiras de arquivos, localizados em espaços de acesso restrito. Apesar de dispor de um lugar específico para a guarda da documentação obrigatória, percebe-se que alguns detalhes em relação aos cuidados e quanto à proteção dos arquivos (o uso de grampos de metal nas pastas dos arquivos de correspondência recebida e expedida) que geram sinais de comprometimento, ou mancha do documento devido aos efeitos nocivos da ferrugem sobre o papel fotográfico. Como se percebe, a memória institucional conserva de forma bastante aleatória um conjunto de arquivos "seletivos", limitados a níveis institucionais e guardados sem possibilidade de divulgação nem de receber aportes da comunidade escolar. O arquivo não tem potencial para mostrar a história como um processo de construção da vida cotidiana nas instituições escolares, pelas pessoas nas suas relações sociais, culturais, econômicas e políticas como algo vivo. O próprio Diretor afirma que

Os arquivos institucionais são muito mais burocráticos para uso administrativo, do que realmente históricos para pesquisas e informações, guardamos documentos antigos, relacionado à vida escolar dos alunos, livros de classe, livros atas, e documento dos funcionários também. E esses documentos são de uso quase predominante da secretária escolar. (BERALDO, Sebastião Osmar. 2022).

Foi observada a formas de organização dos arquivos para a identificação dos documentos da vida escolar de um ex-aluno ou de um ex-funcionário, há então livros ata, nos quais são alistados anualmente os nomes dos alunos que estudaram na escola. Procedimento que auxiliam muito a identificação dos documentos necessários para a emissão de um histórico escolar, por exemplo. Vem sendo elaborada pela própria equipe de secretaria uma organização digital, na qual aos poucos já vem sendo inserido, nomes, datas, numerações e documentos, o que vem a facilitar a busca de um documento por exemplo. A organização do acervo na biblioteca, na maioria é organizada, porém apenas a bibliotecária realmente consegue dominar e entender onde está o que se pede. Os livros estão catalogados, em geral, são organizados por disciplina curricular, conforme o entendimento do funcionário que atua na biblioteca, caso haja uma mudança, o que é bem comum aqui porque em órgãos públicos acontece muito, a identificação do material fica bem difícil. Nos espaços destinados para a biblioteca da escola há o predomínio de livros didáticos nas estantes. Algumas obras mais antigas são preservadas, mas segundo comentários de alguns funcionários "apenas ocupam lugar," pois infelizmente são poucos usados hoje em dia. Há ainda alguns mapas antigos que já foram utilizados pelos professores, alguns professores ainda utilizam, mas apresentam péssimas condições de preservação.

Percebemos nesse espaço que materiais didáticos como jogos, cartazes, mapas, régua, carimbos, materiais de murais comemorativos, coleções de slides, vídeos, troféus, entre outros, existem em boa quantidade, alguns aglomerados em cantos, observado em um cômodo improvisado, outros ainda se encontram de forma dispersa em "cantos" na escola. Estes tipos de arquivos da escola estão inseridos em todos os espaços da escola, porém não de forma organizada, pois se dispõem na biblioteca, secretaria, sala da direção, almoxarifado, entre outros espaços. Alguns objetos ficam na biblioteca, em armários diversos, outros estão sob a guarda da equipe pedagógica ou mesmo na secretaria. Podem ser encontrados também na sala dos professores ou no laboratório de ciências. Percebeu-se que boa parte desses recursos já caiu em desuso por estarem inadequados às demandas curriculares, ou ainda, pelo desconhecimento de sua existência pelos professores, conforme afirmaram funcionários.

Dispersos e preservados pelo esquecimento, esses materiais estão constantemente ameaçados pela possibilidade de descarte. Não há um profissional específico que pense os arquivos e a forma de arquivar, mas as decisões são tomadas de forma aleatória na maioria dos casos por opção de um funcionário de boa vontade ou por uma necessidade administrativa. Afirma Silva que: “mesmo que a função do bibliotecário delegue a ele esse desempenho, ele é um servidor que chamamos como agente Educacional II que pode fazer outras funções também, e como há sempre remanejamento nem sempre o funcionário domina essa característica de arquivista, então vai para a biblioteca e vai se adaptando”. (SILVA, Giani Maria da. 2022).

Verificamos quanto é necessária a perspectiva da História Pública, o trabalho de todos os envolvidos com memórias, histórias, divulgação, conservação, circulação de artefatos do passado e presente, sua análise, seu uso. Processos de investigação que abrem um debate com a comunidade e contribuem para a construção de outras obras, inclusive de pesquisadores acadêmicos, alunos, documentaristas, políticos, e de escritores de memórias. Beraldo diz que, "a escola tem muitos materiais valiosos, pena que não há alguém unicamente responsável por isso (arquivista, por exemplo), assim deixamos lacunas, ou seja, nem tudo foi guardado, recuperado". Aparentemente sem importância, a preservação destes conforme Barletta (2005, p.10), é imprescindível, pois esses materiais “refletem as práticas dos métodos pedagógicos, ou seja, atividades-fim da instituição escolar, que vinculam as funções formais às suas práticas”.

Os registros fotográficos da escola é algo também que soa preocupante, amontoados em armários na biblioteca e também na sala do diretor. Em alguns casos foi possível encontrar fotografias acondicionadas em álbuns onde em poucos casos constam informações que permitem identificar o assunto e a data em que foi fotografado. Alguns materiais estão em pastas dispersas no arquivo do computador da biblioteca. Apesar de um considerável aumento na

quantidade de fotografias recentes, constata-se pouca preocupação em identificá-las e acondicioná-las satisfatoriamente, pois não há quem olhe para elas. Em diversos álbuns ficaram as lacunas das fotos retiradas, foi justificada que foram retiradas para fins de confecções de cartazes comemorativos ou mesmo de alguma apresentação. O que preocupa porque talvez, vistas jamais sejam recolocadas no acervo da escola, uma vez que podem ser danificadas tanto durante a preparação, quanto durante a exposição ao público. Sobre esta situação Souza, (2001, p.78) afirma que fotografia é um testemunho de um determinado fato ou acontecimento, mas revela também uma interpretação de mundo. Para esta autora:

Na memória das escolas públicas, as fotografias inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários partícipes dessa temporalidade do agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes como instrumentos de história. Dessa forma, o anonimato, a ausência de datas e nomes que as identifiquem é indicativa de uma funcionalidade que se inscreve na ordem efetiva dos significados compartilhados e escapa à lógica do documento e do arquivo (2001, p.78)

Apesar da escassez de informações e das condições de preservação dos acervos fotográficos são portadoras de um conjunto expressivo de informações sobre a escola e suas práticas, elas são a expressão da forma escolar, representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores normas e símbolos considerados “legítimos”. Elas representam as singularidade e identidades compartilhadas. Não obstante, como os restantes dos documentos permanecem ocultos e como um depósito distante dos olhos da comunidade.

Há também um grande volume de registros escritos produzidos pela escola em seus arquivos. Livros de registro de atas de reuniões da associação de pais e professores, de reuniões pedagógicas, de conselhos de classe, de convocação de pais e professores, de advertência, atas finais de aprovação e reprovação de alunos são encontrados de forma dispersa na escola pesquisada. Parte do material está na secretaria, como por exemplo, as atas finais. As atas de reuniões pedagógicas, de conselho de classe, de convocação de pais e professores, de advertência, foram localizadas na sala do diretor, na sala da equipe pedagógica, na secretaria e em alguns casos, no chamado arquivo morto. Muitos dos livros atas não apresentam qualquer identificação externa, algum apenas referente ao ano, mas sem identificação e nem mesmo o termo de abertura do livro. Situação que dificulta tanto a localização temporal quanto o assunto ali privilegiado e boa parte deles não foram utilizadas até o final, aparentemente porque caíram em desuso. Parte dos livros ata consultados verificou-se que o não há preenchimento do termo de encerramento.

Nos livros mais recentes, como por exemplo, os de relatório final de aprovação/reprovação percebe-se que o registro manuscrito foi substituído pela fixação de papéis impressos por meio de colagem, do uso de grampos. Dentre os documentos afixados

nesses livros-ata, encontram-se listagem de alunos, de professores, avisos emitidos ou recebidos pela escola, entre outros. Alguns estão em pastas perfuradas. Constatou-se que esta prática compromete não só a qualidade dos registros e as condições de preservação desses livros e dos demais registros, mas também demonstra a pouca preocupação com a forma correta de preservar os registros da vida da escola. Quanto aos registros produzidos pela equipe pedagógica, anteriormente nominada pela legislação como orientadoras educacionais e supervisoras escolares, há escassez de registros. Sobre esse fato, alguns diretores justificaram que devido à intensa rotatividade desse profissional na escola, não há tempo para que algo seja construído para deixar registros na escola. Outros atribuem essa situação ao fato de que muitos desses profissionais, ao deixarem a escola, levam todos os registros que produziram. Ainda justificam que como não há um único responsável, os registros às vezes são feitos, mas não arquivados.

Esta breve descrição apresenta a situação de conservação dos documentos e a relevância sobre as virtudes de um olhar desde a História Pública. O Colégio Estadual Quintino Bocaiuva pode dar início e incentivo para que outras escolas repensem os processos de arquivamento, reconhecendo a importância histórica na sua constituição e a valorização da presença de interesse e disponibilidade institucionais. Os arquivos da memória seja ela material ou imaterial precisa de um espaço organizado:

Na escola temos um local que fica ao lado da biblioteca, nós guardamos, troféus, livros, vídeos, fotos e até parte de uma fanfarra, uma bandinha que a escola usava na década de 70 a 90. Muita coisa por ali. Mas o problema é que as memórias desses objetos, dessas imagens, desses arquivos, a descrição e de qual período fizeram parte, não estão organizados, nem catalogados, foram preservados por várias mãos, mãos de pessoas que se propuseram em preservar só por entender que aquilo é nossa história. (BERALDO, Sebastião Osmar. 2022).

Os materiais que compõe a pasta de documentos foram elaborados em épocas diferentes, porém nem tudo foi preservado e pode ser analisado e apresentado em forma de memória pela falta de comprovação de elementos efetivos. Certamente, as memórias das pessoas relacionadas aos espaços são subjetivas e, cada qual, experimenta lembrar-se de uma forma, demonstrando emoções, traumas, prazeres e sensações. Michel de Certeau (1994) nos lembra de que:

Os lugares são histórias fragmentárias em si, dos passados roubados à legibilidade dos outros, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações conquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 1994, P. 189).

Justamente são essas memórias, carregadas de simbolizações, as que não estão presentes nesses arquivos nem em contato com ele o que impossibilita observar como cada pessoa se relaciona com o espaço/arquivo. As memórias daqueles que produziram o espaço da escola carregam também as memórias dessa instituição como parte significativa de suas

vivências e de suas relações sociais, assim como produziram sínteses de si mesmos e da universidade que, por mais que se modifique, carrega também marcas dessa presença, seja na memória espacial ou na memória coletiva dessa instituição. Essas não estão nessas pastas, nem nessas gavetas.

Documentos como regimento escolar, projeto político-pedagógico, planejamentos antigos ainda são encontrados, porém não são muitos, nem em um único lugar, alegam que na sua maioria foram para aprovação para o Núcleo Regional de Educação e não retornaram e as cópias podem ter sido levadas pelos próprios professores. Os documentos em vigência são encontrados e fica a disposição na direção e sala da Equipe Pedagógica. Há ainda livros de chamada arquivados nas escolas. Talvez, um dos poucos documentos em série que permitem uma análise mais próxima do fazer pedagógico ao longo dos anos, são estes registros realizados pelos professores. Por meio deste documento pode-se identificar a quantidade de alunos por turmas e a frequência ao longo do ano letivo, o número de aulas semanais e de dias letivos, os registros do professor quanto aos conteúdos trabalhados, rendimento dos alunos, mas havia mais livros sobre a modalidade EJA em relação ao resto das modalidades. Ninguém dos entrevistados soube explicar o motivo desta seleção que, como todas as outras, carregam o peso de decisões burocráticas.

Assim, a situação dos arquivos escolares é preocupante, principalmente, porque prevalece nas práticas escolares o conceito de arquivo limitado a um espaço de guarda de documentos de comprovação da vida escolar de alunos e do exercício profissional de professores e funcionários. Postura que condiz com a definição de um arquivo morto, apresentada por Camargo e Bellotto (1996, p.8) “denominação comumente utilizada em escolas (...), para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal.” Do conjunto desses documentos puderam-se apreender informações que permitiram problematizar o acervo histórico e as possibilidades do uso de documentos (escritos, orais, iconográficos, objetos, placas, arquitetura, e etc.) para melhor compreender a história da escola; as características físicas da escola originalmente e as mudanças sofridas; uniformes utilizados por alunos e professores neste e em outros tempos; festas e comemorações realizadas na escola ao longo de sua história.

Ao privilegiar corpus documental existente na escola como os diários de classe, trabalhos realizados pelos alunos, fotografias, correspondências recebidas e expedidas, avaliações, livros-atas, planejamentos, busca-se, também, ampliar as possibilidades de investigação da possibilidade de viabilizar o uso do arquivo escolar, para além do registro.

No terceiro capítulo, será possível visualizar o papel fundamental da evolução

tecnológica como fonte de manutenção e preservação desses arquivos, além da sua consequente democratização, preservação e/ou publicização, preocupando-se e ocupando-se com a organização e continuidade do acervo. Desta forma, pretende disponibilizar uma forma mais acessível ao acervo, à consulta de pesquisadores, estudiosos e interessados em geral, e possibilitar um espaço de interação com o público, para que além de preservar a memória da escola, conscientizar a sociedade sobre a importância de zelar pelo patrimônio cultural, e valor as produções de cada indivíduo, nesse caso especificamente na escola até agora, pouco organizado.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL E TIC: PRESERVAR, PUBLICIZAR E INTERAGIR

– APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO CENTRO MEMORIAL DIGITAL DO

COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA

A dinâmica do escolar reflete acontecimentos do espaço tempo, assim ao lançarmos um olhar para o cotidiano escolar, veremos que tais acontecimentos são decorridos por ritos, práticas, experiências, influências, sujeitos e interesses diversos. Histórias empíricas, não divulgadas, não faladas, “mil maneiras de caça não autorizada” em que ele se apresenta (CERTEAU, 2014). Partindo desta premissa nos propomos compreender os limites da forma burocrática/administrativa que as escolas tem de preservar, publiciza e interagir em relação aos seus arquivos. Direcionamos nossa proposta de organização para arquivos sobre os registros materiais e imateriais dessas instituições, assim como as práticas dos “sujeitos” da escola, ou seja, os indivíduos que de uma forma ou de outra estiveram presentes naquele espaço, que entrelaçaram os fios de trama da sua construção histórica. Nesse sentido tanto o ato de lembrar e de forma destacada neste trabalho, o de arquivar não diz respeito apenas ao passado, mas ao resgate das experiências, daquilo que permaneceu desprezado (materiais) e silenciado (imateriais) sob o peso das reconstruções historiográficas dominantes (e burocrático/administrativas).

3.1 História Pública, Instituição escolar e Tic's

Neste sentido, desde este lugar cabe ao historiador público problematizar os arquivos e as narrativas que possibilitam e impede determinadas memórias apresentar alternativas para preservar e divulgar. Sendo assim, a proposta é pensar os arquivos escolares junto aos atores sociais que dão forma a estas instituições políticas e culturais sem dissociar o público da sua construção histórica. Segundo Le Goff (2013) o espaço de memória é constituído de fontes orais, com o resgate daquilo que é lembrado e testemunhado por pessoas, e conduzidos por reflexões teóricas metodológicas importantes na constituição do sujeito capaz de reconhecer suas origens culturais através das narrativas históricas.

A História Pública como um princípio democrático originada da metodologia do historiador na busca de dados investigados e construídos de maneira dialógica e interpretativa

considerando a memória, os objetos, as fontes documentais e outros elementos que permitem explorar e valorizar a história em sua essência com significados e implicações na contemporaneidade. A História trabalha com vidas, e a História Pública possibilita apresentar as múltiplas experiências, vidas que devem estar presentes nos textos e nas falas dos historiadores e das historiadoras, como sujeitos da história. (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 1994; FRANÇA, 2015). Ouvir esses diálogos, esses relatos, é uma oportunidade de trazer as vivas, informações que nem sempre são compartilhadas. Ouvir pessoas, que através do discurso assume um lugar de fala, a qual ela tem autoridade, compartilhando fatos, fortalecendo a ideia de que cada um expõe a forma que vivenciou e interpreta a história.

As fontes históricas são chaves utilizadas para compreender o que ocorreu em determinado tempo e espaço, esse recorte permite uma interpretação mais assertivas, que podem consolidar o pensamento e reflexão de uma forma organizada e acessível para disseminá-lo *para além de seus pares*. A experiência do passado, portanto, não é um passatempo, um mecanismo de evasão do mundo real e do eu real. E não se reduz, tampouco, a um meio para adquirir conhecimentos sobre o que aconteceu (LARROSA, 2017, p. 198). Não somos apenas o hoje, o momento atual, nossos atos, falas, escritas, julgamentos refletem todo um processo histórico, que deve sempre ser utilizado e estudado para haver mudanças sociais, para que cada indivíduo seja capaz de fazer as escolhas que acreditam ser melhor para ele e para os demais. É por isso que o conhecimento histórico deve ser elaborado articulando o passado e a contemporaneidade através de abordagens metodológicas para enriquecer a investigação e o conhecimento, uma construção mais larga e inteira.

Como assinala Antolín Sánchez Cuervo, o passado desprezado não seria somente um ingrediente a mais do passado transmitido pela memória; ele se constituiria, também, por sua relevância crítica, na pedra angular de toda reconstrução do passado. O receptáculo de um passado concreto que sobreviveu para além de arquivos administrativos, mas permanece em testemunhos, relatos e fontes muitas vezes orais, memória histórica, focalizada no passado dos excluídos, ou marcada pela ausência e pelo silêncio, e que exige uma particular acuidade do historiador que pretenda resgatá-lo (CUERVO, 2011). Visualizar o arquivo escolar, levantar os critérios de arquivamento das fontes documentais, os registros materiais e imateriais, analisar e buscar a materialidade, enredos e narrativas da memória da história local utilizando de diversas fontes foram à proposta para destacar a importância da memória institucional para constituição das identidades sociais.

Murriello, Pighini, Suárez (2011) destacam que o desafio de trabalhar com arquivo histórico em uma instituição escolar é, selecionar os acontecimentos de forma esperançosa, com

a decisão de selecionar os arquivos a partir da constituição da fonte como informação e preservação da memória mobilizada pelos estudantes em suas gerações e nas novas gerações. Esse conjunto de informações, na maioria das vezes, só pode ser encontrado nos documentos contidos na própria instituição escolar e, muitas vezes, guardado ou depositado nos arquivos das escolas ou fontes orais. As memórias escolares de um grupo escolar guardam do tempo em que frequentaram escolas de educação básica, narrativas que identificam o significado que atribuem a formação do indivíduo ao espaço escolar, papel da educação e da escola historicamente. Mas isso vai muito além do simples “arquivo morto” que a escola apresenta como foi apresentado no capítulo II.

Dessa forma, aponta algumas ações que vêm sendo desenvolvidas pelos pesquisadores dessa área do conhecimento visando esse tipo de arquivo, tendo em vista o diálogo necessário com a história, a arquivologia e a informática. Do ponto de vista histórico, os arquivos escolares também são uma forma de suprir nossa necessidade de informação, em que registrar a trajetória de uma instituição é ainda, contribuir com o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais da comunidade em uma construção conjunta com o público dos arquivos escolares.

Contudo, na contemporaneidade, era das tecnologias da informação e comunicações (TIC), frente ao movimento crescente em favor da democratização ao acesso à informação, principalmente nos contextos da organização pública, apresenta-se neste recorte, o estudo acerca da relevância do arquivo digital na era pós-custódia. (DUARTE, 2013).

O grande desafio das escolas na era das TIC, além de se inserir na rede a partir de novos paradigmas refletindo sobre seus processos e práticas educativas, é garantir acesso à informação, à memória e a história do lugar, confirmando-se como espaço democrático de formação de cidadãos críticos e reflexivos. “é preciso que sejam sistematizadas e refletidas as experiências concretas e os métodos experimentados, para que se possa refletir e ampliar nossas concepções de educação na era da informação” (SOUZA, 1999, p.44). É preciso estimular a criação de redes de interesses, que se desdobra em múltiplas interconexões tecendo fluxos de intercâmbio de ideias, valores, fortalecendo a sociedade em rede que cada vez mais dependente das interações, dos compartilhamentos e inovações para seu desenvolvimento. A difusão do conhecimento e a inserção da escola na rede como elemento essencial para o desenvolvimento de tecnologias sociais no que diz respeito à preservação e difusão das memórias, o arquivo digital torna-se este dispositivo, de interação de práticas pedagógicas ao criar novos espaços de socialização de aprendizagens onde a interação, a comunicação e a colaboração surgem como fatores relevantes.

Construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição, na sua multidimensionalidade, assumindo o arquivo escolar digital um papel significativo dessa

memória escolar. Entendemos que conhecer a história é também uma questão de cidadania e direitos humanos, e assim também de ser parte de sua construção viva. Conhecer e ter acesso e poder ser parte da construção de conjuntos documentais produzidos/recebidos em um arquivo de caráter público constituíram um espaço público. Apresentar possibilidades de documentos que os levem a sua digitalização e virtualização, a partir da experiência do CEQB, com a apresentação de métodos e procedimentos ao adotar a cultura digital como uma prática do cotidiano escolar. Partindo da prerrogativa dos Direitos Humanos na qual, todos possam vivenciar a cultura das redes sociais e da internet para poder criar, acessar, utilizar, compartilhar informações e produzir conhecimento, tornando - se desafio que se impõe a todas as sociedades democráticas articuladas pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC) como projeto base para o desenvolvimento.

Esse dispositivo digital, porém, amplia a perspectiva da difusão de saberes e práticas de um lugar ao tornar público, facilitando o acesso àqueles que desejam a compreensão e aprofundamento das práticas das instituições escolares nesse caso, construindo novas narrativas e possibilidades pedagógicas e de cunho social. Por conseguinte, a resignificação do espaço / tempo / ação do arquivo escolar faz emergir do lugar, das demandas locais e dos sujeitos que compõem sua história, processos vinculados com o pensamento histórico e a memória a partir da tríade sujeito-história-lugar. O que faz mobilizar as tecnologias sociais, que consistem na interação entre saberes da sociedade e da comunidade acadêmica, visando à inclusão social, atendendo a características peculiares de cada local. Um documento escolar pode caracterizar-se como fonte e objeto de pesquisa e, de acordo com Medeiros:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial [2003, p. 6].

Vale ressaltar, que na história, a reprodução do que não existe mais é sempre problemática e incompleta, portanto, reiteramos a necessidade do engajamento do pesquisador da comunidade escolar e dos profissionais da área em busca do conhecimento sobre acervos. A discussão sobre arquivos e história pública referência às formas de criação e disponibilização de informações facilitadas pelas novas mídias, como a internet, por exemplo, e a necessidades de novos centros de memória ligados a instituições e empresas.

Buscar preservar e de divulgar falas, memórias e experiência, é mais que apenas arquivá-las e disponibilizá-las, é, trazer como mote a reflexão gerada pela interação sobre a temática e não a simplificação ou vulgarização do conhecimento. Percebemos então o horizonte de conhecimento histórico ampliado, abrindo espaço para novas demandas e novos narradores.

As narrativas e as novas formas de se escrever a história sobre as empresas e os homens que a compõem, colaboram para humanizar as trajetórias das organizações, o conhecimento e as relações de trabalho. (NASSAR, 2011). Produções realizadas para além do mero interesse administrativo e burocrático podem trazer para os arquivos escolares vestígios de suas ações e interferência, que pode proporcionar um acesso significativo à compreensão em relação à memória escolar e seus desdobramentos no presente.

Ampliar a visão sobre o arquivo escolar também significa aceitar que as fontes “tradicionais” não são mais confiáveis que as fontes digitais. Um documento impresso pode ser falso. Uma fotografia antiga pode ser fraudulenta. Um depoimento oral pode modificar os fatos. É normal para os historiadores trabalhar dentro de campos de possibilidades, utilizando métodos para reduzir as chances de erro. No futuro, é possível que sejam criados mecanismos mais precisos para verificar a autenticidade das fontes digitais. Contudo, enquanto tais procedimentos não se tornarem operacionais, a habilidade e a experiência dos pesquisadores continuarão determinantes na seleção das fontes mais confiáveis (ALMEIDA, 2011, p. 21-22).

Não é inquestionável que o processo de produção de conhecimento histórico orientado cientificamente e academicamente exija algum fechamento e hermetismo, porém, é importante ter em mente que divulgação de conhecimento histórico não é mera questão de linguagem fácil e acessível pouco executada por especialistas, talvez ainda a divulgação de história, requeira uma mudança na forma da pesquisa histórica, o que qualifica de “história predisposta à divulgação”. (Santhiago 2016, p.29), pensando no sujeito como produtor e não como simples consumidor de memórias institucionalizadas quebramos a autoridade única do historiador/pesquisador sobre a produção histórica e a seleção do que um arquivo guarda ou descarta.

Dessa forma, consideramos as mídias digitais como desafios lançados pela difusão possibilitada pela internet, pensando na função social do historiador hoje em relação à preservação, publicização e interação com a comunidade. Nesse processo a História Pública e a História Digital deixam de ser apenas um campo de divulgação observando que no dizer de Pierre Lévy as possibilidades são de um:

... espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. (...) A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século. (LÉVY, 1999, p. 92-93).

Lévy destaca a relação de espaço digital como “suporte de memória” é um problema a ser refletido pelos historiadores: a produção na era digital, a interação com novos espaços, novas fontes. O debate da história pública digital, não é novo, a história digital não é a

precursora nos trabalhos de arquivo e documentos, desde a década de 70 já se tem registros sobre a digitalização de documentos e o início do acesso a informações por meio digitais, porém, ainda hoje causa reflexão sobre a questão de sua durabilidade e legitimidade. Pensar em novos espaços e ferramentas que contribuam no acesso e na verificação da informação.

Pensar o arquivo escolar com fontes digitais abre um leque de possibilidades, um exemplo disso é quando entendemos o conceito de Humanidade Digital, que consiste um conceito mais amplo de atuação, um campo que pensa integração tanto do ensino como na propagação e divulgação do conhecimento, dialogando entre o saber histórico e a comunicação com as diversas áreas dos saberes. A importância do espaço virtual é tão notória, que ao se questionar sobre um assunto, o primeiro acesso à informação se dá pela busca online, a busca do conhecimento pelos mecanismos digitais. O desafio em relação a essas novas fontes de informação está realmente mais relacionado há como preservar a originalidade da fonte e é o que causa questionamentos.

A preservação, construção e divulgação da memória na Era Digital podem causar novas experiências, trazendo outras perspectivas quando se visita o passado, reflete e propõe em novas discussões, já que "nesse mundo digital" as proporções são maiores as discussões ampliadas. É preciso então, considerar que após a chegada das atualizações digitais, a atualização do arquivo também se fez necessária, é preciso fazer uma releitura sobre como atender as demandas da era digital, do ciberespaço, cibercultura, pois impactam no saber histórico. Isso tem a ver com a democratização do conhecimento e por isso com História Pública, reconhecendo que a metodologia digital pode ser usada na integração de ensino e divulgação, na democratização do conhecimento de forma interdisciplinar para divulgação nas áreas amplas.

A pesquisadora mexicana Veronica Artista Trejo (2011) apresenta uma série de possibilidades que permitem pensar novos horizontes para o arquivo e a História Pública desde a perspectiva do digital. Em primeiro lugar fala em *distribuição*, pois o arquivo digital permite ampliar a ideia de um arquivo em gavetas e escondido sob as “sete chaves” do poder burocrático. Ao mesmo tempo a possibilidade de criar projetos com metodologias colaborativas e cooperativas fazendo uso de fóruns, aportes de fontes que estão nas casas, narrativas públicas, etc. Nota-se ainda a importância de o digital permitir um *maior alcance* “adequando-se as características específicas de cada região, de cada escola; são dinâmicos e flexíveis, podendo ser incrementados constantemente, a partir de novas demandas temáticas...” (CAIMI, p.165-183. 2004).

3.2 Da Proposta do Centro Memorial Digital

Desde a web 2.0³ as plataformas, redes sociais, internet, espaços digitais, passaram a ocupar espaços de acesso rápido a informações que antes era analógico, e essas plataformas contribuíram com a democratização dos conteúdos. O que antes era só arquivo físico hoje está disponível sob uma maior exposição virtual em que podemos selecionar conteúdos rompendo fronteiras espaciais, e isso se deve a facilidade de acesso e das bibliotecas digitais que mudaram esse tipo de acesso.

Dessa forma, entendemos que objetivo da história digital é também ampliar o trabalho dos historiadores, pois permite investigar, comunicar com o conhecimento, analisar e provocar pensamentos críticos historicamente. Um trabalho compartilhado de histórias conectadas, saberes coletivos, espírito de cooperação que dialogam com o público. Propõe-se então, um trabalho com o objetivo de organização de um *Centro de Memória Escolar Digital* (<https://regianacruz23.github.io/historiapublicaememorial/>), intitulado na página da web como: "*Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública*" buscando identificar, recolher, catalogar, difundir e permitir a interação com documentos e memórias do Colégio estimulando a participação da comunidade escolar e local na recuperação e na preservação do patrimônio das escolas. Um olhar para o arquivo escolar diante da História Pública que permita resgatar, conservar, publicizar e criar uma interação com o público, promovendo um espaço virtual que aborde os aspectos estratégicos da digitalização e virtualização de arquivos e memórias do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva (CEQB).

A relevância deste dispositivo está na necessidade de a escola fazer parte desse movimento de democratização da informação, fomentando tanto a possibilidade de a comunidade poder fazer parte na construção dos arquivos quanto no seu acesso/divulgação. A urgência em digitalizar documentos escolares já produzidos e resgatar outros que estão dispersos nas casas de ex-alunos, professores, funcionários e outros membros da comunidade, implica numa alteração profunda de perspectiva, muda o objeto de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação e construção conjunta”, convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenômeno humano e social (a informação).

Como foi apresentado no Capítulo II, desde o ano de 1960 foram acondicionados

³ "O conceito para o termo foi criado por Tim O'Reilly, em 2003, o qual diz que Web 2.0 é “a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma”. Segundo o conceito elaborado por O'Reilly, a regra fundamental da Web 2.0 é o aproveitamento da inteligência coletiva." Veja mais sobre "Web 2.0" em: <https://brasilescola.uol.com.br/informatica/web-20.htm>

materiais referentes à organização escolar histórica no Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubitatã, porém sem a necessária interação da comunidade se apresentando como um arquivo mais fechado e burocrático. O processo de organização do Centro de Memória tende primeiramente a divulgação do projeto e recolhimento de materiais, propondo-se a separação do material de acordo com a categoria.

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (1997) documentos públicos devem ser disponibilizados ao público. No caso da escola, os documentos são: livros de registro de atas de reuniões da associação de pais e professores, de visitas, de reuniões pedagógicas. Atas de conselhos de classe, de convocação de pais e professores, de advertência, atas finais de aprovação e reprovação de alunos, dentre outros documentos, tais como Projeto Político Pedagógico, livro de tomo de bens, dentre outros.

O acervo sobre a memória escolar pode representar uma contribuição de alto valor científico e cultural para a história da educação e a história social e um novo olhar para o arquivo escolar. É importante a preservação das fontes documentais produzidas pela escola, por aqueles que atuam na gestão das Instituições Escolares e também por aqueles que por ela passaram. Sendo assim, os arquivos escolares físicos e digitais tornam-se mais um canal de informação e formação de redes a partir da interconexão com a sociedade, pela possibilidade de disponibilizar a todos que desejem acesso livre à produção de documentos resultantes de práticas pedagógicas e processos administrativos de um lugar, que neste estudo trata-se do CEQB.

O canal de interação virtual em si mesmo é a rede que se estabelece entre a informação e os registros elementos de guarda da memória como dispositivo de saberes e práticas pedagógicas próprias de um lugar, possibilitando a sobrevivência dos valores locais, da memória e da história representativa da comunidade, rompendo com a pasteurização e homogeneização dessas experiências, no contexto da globalização, a partir do percurso que pode ser igual a todos, do que ocorre entre as pessoas, podendo ser igual ou de diferentes percepções, e o que fica incorporado em cada um, o que pode vir a ser singular (LEÃO, 2016).

Diante desta expectativa iniciou-se no ano de 2021, um trabalho de revisão sobre os arquivos escolares do CEQB (ver capítulo II), esse trabalho proposto foi planejado para concluir-se até meados de 2022, porém, em meio a Pandemia do COVID 19, o acesso ao público, visitas e "garimpo" de informações e materiais foi reduzido. O ponto de partida nessa organização com os arquivos escolares se deu através da identificação de cada material que já compõem o acervo da escola, essa atividade foi realizada pela pesquisadora e por membros da escola designada pelo diretor.

Consultou os dados e fez o levantamento do material, porém, nenhum material está formalmente catalogado ainda. Entre os materiais já organizados, encontram-se livros, revistas, jornais e cadernos, objetos, documentos, fotos, vídeos, sendo uma riquíssima fonte de pesquisa

e de memória. Não há ainda uma contagem geral do material. Há uma divulgação e busca entre a comunidade escolar referente a materiais didáticos utilizados nas aulas, uniformes e troféus pertencentes à escola, registros fotográficos. Aspectos de diferentes locais do município de Ubiratã também são considerados como valiosos registros. Além de registros referentes a documentos, trabalhos escolares e reportagens sobre atividades realizadas pelas escolas.

Outro desafio da pesquisa é de se criar uma cultura digital no CEQB para fomentar o acesso da comunidade escolar à internet e às tecnologias digitais assim como na obtenção de informações e construção conjunta do conhecimento visto por diversas vertentes. Dessa forma, tivemos que buscar parceria, a princípio, com a equipe diretiva com proposta para se estender aos professores e alunos.

Eu sou a professora Ângela Maria Bortoli, sou formada na área de Ciências Sociais, trabalho com a disciplina de Pensamento Computacional. Venho falar sobre as possibilidades de trabalhar com a história pública, montando um site é com a linguagem html dentro da disciplina de Pensamento Computacional, que engloba conceitos da linguagem de blocos utilizando o aplicativo Scratch e também a linguagem html para criação de páginas de internet e blogs e outros, a estilização com CSS e é possível trabalhar com os alunos inseridos na escola a elaboração de um site (página na web) voltado para o público, contemplando todos os conceitos é da História Pública e também resgatando o memorial do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubiratã. (BORTOLI, Angela Maria. 2023).

As instituições têm história e essa história não existe sem as pessoas que, não só marcam como também produzem esses espaços. Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai apontaram o extenso caminho a ser trilhado por esse campo ainda a ser desbravado, mas, uma coisa é certa para as autoras:

Para que esses processos aconteçam, é necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não científico, promovendo a divulgação histórica e o desenvolvimento de uma história didática que estimule a formação de uma “consciência histórica” ou uma história mais participativa e colaborativa com a comunidade fora do espaço universitário. Suas necessidades e riquezas de experiências histórico-culturais. O trabalho com história pública também implica no aprofundamento de estudos relativos à conservação do patrimônio material e imaterial e na responsabilidade político social com a memória social e coletiva (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p. 4).

Dessa forma, buscamos um arquivo mais participativo e colaborativo com a comunidade criando um *Centro de História e Memória: "Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública"* virtual, do Colégio Quintino Bocaiuva no município de Ubiratã - Paraná, com o objetivo de gerir a documentação histórica e reconstituir o processo de criação e permanência da primeira e mais antiga escola da cidade. O intuito é reunir informações sobre o surgimento, desenvolvimento e permanência, a fim de rastrear a documentação produzida ao longo da história da escola e de recolher memórias e depoimentos de pessoas envolvidas com essa história como forma de construção histórica com a participação pública. Nessas perspectivas, realizamos internamente esse momento importante para conclusão desse

trabalho. O momento de escuta, em que procuramos alguns profissionais para contribuir sobre como poderíamos efetivar esse projeto. Assim, foi realizada uma pesquisa e uma entrevista com a professora Angela Maria Bortoli:

já foi trabalhado em anos anteriores com outras escolas o projeto empreendedor, capacitando os alunos a desenvolverem a suas próprias habilidades na área tecnológica, e também no desenvolvimento das habilidades com as tecnologias. Isso se tornou bem atraente dentro da sociedade porque as pessoas puderam visualizar o trabalho desses alunos interagindo com eles através desse site. (BORTOLI, Angela Maria. 2023).

Bortoli vem desenvolvendo um trabalho na área de informática com a participação dos alunos em algumas escolas do Município de Ubiratã, e fala sobre sua experiência, a viabilidade de criar um Centro Memorial Histórico Digital nas escolas que pode ser efetivado com a colaboração dos docentes, discentes e comunidade escolar. Através de projetos ou inseridos nas disciplinas escolares. O gestor da escola CEQB, em entrevista também fala sobre a importância desse trabalho em parceria com a Universidade, que proporcionou levantar essas questões: como preservar, armazenar, publicar e interagir, e lança um olhar de forma pontual para essa necessidade de resgate, organização e interação pública com a história e os arquivos escolares, ele também fala da proposta para que esse projeto "*Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública*", se efetive na escola, e sobre engajamento e a continuação em projetos futuros como práticas escolares.

Nesse sentido, a busca de novos olhares sobre a história da instituição escolar e de suas práticas tem sido intensificada e, conseqüentemente, produzido uma crescente valorização dos arquivos escolares, como espaços privilegiados de investigação, os arquivos escolares se apresentam como repositório das fontes de informação diretamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos. A possibilidade de iluminação de um quadro geral através da problematização de narrativas de vivências locais de um contexto encarado como menor atrai a atenção dos sujeitos que, por sua vez, propagam sua experiência historiográfica entre os pares e a comunidade (LIDDINGTON, 2011, p. 47).

O município de Ubiratã possui um museu na cidade e uma biblioteca pública, sendo que não há nada muito específico sobre a área educacional, assim como não há um arquivo público que guarde material desta área. Torna-se importante para a história do município, o arquivo de documentos organizados de acordo com normas técnicas; a exposição de objetos e a guarda de materiais didáticos para a produção de pesquisas futuras. Sendo assim, *preservar* o acervo organizado na Escola será de grande importância para o "*Colégio Estadual Quintino*

Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública".

A “história digital”, que interliga a relação entre as tecnologias de rede e a disciplina história, por meio das plataformas e mídias sociais, contribuem assim, para abrir a um público maior, e também de forma participativa, à “alta cultura” e, nos melhores casos, com a mediação de historiadores profissionais, os historiadores públicos (NOIRET, 2014). Espera-se a preservação dos documentos existentes; a economia de espaço; agilidade na consulta. Além de simultaneidade de acesso e compartilhamento da informação. Sendo objetivo deste artigo, descrever as atividades que envolvem a organização do Centro de Memorial do colégio, acredita-se que o mesmo pode ser cumprido, e esperam-se novos trabalhos a partir daquilo que ali se guarda.

Percebeu-se que boa parte dos recursos tradicionais de pesquisas já caiu em desuso por estarem inadequados às demandas, ou ainda, pelo desconhecimento de sua existência, não estão acessíveis. Tornar a história um assunto “público”, demonstrar o protagonismo enquanto sujeito a indivíduos que se sentem aliados e estranhos ao passado histórico deveria ser preocupação comum e natural dos historiadores. Nesse sentido, a busca de novos olhares sobre a história da instituição escolar e de suas práticas tem sido intensificada e, conseqüentemente, produzido uma crescente valorização dos arquivos escolares, como espaços privilegiados de investigação. O Centro Memorial Digital valoriza princípios da administração/burocracia e aproximando-o de alguns princípios próprios da História Pública que consiste nos seguintes desafios:

1. Compreender os documentos que compõem um arquivo é um vestígio do passado e não como uma prova real do acontecido. Desta forma, existem disputas pelas memórias que são consideradas desprezadas em relação às memórias privilegiadas por seu vínculo com a questão burocrática e oficial. Estes documentos desprezados para serem recuperados deveram ultrapassar o arquivo que escolar organizou e abrir espaço para memórias, objetos e documentos que se encontram dispersos em casas e na comunidade local. Ao mesmo tempo o risco da perda definitiva desses vestígios é muito alta, pois não tem nenhum projeto para sua conservação lacuna que um Centro de Memória procura preencher. O Centro de Memória Digital não pretende ser um acúmulo de memórias e documentos, mas um convite a olhar para a Escola e sua história com atenção e cuidado dando “valor” às diferentes gerações que tem passado pela sua história.

2. Contestar a posição predominante do documento escrito como principal fonte confiável para integrar um arquivo. Um centro de memória digital deve permitir ampliar a outras fontes como fotografias, depoimentos orais e objetos que permitam dar valor, cuidar e permitir que a comunidade se sinta responsável por cuidar desse “mundo” compartilhado. Para

isso resulta importante valorizar os aportes dos “arquivos familiares” e das “vivência histórica das pessoas comuns, pois a memória desses grupos sociais não está preservada nessas instituições” (Germinari, 2021, p. 29) para renovar um arquivo que principalmente integrado por uma memória das elites.

3. “Botar a mão na massa” e pensar o arquivo como uma experimentação criativa (Lucchesi; Maynard, 2019, p. 181) de uma proposta de “experiência dos próprios desenvolvedores com aqueles produtos e/ou dos usuários imediatos” (Lucchesi; Maynard, 2019, p. 183). Visualizar o arquivo escolar com uma postura mais ativa e colaborativa, abandonando seu tom unicamente burocrático e acumulativo comprometendo a comunidade local no seu cuidado. Pode-se também produzir história com o público, atender a demandas públicas, compreender a história feita pelo público. A construção coletiva a partir da interação com o público.

3.3 A Elaboração da Página do Centro Memorial e História Pública

- Sua escola tem história?
- Com certeza! Toda escola tem.

O tempo passa, os rastros, as marcas, as lembranças, a memória, matérias-primas da história, permanece, às vezes é deixada de lado, esquecidas no abandono dos álbuns de retratos, dos velhos livros de matrículas, de atas e de pontos, nas carteiras antigas, nos relógios parados, nos troféus escondidos, nos livros mofados e canetas perdidas. E, assim, vamos perdendo a memória dessa instituição e de nós mesmos. Afinal, quem somos?

E foi pensando nisso que buscamos um espaço para a lembrança, para a preservação e continuação... Vamos escrever a história de nossa escola.

A construção da página Centro Memorial Digital ("Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública") se embasa em três pilares: Preservar, Publicizar, Interagir. Iniciamos um projeto (protótipo) que serviu de base para avaliar a viabilidade real de desenvolvimento e funcionamento desse modelo de memorial digital, e abaixo apresentamos sua elaboração. Como diz Bortoli:

A página é desenvolvida dentro do Componente de Pensamento Computacional com a linguagem html e CSS (serve para estilização da página) dentro de um alojador chamado Github, onde o público pode visualizar esta página e todos os registros que nela contém (serviços, registros, histórias, dados), e assim ela passa a ter característica pública a partir da participação das pessoas e da comunidade quando vêm interagir através de mensagens enviadas, chat, forms, e outros mecanismos de interação tornando-se importante pra a construção do Centro Memorial Digital. (BORTOLI. Angela Maria, 2023).

Para inicializar a construção do Centro Memorial e História Pública do Colégio Quintino Bocaiuva de forma digital foi necessário criar contas próprias gratuitas (em nome do professor responsável) já que não disponibilizamos de recursos financeiros e buscamos algo acessível. Criamos contas no gmail e github para alojar a página html, pois possibilita ser criada e os formulários anexados à página sem custo e de fácil acesso. Para a construção da linguagem html e CSS (Style) foi baixado e utilizamos o aplicativo gratuito: Visual Studio Code, que tem disponibilidade e fácil acesso, esse aplicativo é um editor de texto com código-fonte para edição de linguagens de programação. Nesse caso o usuário precisa ter um prévio conhecimento dessa linguagem (linguagens de programação)

Figura 2: Página Visual Studio

```

1 <!DOCTYPE html>
2 <html lang="pt-BR">
3   <head>
4     <meta charset="UTF-8">
5     <title>PROJETO MEMORIAL E HISTÓRIA PÚBLICA</title>
6     <link rel="stylesheet" href="reset.css">
7     <link rel="stylesheet" href="style.css">
8   </head>
9
10  <body>
11    <header>
12      <h1 align="center"></h1>
13      <h1 align="center">COLÉGIO ESTADUAL QUINTINO BOCAIUVA</h1>
14      <h1 align="center">CENTRO MEMORIAL E HISTÓRIA PÚBLICA</h1>
15      <link rel="preconnect" href="https://fonts.googleapis.com">
16      <link rel="preconnect" href="https://fonts.gstatic.com" crossorigin>
17      <link href="https://fonts.googleapis.com/css2?family=Rubik+Distressed&display=swap" rel="stylesheet">
18    </header>
19
20    <main>
21      <nav>
22        <ul class="projeto">
23          <li>
24            <h1></h1>
25            <a href="https://drive.google.com/file/d/1i8BzRsJH-Da4TeHaRyHfjxmzjBRvpXkV/view?usp=sharing"></a>
26          </li>
27          <li>
28            <h1></h1>
29            <a href="https://drive.google.com/file/d/1RjnalWk_9-qBbJx9tr91-vywk-JTfZ3Q/view?usp=sharing"></a>
30          </li>
31        </ul>
32      </nav>
33
34      <div class="footer">
35        <footer align="center"><h5> Rua Ernesto Novaes de Souza N° 636 - Ubatuba - Pr fone: (44) 3543 2216</h5></footer>
36      </div>
37    </main>
38  </body>
39
40 </html>

```

Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora (2023).

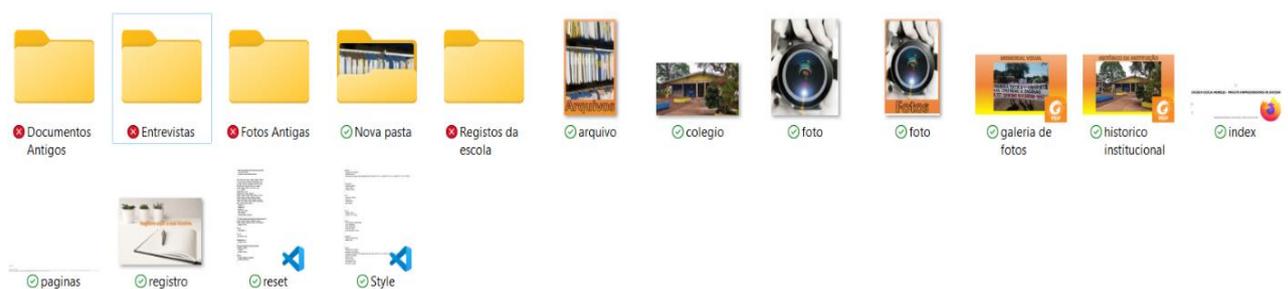
Com o objetivo de *preservar*, estabelecemos um espaço para que sejam arquivados os documentos digitalizados, esse espaço tem a finalidade de digitalizar documentos que já estão contidos na escola. Segundo Andrade (apud THOMAZ; SOARES, 2004, p.245) “Após a explosão da produção informacional e a possibilidade de digitalização da informação, a humanidade chegou ao ponto atual, onde 90% das informações podem ser encontradas em meio digital, grande parte exclusivamente neste ambiente.”. Diante da necessidade de manter os

documentos em perfeito estado, é preciso que estes passem por todo um processo desde os cuidados com o ambiente que os comporta, à higienização e os suportes nos quais são armazenadas as informações, visando à disseminação. Vê-se necessário a digitalização desses materiais pra que estes não venham a se deteriorar, se perder ou mesmo serem descartados por falta de conhecimento do valor.

Perante do fato de que as organizações estão sempre em mudanças físicas e administrativas, pode ocorrer que alguns gestores, secretário, entre outros colaboradores, cheguem a simplesmente descartar. Porém em muitos casos, o desconhecimento sobre o valor e a importância destes registros pode provocar a perda ou dano dos materiais impressos que estão em constante vulnerabilidade de armazenamento em virtude de espaço e reações climáticas, mau manuseio ou vários outros riscos possam comprometer a estrutura de determinados materiais, considerando a preservação os cuidados o amplo acesso.

Após criar as contas e baixarmos os aplicativos necessários. Resgatamos na própria instituição (CEQB) os arquivos que já estavam organizados e disponíveis de forma digitalizada, também aproveitamos para tirar algumas fotos e digitalizar. Esses documentos de pesquisa foram salvos e armazenados em uma pasta no computador particular da pesquisadora para serem inserido na página, esse material antes de anexado na web será digitado e estilizado no html e CSS.

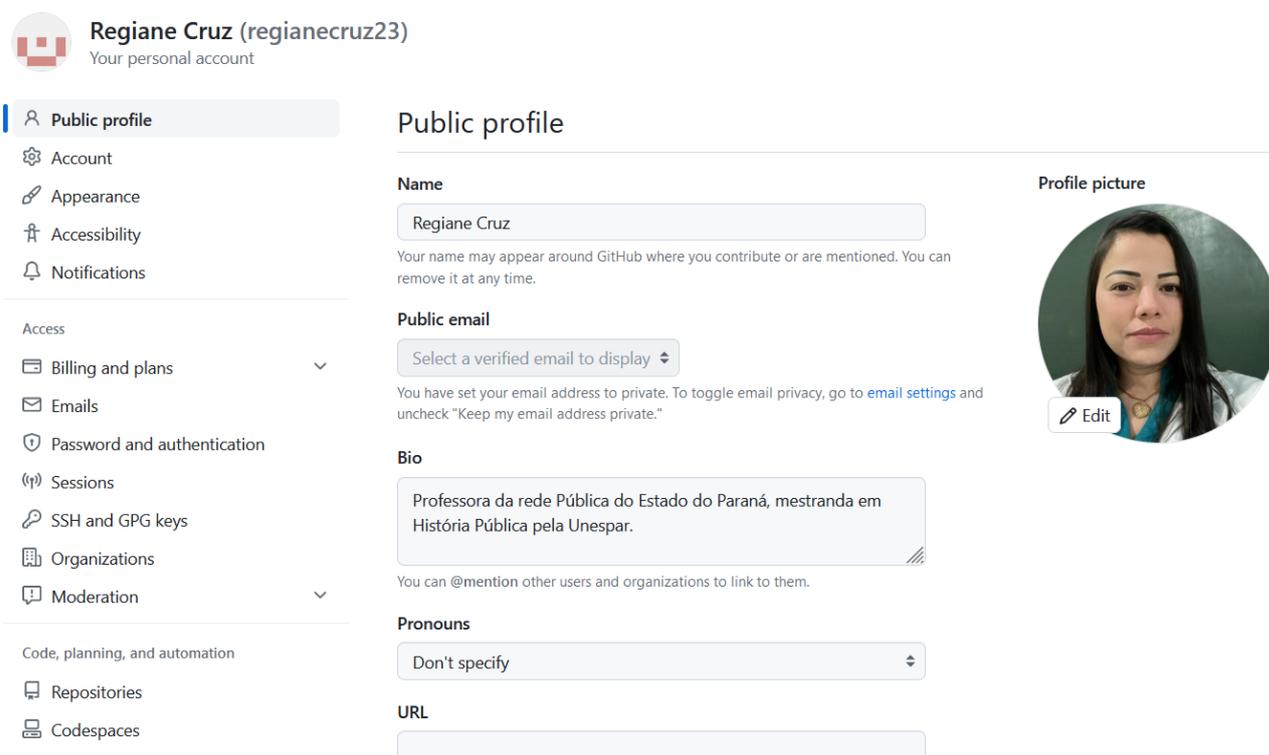
Figura 3: Arquivos Computador Particular



Fonte: Arquivos Pessoais da Pesquisadora - 2023

Foi criada também uma conta pessoal em nome da pesquisadora no Github, com o propósito de tornar público às investigações e os arquivos Centro Memorial e História Pública do Colégio Quintino Bocaiuva de Ubatã-pr.

Figura 4: Página criada no Github



Regiane Cruz (regianacruz23)
Your personal account

- Public profile
- Account
- Appearance
- Accessibility
- Notifications

Access

- Billing and plans
- Emails
- Password and authentication
- Sessions
- SSH and GPG keys
- Organizations
- Moderation

Code, planning, and automation

- Repositories
- Codespaces

Public profile

Name
Regiane Cruz
Your name may appear around GitHub where you contribute or are mentioned. You can remove it at any time.

Public email
Select a verified email to display
You have set your email address to private. To toggle email privacy, go to [email settings](#) and uncheck "Keep my email address private."

Bio
Professora da rede Pública do Estado do Paraná, mestranda em História Pública pela Unespar.
You can @mention other users and organizations to link to them.

Pronouns
Don't specify

URL

Profile picture
Edit

Fonte: Arquivos Pessoais da Pesquisadora (2023).

Entendemos que diante do grande avanço tecnológico e automação das Bibliotecas, objetiva mostrar que passa a ser necessária informatização de seus documentos memoriais e que os mesmos sejam *disponibilizados* para a comunidade em geral, para que as pessoas que desta usam, saibam de sua história e que passem a ter acesso a sua memória, para que todos possam ter acesso. Com esta modalidade procurar publicizar os arquivos e retirá-los da posição secreta e “confidencial” que possuíam. Sem contar que estas informações vão estar arquivadas de forma bem mais segura caso estejam em formato digital, pois além de favorecer o fácil acesso, vai também está arquivado em fonte que dificilmente sofrem danos.

No entendimento de Vieira (2011), os documentos históricos são a representação materializada da memória histórica que devem ser preservados e disseminados de forma segura, através de recursos que não venham causar nenhuma deterioração ao suporte em que estejam registrados, a própria essência ou característica (papel, escrita e desenhos) do documento. Um documento histórico deve estar aberto às pessoas que tenham interesse em seu conteúdo, e de uma forma geral, a toda a sociedade. Os testemunhos estão desligados dos autores que os criaram e devem ser submetidos aos cuidados de profissionais que possam interpretá-los, preservá-los e mantê-los acessíveis a quem interessar.

Assim essa publicização leva a uma democratização do acesso à informação e ao conhecimento, no contexto das TIC, com a criação e disponibilização de documentos digitais acessíveis. Como pontua BORTOLI:

As tecnologias têm permeado grandes transformações na sociedade, as plataformas digitais vêm delineando novas formas para o acesso a informações, e também sob as formas de dialogar para além de seus pares. Neste sentido, ampliou-se seu alcance. Um resgate memorial quando a gente trabalha a criação de um site (página na web) voltado para esse segmento da história pública. (BORTOLI, Angela Maria. 2023).

De acordo com Castells (1999, p. 50), o século XXI está sendo marcado pela universalização das tecnologias digitais e dispositivos móveis conectados em redes, isso nos colocam em constante interação. Nesses espaços chamados de ciberespaços ocorre a construção da cidadania virtual, (termo usado na relação da web à ética e segurança na internet e maior democratização de acesso ao conhecimento, interação e produção de conteúdo), onde o acesso irrestrito se torna necessário e a inclusão digital um meio eficaz de promover a acessibilidade a todos, sem distinção. A capacidade de acessar, adaptar e criar novos conhecimentos por meio do uso das TIC é decisivo para a inclusão social na época atual. Portanto, a democratização da informação e do conhecimento pode efetivar-se através do último dos propósitos do Centro de Memória Digital: a *interação*.

Dessa forma, a cultura da virtualidade real envolve processos de comunicação e interação, movimentação levando que as relações humanas se intensificam num ambiente proporcionado pela tecnologia. O ciberespaço possibilitou novas formas de comunicação e de acesso às informações, causando um profundo impacto nos processos de aquisição do conhecimento e na vida das pessoas. Com a Web 2.0, o ciberespaço tornou-se um ambiente social acessível a todos, onde é possível selecionar e controlar as informações de acordo com as necessidades e interesses de cada grupo social. Para Lévy (1999), o ciberespaço se constituirá, em breve, no principal equipamento coletivo internacional da memória, do pensamento e da comunicação.

Por suportar novas tecnologias que podem ser compartilhadas por um grande número de indivíduos, é um forte incremento ao potencial de inteligência coletiva e de cooperação. Assim, a História Pública Digital. Para Bruno L. P. Carvalho, expande e se fortalece como uma arena aberta de debates e experimentações que envolvem a aplicação das tecnologias digitais às diversas práticas da história. Como forma de interagir com a comunidade e público em geral, foi criado um formulário com o Google Forms e anexado à página html, ele permite que o público possa participar e contribuir (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf11ZL7-OGsVuql_kiGNBBfbwNxK8zvrNIhhTxeKPQw04k2tA/viewform?usp=sharing). Dessa forma, ao acessar ao link, podem anexar, relatos, fotos, vídeos e documentos diversos ligados

à história do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva em qualquer período.

Figura 5: Página do Forms contida no Site

Perguntas Respostas Configurações

Seção 1 de 2

Deixe aqui sua contribuição para a História Pública

Descrição do formulário

Este formulário está coletando automaticamente os e-mails de todos os participantes. [Alterar configurações](#)

Nome:

Texto de resposta curta

Contato

Texto de resposta longa

Descreva sua experiência com a Escola/ Comunidade

Texto de resposta longa

Caso você tenha algum registro em foto ou vídeo, insira aqui.

[Ver pasta](#)

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 2

Obrigado por contribuir com a História Pública!

Sua contribuição é muito importante para nós!

Fonte: Arquivos Pessoais da Pesquisadora (2023).

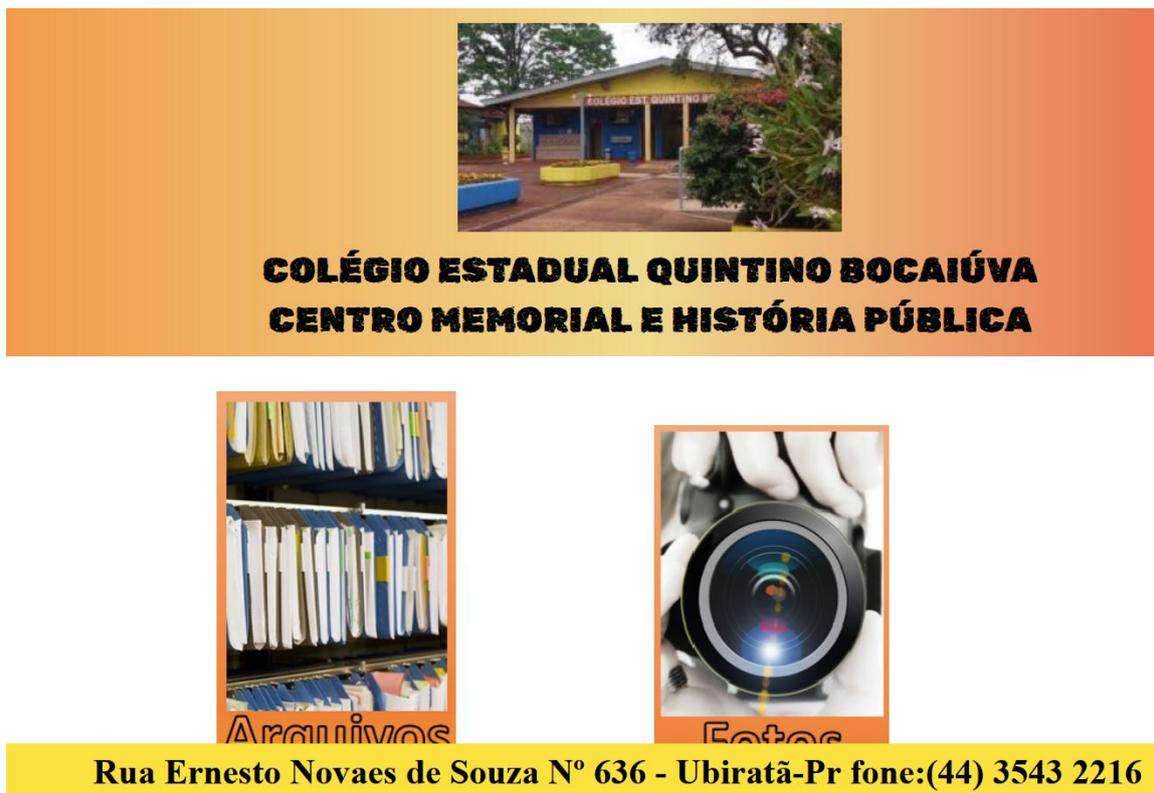
Após a inserção das informações e da coleta de dados enviados pelas pessoas (público) através do Forms, esses conteúdos podem ser analisados pela pesquisadora (ou alguém

designado) e só então poderá ser disponibilizado ao público através da página html na web, isso é uma forma de prevenção e segurança sobre o que será disponibilizado, buscando evitar transtorno e exposições desnecessárias ou (principalmente) criminosas. Nessa perspectiva, Moran (2006 apud MARTINS et al, 2008, s.p.) afirma que a interação entre os participantes se torna conteúdo de um tipo de aprendizagem, ao considerar que aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos. Aprendemos quando nos relacionamos, estabelecemos vínculos, laços, entre o que estava solto, caótico, disperso, integrando-o em um novo contexto, dando-lhe significado, encontrando um novo sentido.

A página na web (protótipo⁴) foi construída, visando à preservação, a publicação e a interação da memória da história da Escola Estadual Quintino Bocaiuva por meio de uma construção coletiva com a comunidade e público, valorizando a trajetória história da escola e da comunidade. A apresentação da página é simples, disponibiliza ícones de fácil acesso, em que com um click a pessoa pode ter acesso ao conteúdo. Ao organizarmos a página html na web, ela possibilita ter acesso a Fotos; Arquivos; Documentos; e Forms (“ícone: Deixe sua contribuição”), de uma forma bem acessível como apresentado no modelo abaixo.

⁴ Por definição, um **protótipo** é "aquilo que se faz pela primeira vez e, normalmente, é usado como padrão, sendo copiado ou imitado; modelo preliminar." <https://kenzie.com.br/blog/prototipo/>

Figura 6: Página de Capa do Site



Fontes: Arquivos Pessoais da Pesquisadora -2023

Portanto o "Centro Memorial e História Pública" é destinado ao arquivamento, resgate, preservação, publicização e interatividade da memória do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva, proporcionando a interatividade com as pessoas por meio de seus percursos na página da web, a integração das fontes disponíveis na Instituição com outras (depoimentos, documentos, arquivos), fomentando a pesquisa, o ensino, o conhecimento e valorizando e enriquecendo as experiências da história pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou vislumbrar os arquivos escolares na perspectiva do movimento da História Pública. Evidenciando por meio das circunstâncias, as diferentes experiências em relação à memória, ao armazenamento e a reprodução de histórias que por sua vez se instituem como formadoras de identidades. Tivemos como objetivo verificar como se dá o arquivamento escolar e a importância da memória para além de arquivos “mortos”, reconhecer que os arquivos escolares “cobram” vida, o olhar público, e que merecem ser publicizados e construídos de forma participativa, permitindo uma nova visão sobre a memória escolar.

Buscou-se, a partir das narrativas históricas, demonstrar a força de uma instituição escolar na representatividade das identidades locais, nesse caso, apresentando como exemplo o Colégio Estadual Quintino Bocaiuva, a escola mais antiga do Município de Ubiratã-Paraná. Para a pesquisa, foram utilizadas como fontes, os arquivos materiais e imateriais, as memórias registradas na instituição e da comunidade construída de forma colaborativa, percebendo o “público” dentro da pesquisa de forma presente e ativa.

Não obstante ao que a História Pública nos estabelece, as pesquisas foram possíveis, pois a escola e a comunidade, ou seja, o público dispõe de informações e dados preservados nos arquivos e nas memórias. Porém, muito do que não é considerado um documento administrativo, importante, se perde e/ou não se registra. Assim, os arquivos se mantêm não como algo instituído, mas como uma disputa constante sobre silêncios e memórias de poucos.

Dessa forma, abrangemos nesta pesquisa fontes orais, e através da conversação buscamos outras versões, variantes de uma história vista de várias vertentes. As entrevistas advieram de momento mais livre, não técnica automática, ou impostas, foi algo sem enredo ou direcionado, aconteceram em forma de roda de conversa, conversas informais a partir das lembranças e das experiências de cada envolvido (entrevistado) no diálogo.

Os arquivos escolares, apesar de estar na instituição escolar não precisam necessariamente estar presos nos meios acadêmicos ou apenas administrativos, ele flui em todos os meios sociais nas relações. Então, valorizar a participação pública é essencial neste movimento, e amplia as possibilidades de construção histórica. Durante o processo da pesquisa, consideramos as vivências, as reflexões para além de documentos materiais. Pensando em uma história que inclua e acolha a todos (as), com a sensibilidade de perceber e dividir as experiências sobre as narrativas. Nesse sentido, endosso a potencialidade de uma produção de conhecimento coletiva, tecida por relação dialógica e colaborativa como a que colocamos em

ação nesta pesquisa.

Preservar a memória das instituições seja por fotografias, histórias escritas ou narrativas, é um esforço que se faz para evitar que as marcas históricas das instituições nos espaços e seus efeitos nas pessoas sejam apagados. O trabalho permitiu tornar-se visível que a História Pública é uma possibilidade de difusão do conhecimento histórico, apontado que a partir da participação pública na construção dos arquivos e da memória institucional e pessoal, consentem-se espaços de interlocução contínua com a comunidade e aproxima o saber da prática. A reflexão de como podemos utilizar diferentes fontes para tornar o estudo de História Pública um espaço com sentido para historiadores, pesquisadores e público em geral.

Somos convidados a refletir sobre como reconstruir práticas, de modo a possibilitar a proporcionar a inclusão histórica significativa e integrada. De igual maneira, pretendemos ao analisar a efetivação da página da internet que antecede à própria construção histórica, analisar sobre a maneira como os públicos conectaram a sua vivência com a história mundial, nacional, local e escolar, englobando, portanto, a discussão não apenas do conceito de tempo para eles, como também a forma de como passado, presente e futuro se engendram ao longo do tempo.

Propendendo um espaço de interação com o público, apresentamos a possibilidade da criação do Centro Memorial Digital: "*Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública*", no esforço por considerar as memórias da população uma forma de permitir a retomada da consciência histórica a partir do momento que concebemos as pessoas comuns suas realizações como cultura e produção histórica.

Convencionada pelas plataformas digitais, entendemos que as narrativas dos espaços institucionais ganham vidas frente ao que antes era construído por documentos guardados sob a égide dos limites postos pelas próprias fronteiras institucionais. Então, possibilitar este espaço indica um ambiente que venha a estabelecer a aproximação da produção administrativa acadêmica com o percurso da comunidade em geral, tendendo a construção coletiva de uma história comum, democratizada, com as múltiplas narrativas que deram e dão possibilidade de ouvir, armazenar e publicizar as infinitas memórias que ainda estão por vir.

A construção da dissertação promoveu reflexões sobre a relação entre História Pública e a Internet. Em primeiro lugar, porque as redes sociais na Internet alcançam bilhões de pessoas, um público diverso, heterogêneo e participativo, um público que nunca esteve tão acessível ao historiador. Em segundo lugar, porque parte desses participantes quer dialogar, participar, interagir com os conteúdos que são apresentados a eles. E esse desejo de colaboração é talvez a maior oportunidade que a História Pública já teve para transformar o público para além de audiência e envolvê-lo efetivamente na escrita da história. Em terceiro lugar, e último porque

as redes sociais é um dos maiores fenômenos históricos de nosso tempo, sendo isso, por si só, já suficiente para justificar a curiosidade do historiador e da participação pública. Tornar a “história pública” é demonstrar o protagonismo do sujeito, indivíduos que se sentem onerados e estranhos ao passado histórico e propagavam sua experiência historiográfica apenas entre os pares.

Desde o início da elaboração do projeto, da organização do Centro de Memorial Digital (*"Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – Centro Memorial e História Pública"*), estamos realizando o resgate, a guarda, busca pela preservação de fontes, e isso tem possibilitado ainda mais o fortalecimento identitário da Instituição, do Município, do Estado e do País. Sentimos que ao nos aproximarmos do público, deles vem também o desejo de interagir, ouvir e falar. Assim arrestamos que precisamos questionar mais, interagir mais, ouvir mais, seja estreitando ou diluindo barreiras entre os agentes sociais, entre os espaços e saberes acadêmicos e não acadêmicos. Buscando formas para viabilizar um processo de preservar e difundir a História e usá-la a favor da democracia, das memórias e dos direitos identitários, sociais e políticos de cada indivíduo, estimulando a reflexão coletiva na prática mais plural, mais inclusiva e significativa.

FONTES

BERALDO, Sebastião Osmar. Sebastião Osmar Beraldo: depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadora: Regiane Aparecida da Cruz e Souza. Paraná: UNESPAR - PR, 2022. Áudios sonoros e textos escritos. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em História Pública- UNESPAR-Pr.

BORTOLI, Ângela Maria. Angela Maria Bortoli: depoimento [Jan. 2023]. Entrevistadora: Regiane Aparecida da Cruz e Souza. Paraná: UNESPAR - PR, 2023. Áudios sonoros e textos escritos. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em História Pública- UNESPAR-Pr

SILVA, Giani Maria. Giani Maria da Silva: depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadora: Regiane Aparecida da Cruz e Souza. Paraná: UNESPAR - PR, 2022. Áudios sonoros e textos escritos. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em História Pública- UNESPAR-Pr.

SILVA, Denice Rodrigues. Denice Rodrigues da Silva: depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadora: Regiane Aparecida da Cruz e Souza. Paraná: UNESPAR - PR, 2022. Áudios sonoros e textos escritos. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em História Pública- UNESPAR-Pr.

Arquivos pessoais – Rede Social – Colégio Estadual Quintino Bocaiuva Ubitatã Paraná.

<https://www.facebook.com/colquintino.bocaiuva/videos/730365917390695/?mibextid=unz46>

<https://www.facebook.com/colquintino.bocaiuva/videos/729274830833137/?mibextid=unz46>

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, Giorgio. **Profanaciones**. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2005
- ALBA RICO, Santiago. **La ciudad intangible. Ensayo sobre el fin del neolítico**. Instituto cubano del libro. La Habana, 2004.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.
- ANDRADE Ricardo; BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. **Digitalizando a memória de Salvador: nossos presente e passado têm futuro?**. Disponível em: 15 de Nov. 2011.
- ARANTES, Priscila. **Para além do arquivo e arquivo vivo: Uma trilogia possível**. Articles. ARS (São Paulo) 12 (24). Jul-Dec 2013.
- ARATA, Nicolas. **Seguir revolviendo el archivo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xID3Yfk15iE>. Acesso em: 02/12/2022.
- ARCHANGELO, Ana; LUZ Tagiane Maria Rocha; CAMPANARO, Claudia Regina; RODRIGUES, Isabela Angeli. **Sentimento de pertencimento e desenvolvimento da moralidade na escola**. Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Psic.: Teor. e Pesq. 37, 2021.
- BARLETTA, Jacy Machado. **Entre arquivos e museus**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas (SP): Autores Associados, n.1, jul./dez. p. 101-122, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAILOVSKI, Daniel. **La escuela y las cosas: la experiencia escolar a través de los objetos**. Rosario, Homo Sapiens Ediciones, 2012.
- BUSTAMANTE VISMARA, José. Archivo. Em FIORUCCI, Flavia e BUSTAMANTE. **Ciudad Autónoma de Buenos Aires**. UNIPE: Editorial Universitaria, 320 pp. ISBN 978-987-3805-43-1, 2019.
- CAIMARI, Lilian. **Usos de Foucault en la investigación histórica (Documento de trabajo, 39)**. Buenos Aires, AR: Universidad de San Andrés. Escuela de Educación, 2020.
- _____. **El momento archivo**. Población y sociedad. Vol 27 (2), Universidad Nacional de La Pampa. La Pampa, Argentina, 2020.
- CAIMI, Flávia. Geração **Homo zappiens na escola: os novos suportes de informação e a aprendizagem histórica**. In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice et ali. Ensino

de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CALDERON, Adolfo Ignacio; BORGES, R. M. . **Avaliação Educacional: Uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras.** Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa, v. 6, p. 167-183, 2013.

CALVINO, I. (1990). **Seis propostas para o próximo milênio.** São Paulo, SP: Companhia das Letras.

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de A.; BELLLOTTO, Heloisa L. **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor. **Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?** In: BORGES, Viviane; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. Que história pública queremos? São Paulo: Letra e Voz, 2018.

_____. **História Pública: uma breve bibliografia comentada.** (Bibliografia Comentada). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: . Publicado em: 6 nov. 2017. Acessado em 02 nov. 2020.

_____. **“Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores as redes sociais online.”** Revista História Hoje, v. 3, nº 5, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. **El mundo de los archivos.** In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs). Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad. Madri: Siglo XXI de Espanã Editores, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Ubiratã – Paraná - 2022
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ubirata/panorama>

CERTEAU, Michel de. **Andando na cidade.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, Preservar para garantir o acesso.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ Brasil. versão 1.1.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica.** 169f. Tese (Doutorado em Ciência da

Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno.** Estudos Históricos. n. 21, v. 1, 1998.

CUERVO, Antolín Sánchez. **Pasado inconcluso. Las tensiones entre la historia y la memoria bajo el signo del exilio.** In: Isegoría – Revista de Filosofía Moral y Política, n.º 45. Madri: jul/dez 2011.

DCE. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** SEED/PR, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidade.** Autêntica Editora, 2017.

DUARTE, Zeny. **Arquivos, bibliotecas e museus à luz da era pós-custodial.** Salvador: EDUFBA, 2013.

DUSSEL, Inés. **La educación y la memoria. Notas sobre la política de la transmisión.** UNLPam, La Pampa. Anclajes 6.6, 2002.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O canto da Odisseia e as narrativas docentes: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico educacional.** 2015.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHULTZ, Gabriel Eduardo. **Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado.** ENSAIO, Saúde debate 43 (spe4), Dez. 2019.

FUSTER, Ruiz F. (1999). **Archivística, archivo, documento de archivo. Necesidad de clarificar los conceptos.** Anales de Documentación, 2, 103–120.

GERMINARI, Geyso. **O uso metodológico de documentos em estado de arquivo familiar no ensino de História nas séries iniciais da escola fundamental.** 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Belo Horizonte, Editora Ayiné, 2018.

_____. Byung-Chul. **Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo.** Petrópolis, Vozes, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** Editora Revista dos Tribunais LTDA: São Paulo, 1994.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo de 2010 publicado no diário oficial da União dia 04/11/2010.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KASSAR, Mônica de Carvalho; REBELO, Andressa Santos. **Abordagens da Educação Especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI**. Rev. bras. educ. espec. 24. Oct-Dec 2018.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. 2007. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf. Acessado em: 04 dez. 2022.

KUSHNIR, Beatriz, **Desse lado do balcão: o Arquivo Geral da Cidade de Rio de Janeiro e seus 450 anos de documentos**. Em: MAUD, Ana Maria; RABELO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e voz, 2016.

LARROSA, Jorge. **Agamenon e seus porquero. Notas sobre a produção, a dissolução e o uso da realidade nos aparatos pedagógicos e nos meios de comunicação**. Em LARROSA, Jorge. Pedagogia profana. Danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

_____. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. **Impedir que o mundo se desfaça**. Em LARROSA, Jorge; RECHIA, Karen, CUBAS, Caroline. Elogio do professor. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

LEÃO, José Antônio Carneiro. **Trilhas do Belo na Corpografia de Dinâmicas Socioculturais em Igatu**. Salvador: Geotec, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: editora da Unicamp, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIDDINGTON, Jill. **“O que é história pública?”**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LOPES, Eliana Marta Teixeira Lopes. **Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher**. Teoria & Educação. Porto Alegre, nº 6, 1992.

LOPEZ, M. (2008). **La integración de las habilidades sociales en la escuela como estrategia para la salud emocional**. Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria, 3(1), 16-19.

LUCCHESI, Anita. **“Por um debate sobre História e Historiografia Digital”**. Boletim Historiar, nº 2, mar./abr. 2014, p. 45-57. 181- 183

_____. MAYNARD. Dilton. **Novas tecnologias**. Em FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro, FGV, 2019.

MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital**. Revista Brasileira de História 37 (74): 135- 54, 2017.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional: uma perspectiva de inter-relacionamento.** In: MARCHIORI, Marlene (Org.). Comunicação em interface com a cultura. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2013.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Marteen. **Em defesa da escola: uma questão pública.** Belo Horizonte, Autêntica, 2018.

MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016). MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA. Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo [Org.]. **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MOGARRO, Maria João. **Arquivos e educação: a construção da memória educativa.** Revista Brasileira de História da Educação. Campinas (SP): Autores Associados, n.1, jul./dez. p. 75-100, 2001.

MORAN, José Manoel, **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas.** In Novas tecnologias e mediação pedagógica. Editora Papirus, 12ª edição, São Paulo, 2006.

MURRIELLO, Adriana B.; Pighini, Patricia; Suárez, Alfredo E. A. Coelho. **Memoria viva: la construcción del archivo escolar como rescate de la historia e identidad.** Revista de Educação do Cogeime – Ano 20 – n. 39 – julho/dezembro 2011.

NASCIMENTO, Parrela. **Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica.** Perspectivas Em Ciência Da Informação, Belo Horizonte, UFMG, 2019.

NASSAR, Paulo. **História e memória empresariais: Da tradição à inovação.** In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.** Paris: Gallimard, 1984. Vol 1. (Tradução na Revista Projeto História. Nº 10 História & Cultura. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós Graduação em História, dezembro de 1993.

NOIRET, Sarja. **Público Internacionalizando História.** História Pública Semanal, v. 2, n. 34 de setembro 2014(a). Disponível em: <DOI: dx.doi.org/10.1515/phw-2014-2647>.

_____. **Público história como “útil história” antes votação para Europa.** 22 de maio, 2014. Digital & Público História, Poderia 192014(b). Disponível em: <<http://dph.hypotheses.org/380>>.

PORTAL DIA A DIA EDUCAÇÃO, disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

PROINFO: Informática e formação de professores / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

RABELLO, Rodrigo. **Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política.** Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 23, núm. 51, jan e iro -abril, 2018, pp. 138 -156. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.

RICOEUR, Paul. **A memória. A história. O esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Ednéia Regina. **A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929).** Série-Estudos, 22(45), 159-171. 2017.

ROVAI, Marta. **Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético.** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sonia (Org.). História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. **Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil.** Em: MAUD, Ana Maria; RABELO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e voz, 2016.

_____. **Pode-se falar de uma história pública brasileira?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPERANÇA, A.; SPERANÇA, R.; CARVALHO, S. C. R. **Ubiratã história e memória.** Ubiratã: edição dos autores, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Fotografias escolares: a leitura de imagens na escola primária.** Educar, Curitiba, n.18, p.75-101. 2001. Editora da UFPR.

TESSITORE, Viviane. **Arquivos e centros de documentação: um perfil.** In: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (Orgs). Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TREJO, Verónica Arista. **Como se enseña la Historia en la educación básica.** In: GUTIÉRREZ, L. F. e GARCIA, N. Enseñanza y aprendizaje de la Historia en la educación básica. México:Secretaría de Educación Pública, 2011.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história Foucault revoluciona a história.** Trad . de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. **Digitalização de Documentos Históricos: uma alternativa para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural.** In: XIV Encontro Regional de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação, 2011, Maranhão. Anais Eletrônicos. Maranhão, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares.** In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e

desafios para a pesquisa. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1– ILUSTRAÇÕES

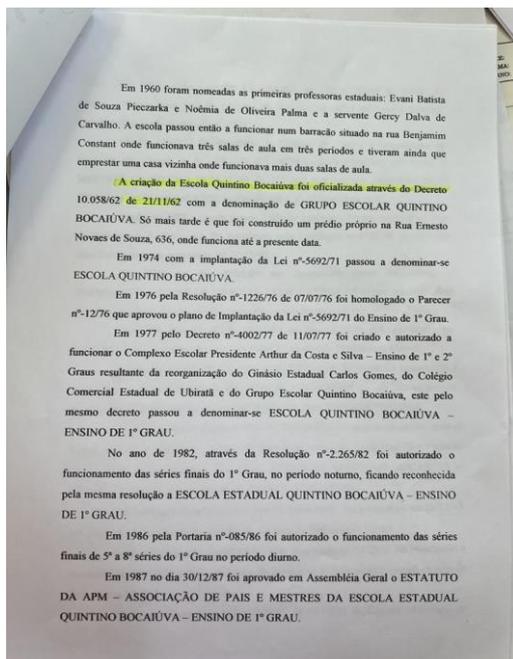
Figura 7: Diário Oficial do Decreto de Criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Ubitatã



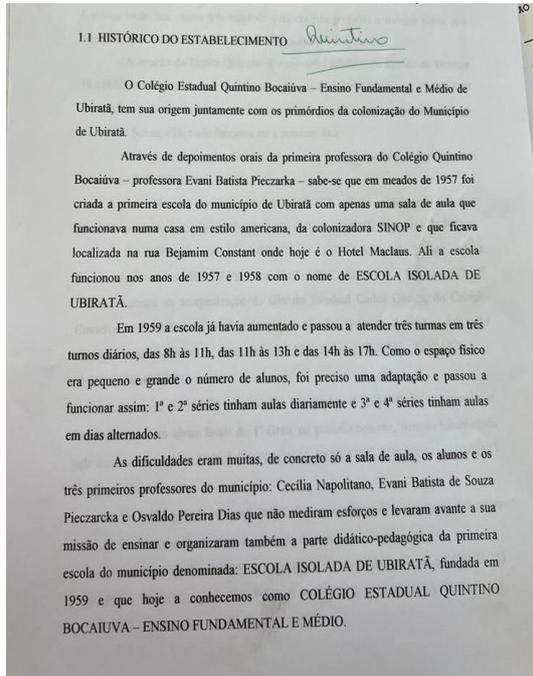
Decreto de Criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Ubitatã.

Fonte: Acervo da Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva- s/d

Figura 8: Preâmbulo do Histórico Institucional



Fonte: Arquivos da Secretaria - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida- s/d

Figura 9: Preâmbulo do Histórico Institucional

Fonte: Arquivos da Secretaria - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida- s/d

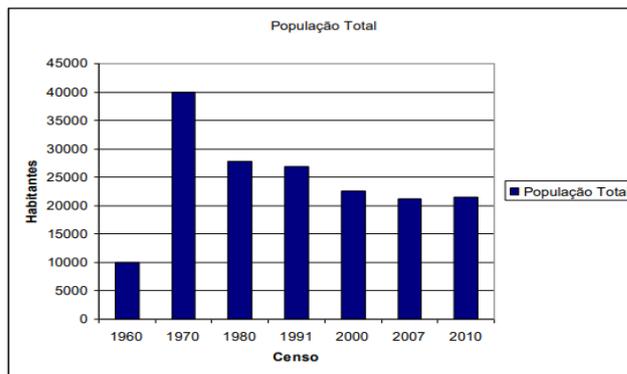
Figura 10: População de Ubiratã no período de 1960 a 2010

Gráfico 01 – População de Ubiratã entre 1960 e 2010
Fonte: IBGE (2010)

Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubiratã - IBGE 2010

Figura 11: Taxa de Orçamento Demográfico

ÁREA E POPULAÇÃO 100 MILHÕES 1970 e 1980

QUADRO IV

REGIÃO	ÁREA	POPULAÇÃO		PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO TOTAL	
		1970	1980	1970	1980
PARANÁ	199.060 Km ²	6.936.743	9.373.459	100%	100%
MICRO REG.	12.218 Km ²	1.185.609	811.416	17,09%	8,65%
MUNICÍPIO	655,84 Km ²	52.148	58.000	0,75%	0,58%

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIATÃ E IBGE.

Figura 12: Taxa de Orçamento Demográfico

de Paraná.

Entre 1.960 e 1.970 cresceu aproximadamente 11% ao ano. No período seguinte, 1.970 a 1.980 está apresentando uma taxa anual de 12%, atingindo portanto 0,62% do contingente populacional do Estado.

Podemos verificar este fator analisando-se os que se seguem:

UBIRATÃ

TAXA DE ORÇAMENTO DEMOGRÁFICO

QUADRO I

UBIRATÃ	1.960/70	1.970/80	1.960/70	1.970/80
URBANA	9.900	19.028	22%	32%
RURAL	35.100	38.972	78%	68%
TOTAL	45.000	58.000	100%	100%

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL (Aproximação)

DENSIDADE DEMOGRÁFICA - HABITANTES KM²

QUADRO II

	ANOS	HAB. KM ²	ÁREA	TOTAL HAB.
MUNICÍPIO	1.960	0,04	655.845	20.000
	1.970	0,07	655.845	45.000
UBIRATÃ	1.980	0,09	655.845	58.000

FONTE: IBGE QUADRO I

Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubitatã - Prefeitura Municipal de Ubitatã e IBGE- s/d

Figura 13: Resolução de Homologação

D.O. de 07-07-76

HOMOLOGAR

RESOLUÇÃO N. 1.226/76

HOMOLOGAR

o Parecer n. 012/76 do Departamento de Ensino do Primeiro Grau, que aprova o Plano de Implantação da Lei 5692/71 - Ensino de 1.º Grau, apresentado pelas unidades escolares Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Quintino Bocaiuva, ambas do Município de Ubitatã.

Figura 14: Resolução de Homologação

RESOLUÇÃO Nº 27265/76

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 1º, inciso V do Decreto nº 3117 de 07 de outubro de 1964, e tendo em vista o disposto na Deliberação 010/67 do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o funcionamento das séries finais do 1º Grau 3ª. e 8ª. séries, na Escola Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º Grau, no Município de Ubitatã, no período noturno a partir de 1967.

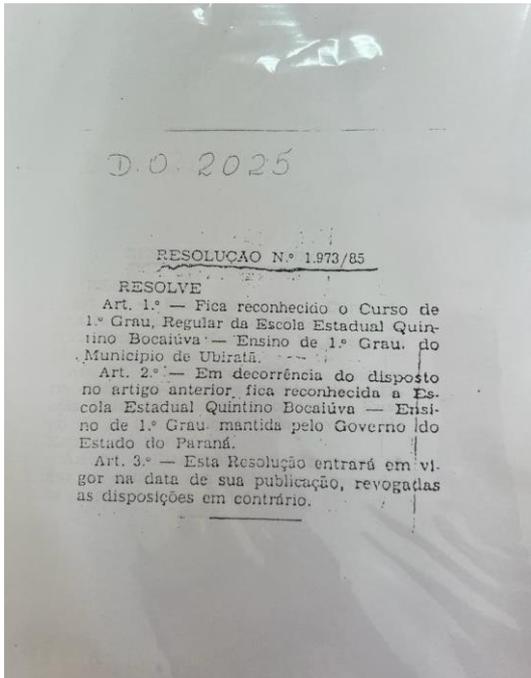
Art. 2º - Determinar à 42ª. ISE que proceda, no final do ano, em curso, a transferência para a Escola Quintino Bocaiuva, dos alunos do Colégio Carlos Gomes cujas turmas funcionam nas dependências desta Escola, em regime de extensão.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

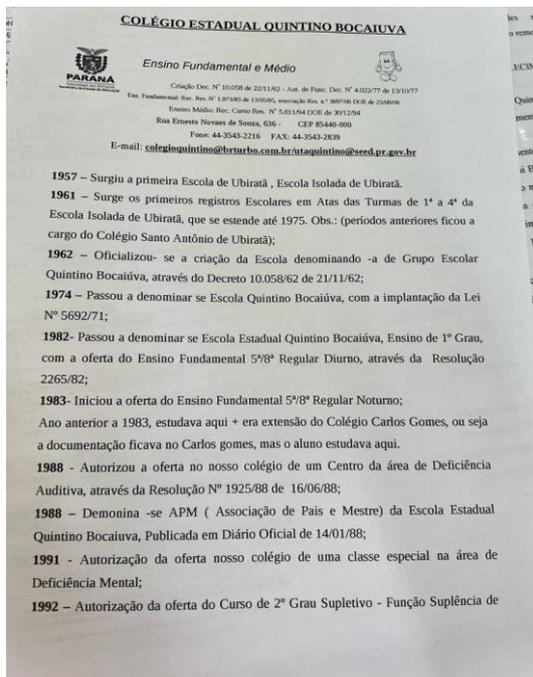
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 23/08/76

Ivan Martin Sanchez
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

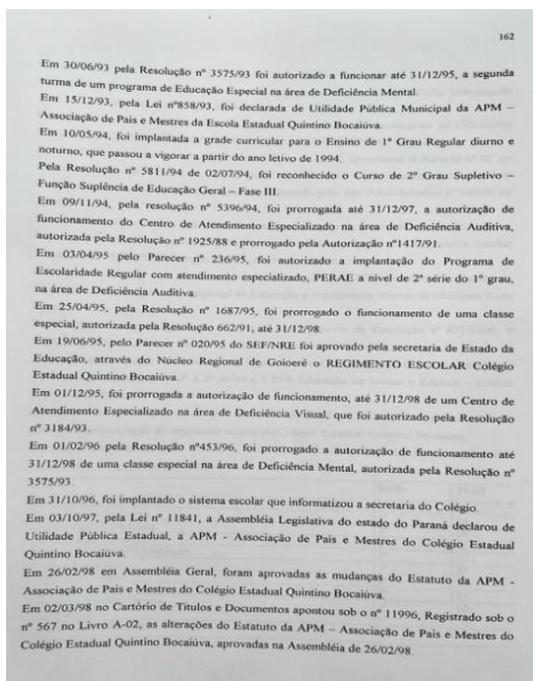
Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubitatã- Sec. de Estado da Ed. do Paraná s/d

Figura 15: Resolução de Reconhecimento de Curso

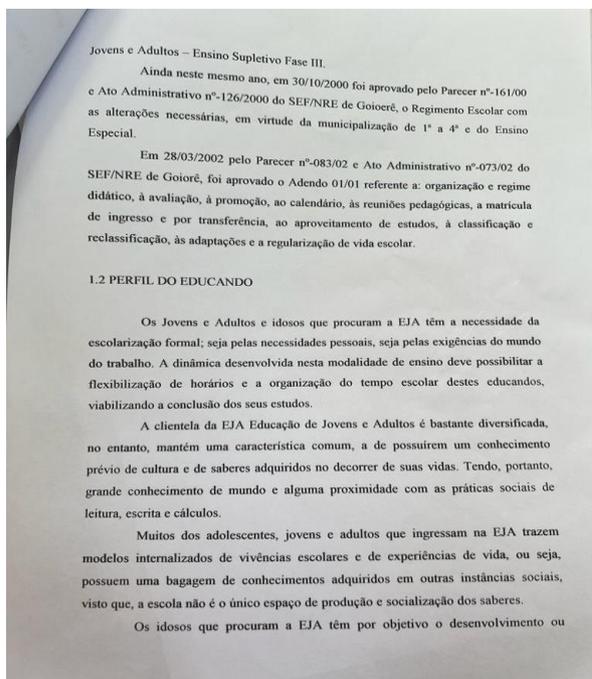
Fonte: Arquivos da Secretaria - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva. Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Especial na área de Deficiência Mental, conforme a resolução nº 1925/88 de 16/06/88.

Figura 16: Cronograma do Histórico Institucional

Fonte: Arquivos da Secretaria - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - s/d

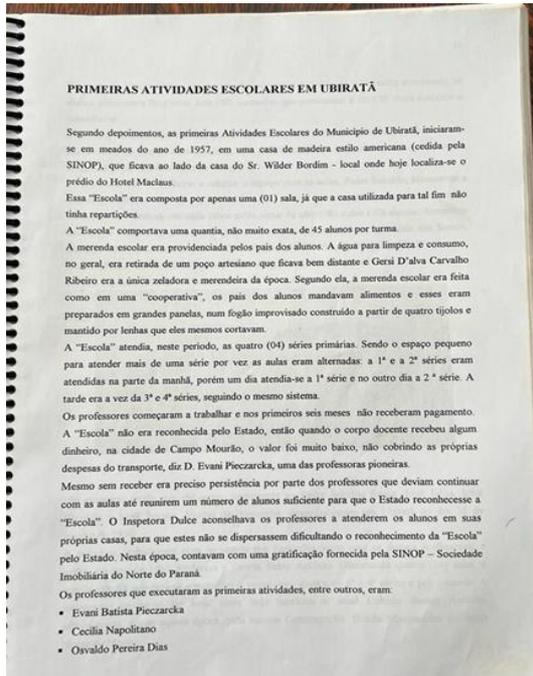
Figura 17: Resolução de funcionamento do Programa de Educação Especial na área de Deficiência Mental

Fonte: Arquivos da Secretaria-Colégio Estadual Quintino Bocaiuva. Sec. de Estado da Ed. do Paraná - s/d

Figura 18: Resolução de autorização do Curso de 2º Grau na modalidade Supletivo- Suplência na Educação Geral Fase III

Fonte: Arquivos da Secretaria - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva. Sec. de Estado da Ed. do Paraná s/d

Figura 19: Relação Das Primeiras Atividades Escolares De Ubiratã



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubiratã - Autoria desconhecida s/d

Figura 20: Registro da Inauguração da Escola Quintino Bocaiuva



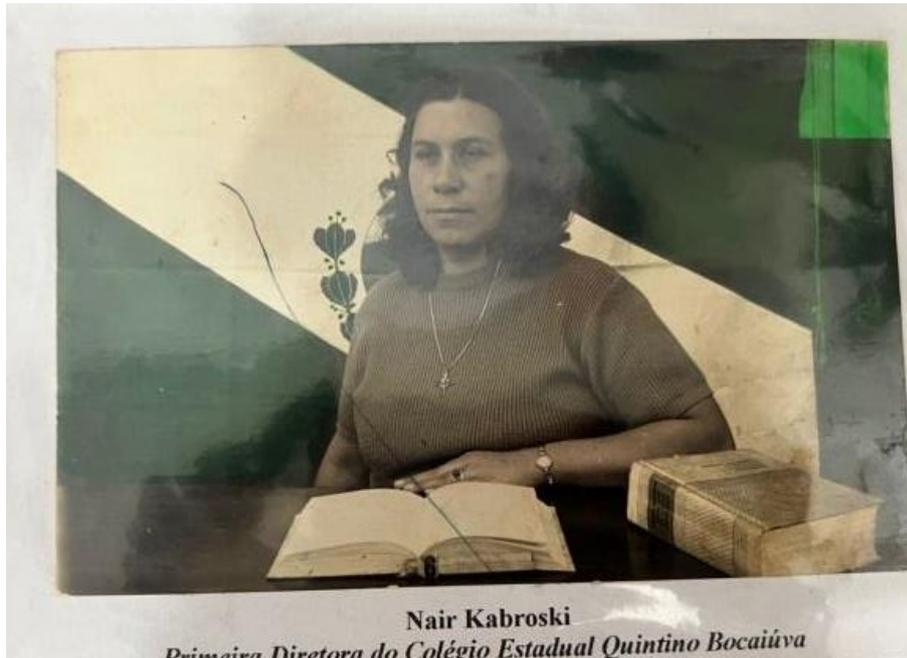
Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida - s/d

Figura 21: Registro da Inauguração da Escola Quintino Bocaiuva



Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida- s/d

Figura 22: Registro da Primeira Diretora da Escola Quintino Bocaiuva



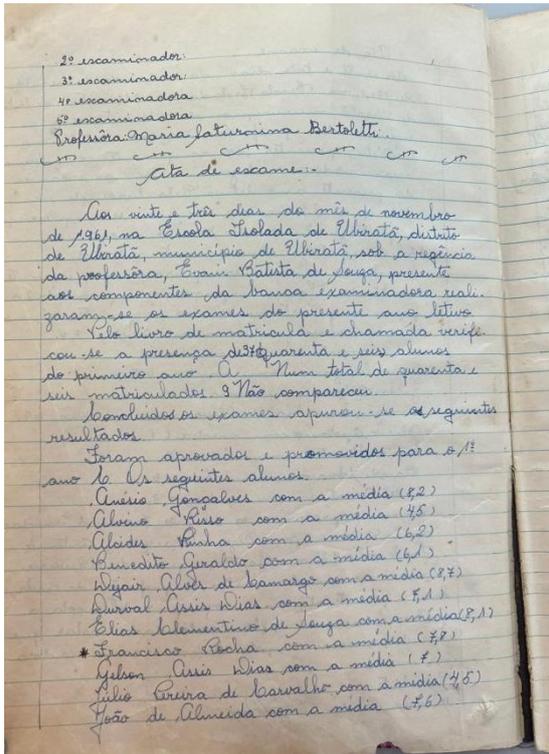
Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

Figura 23: Registro da Equipe de Primeiros Professores da Escola Quintino Bocaiuva



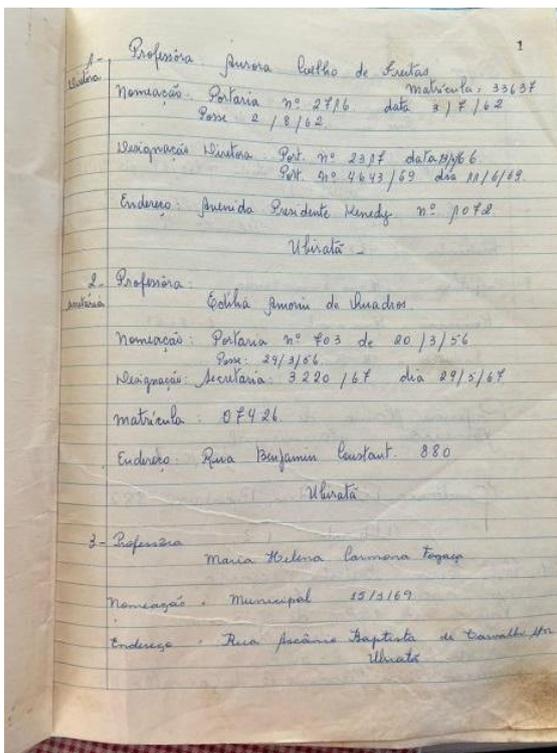
Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

Figura 24: Registro da Ata de Exame de 1961 da Escola Quintino Bocaiuva



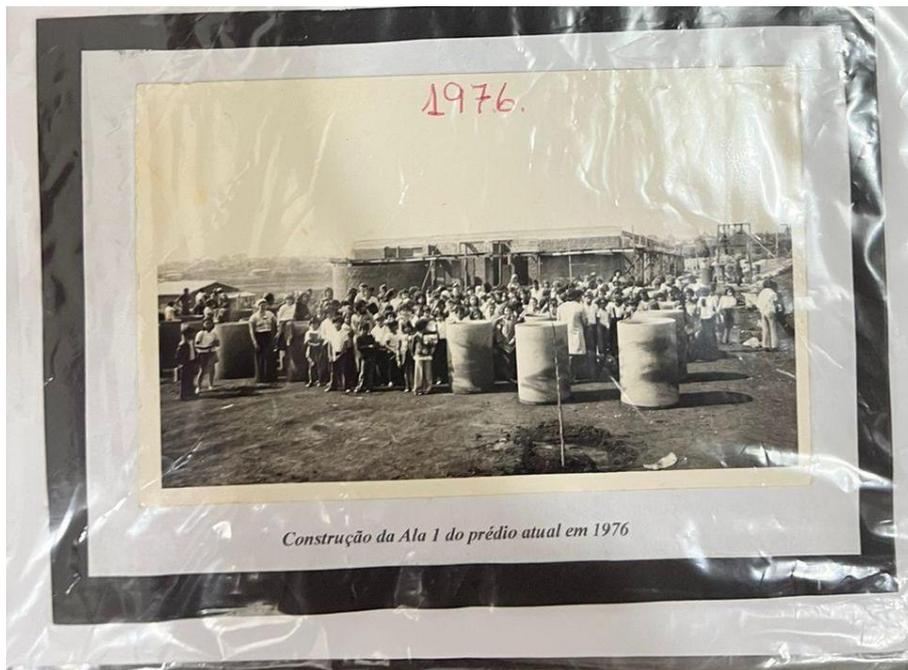
Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

Figura 25: Registro da Ata de Posse de Direção 1962 da Escola Quintino Bocaiuva



Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

Figura 26: Registro da Ampliação de Prédio da Escola Quintino Bocaiuva



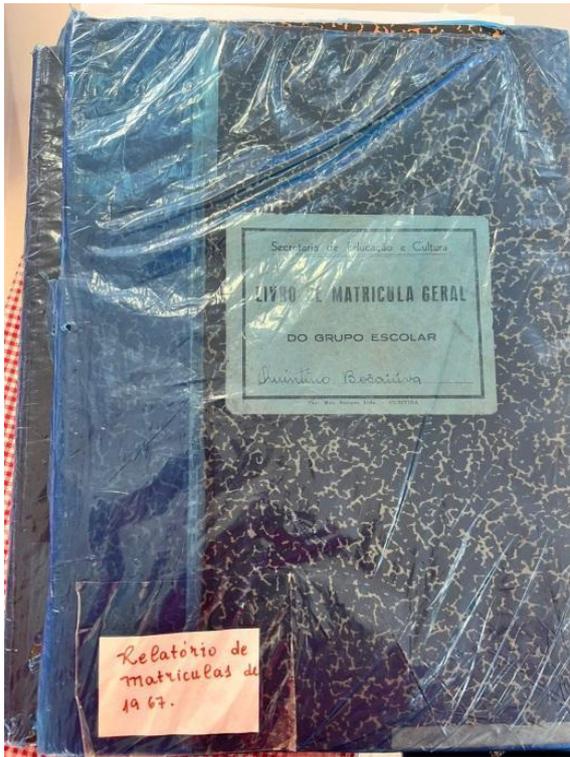
Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

Figura 27: Registro da Comemoração do Dia do Professor da Escola Quintino Bocaiuva



Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

Figura 28: Registro do Livro de Matrícula de 1967 da Escola Quintino Bocaiuva



Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida s/d

Figura 29: Registro da Ata e Relação de Alunos da Escola Quintino Bocaiuva



Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida – s/d

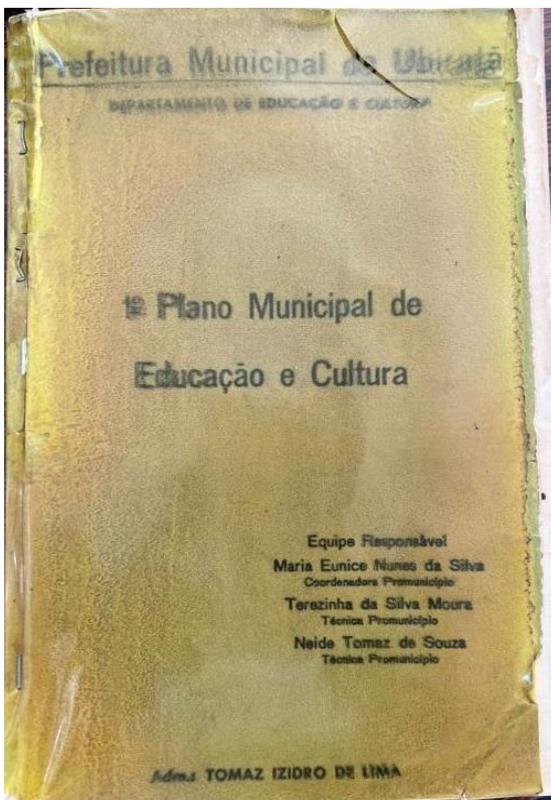
Figura 29: Registro das Turmas e Notas da Escola Quintino Bocaiuva

4º Ano - Matrícula

Nome	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª	21ª	22ª	23ª	24ª	25ª	26ª	27ª	28ª	29ª	30ª	31ª	32ª	33ª	34ª	35ª	36ª	37ª	38ª	39ª	40ª	41ª	42ª	43ª	44ª	45ª	46ª	47ª	48ª	49ª	50ª	51ª	52ª	53ª	54ª	55ª	56ª	57ª	58ª	59ª	60ª	61ª	62ª	63ª	64ª	65ª	66ª	67ª	68ª	69ª	70ª	71ª	72ª	73ª	74ª	75ª	76ª	77ª	78ª	79ª	80ª	81ª	82ª	83ª	84ª	85ª	86ª	87ª	88ª	89ª	90ª	91ª	92ª	93ª	94ª	95ª	96ª	97ª	98ª	99ª	100ª																																																																
Adriana	4,5	3,9	3,5	3,8	4,2	4,1	4,3	4,4	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,2	5,3	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8	5,9	6,0	6,1	6,2	6,3	6,4	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,1	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0	8,1	8,2	8,3	8,4	8,5	8,6	8,7	8,8	8,9	9,0	9,1	9,2	9,3	9,4	9,5	9,6	9,7	9,8	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3	10,4	10,5	10,6	10,7	10,8	10,9	11,0	11,1	11,2	11,3	11,4	11,5	11,6	11,7	11,8	11,9	12,0	12,1	12,2	12,3	12,4	12,5	12,6	12,7	12,8	12,9	13,0	13,1	13,2	13,3	13,4	13,5	13,6	13,7	13,8	13,9	14,0	14,1	14,2	14,3	14,4	14,5	14,6	14,7	14,8	14,9	15,0	15,1	15,2	15,3	15,4	15,5	15,6	15,7	15,8	15,9	16,0	16,1	16,2	16,3	16,4	16,5	16,6	16,7	16,8	16,9	17,0	17,1	17,2	17,3	17,4	17,5	17,6	17,7	17,8	17,9	18,0	18,1	18,2	18,3	18,4	18,5	18,6	18,7	18,8	18,9	19,0	19,1	19,2	19,3	19,4	19,5	19,6	19,7	19,8	19,9	20,0

Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Autoria desconhecida - s/d

Figura 30: Registro do 1º Plano Municipal de Educação



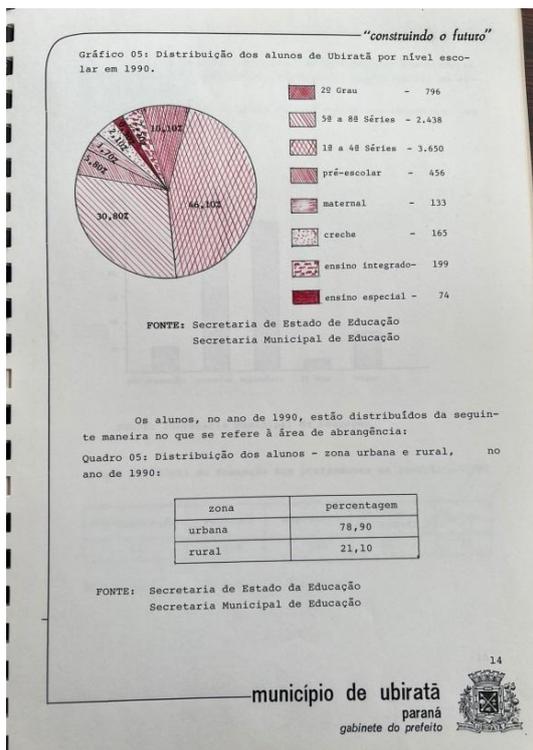
Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubatã - Secretaria Municipal da Educação – s/d

Figura 31: Registro do Mapa do Município



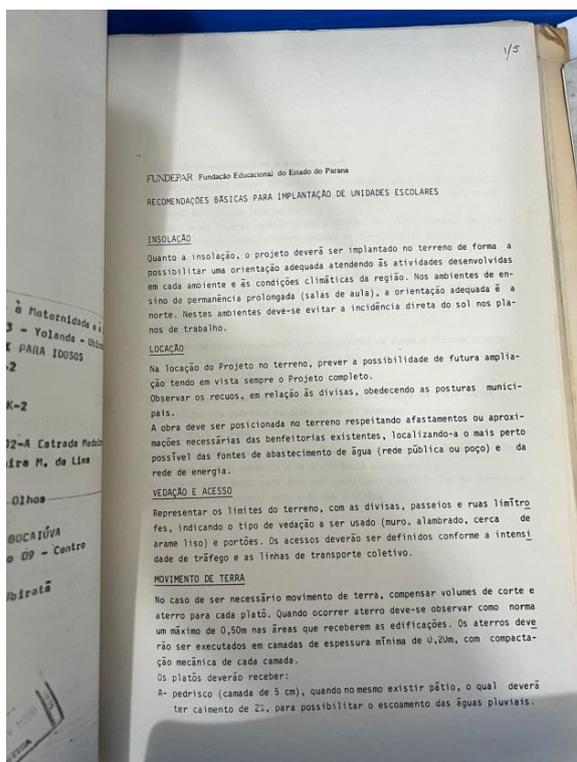
Fonte: Acervo da Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – s/d

Figura 32: Registro da Distribuição de Alunos do Município



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubitatã – s/d

Figura 33: Registro Da Implantação da Unidades Escolares no Plano de Educação



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Cecília Meireles de Ubitatã – s/d

Figura 34: Registro da Ampliação da Escola Quintino Bocaiuva

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
CREA-PR
Planejamento e Projetos ART Nº 868737 -2
 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - LEI 6486, DE 07/12/77

AFIXAR NA OBRA

NOME DO PROFISSIONAL: **SÉRGIO LUIZ SUAKI** Nº de Cadastro: **12.908-D** CREA: **PR**

TÍTULO PROFISSIONAL: **ENGENHEIRO CIVIL**

EMPREGADOR: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIATÃ**

LOCAL DA OBRA: **DIVERSOS** CÍRCULO DA PLANTA: **UBIRATÃ** Nº de Planta: **07350**

CONTINENTE O MANUAL DE INSTRUÇÕES PARTE DE TABELAS NÃO INCLUSIVE O CÓDIGO DE OBRA PARA SER DESEJADO EM FRANCO, SEMPRE INCLUSIVE OS DETALHES DO TRABALHO CONTRATADO NO CAMPO "OBSERVAÇÕES".

VALOR DA TAXA DE ART: **1.300,00** DATA: **14** Nº de FOLHAS: **01** Nº de FOLHAS DE ART: **-**

VALOR DO SERVIÇO: **35.000.000,00** FUNÇÃO: **FUNCIONÁRIO** A TAXA DE ART. DEVERÁ SER PAGA EM FUNÇÃO DO VALOR DOS PROJETOS: **600,00** Nº de FOLHAS: **10** Nº de FOLHAS DE ART: **90**

PROJETOS EM GERAL

SERVIÇOS PÚBLICOS

VIDE VERSO

ASSINATURA: *Suaki* Nº de Matrícula: **459.038.409-49** Ubiatã - Pr. CEP: **87.350** C.G.C.: **76.950.096-0001-10** Ubiatã - Pr. CEP: **87.350**

CREA-PR COMPROVANTE DE PAGAMENTO

VALOR DA TAXA DE ART: **600,00** Nº de FOLHAS DE ART: **XXXX** VALOR DO SERVIÇO: **600,00**

CREA-PR ART Nº 868737 -2

AFIXAR NA OBRA DEVERÁ SER DEIXADA NO LOCAL DA OBRA E APRESENTADA AO FISCAL DO CREA QUANDO SOLICITADA.

Fonte: Biblioteca Cora Coralina - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Prefeitura Municipal – s/d

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO

NOME DA ESCOLA:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO:

FORMAÇÃO: CARGO:

DATA DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1. Quem é o Responsável pelo Arquivo de documentos escolares (nome completo e cargo na escola):

2. Quem trabalha diretamente com o arquivo?

3. Qual a escolaridade do servidor que organiza o arquivo, qual seu cargo? Escolaridade, Cargo.

4. Onde se encontra arquivado os documentos de ex-alunos?

() Sala própria para o arquivo () Junto à secretaria da escola () Junto a outra sala:

5. Do que são constituídos os arquivos institucionais que a Escola conserva?

6. Quais gêneros documentais são encontrados na escola?

Textuais (papéis); Iconográficos (fotografias); Cartográficos (mapas); Informáticos (cd, disquetes); Sonoros; Videográficos.

7. Os documentos arquivados foram gerados na escola ou enviados pelo Estado, Município ou outro órgão externo?

8. Quais informações podem ser encontradas nos arquivos?

9. Como estão organizadas e armazenadas as fontes documentais?

10. Quantas pessoas têm acesso direto ao arquivo?

11. Qual seria um projeto interessante para a escola para preservação, atualização e arquivamento dos documentos escolares?

12. Como é a seleção e eliminação documental?

Acidente; Falta de espaço; Determinação de superiores; Avaliação; Não há eliminação documental.

13. Possui projetos de restauração, organização e conservação de documentos? ()sim ()não

14. 6- Em quantos ambientes o arquivo escolar se encontra?
15. () (2) () 3) () Mais de três() Quais?
16. Os documentos são armazenados em mobiliário? Que tipo?
17. Como é o acesso e consulta aos documentos?
18. Qual o público alvo?
Administração pública ; Estudantes; Comunidade; Uso institucional; Pesquisadores; funcionários
19. Qual a frequência do acesso?
() Diária () Semanal () Mensal () anual () outro Quais?
20. Existem instrumentos de pesquisa (catálogo, guias, índice, inventário, ou mesmo informatizados)?
21. ()sim ()não
22. Quais as condições gerais de acesso ao arquivo? aberto ao público; consulta restrita; sem consulta.
23. Conhece e utiliza alguma Legislação que oriente em relação à conservação e ao descarte destes arquivos? Existe algum ato legal ou normativo que determine o tempo de arquivamento dos documentos arquivados? Sim. Favor anexar. não
24. O PPP do Colégio ou algum outro documento institucional menciona ou faz referência ao arquivo ou a memória da escola?
25. Conhece algum projeto de professor ou professora relacionado com esta temática nos últimos anos na instituição?
26. Existe algum acervo de cultura material da instituição ou alguma sala onde se acumulam coisas que já não se usam? Com cadernos, materiais escolares, mobiliário, bandeira, uniformes que pertencera ao cotidiano da escola. o “quarto da bagunça”, se sim, o que encontramos nele?
27. Quem alimenta o arquivo com novos materiais? Qual a possibilidade de envolver estudantes no arquivamento, alimentação e preservação dos documentos escolares?
28. Existe algum arquivo que tente conservar a memória da instituição para além das questões administrativas?
29. Se não houve tratamento arquivístico por um profissional, você considera

importante receber um trabalho de gestão de arquivos por um arquivista? () Sim () Não

30. Como poderia ser feito para que os documentos e memórias escolares se tornassem públicos e atualizado.

31. Em sua opinião qual seria a contribuição de um historiador nessa instituição como um arquivista e como a universidade poderia colaborar (parceria)?

Link de acesso ao questionário:

https://docs.google.com/document/d/1HywndRyTs7ZgyJopb6dI7mC6eG6Hb7Mf/edit?usp=drive_link&oid=110545652114905756606&rtpof=true&sd=true

ANEXO 3 – ENTREVISTAS

Entrevista 1: Diretor

Sebastião Osmar Beraldo: depoimento [Mar. 2022].

Realizei o planejamento e fiz as anotações sobre alguns pontos que contribuiriam no desenvolvimento do trabalho. Usei de base para os questionamentos, embasados em um questionário sugerido pelo meu orientador (Anexo 2).

No início de março de 2022 então, procurei o Diretor do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva, o Professor Sebastião Osmar Beraldo, falei sobre a proposta da pesquisa do PPGHP em "Arquivos e Memórias Escolares". Na ocasião pedi autorização para a visita ao Colégio, e a conversa com algumas pessoas da comunidade escola, ele prontamente concordou e autorizou. Após despropositalmente, iniciamos uma conversa informal sobre alguns pontos. Ex. os arquivos, a história, a educação do Colégio. Essa conversa me instigou, e a parti desse momento então, agendamos um momento de conversa mais elaborada, uma escuta ativa, ou uma entrevista.

Assim, no dia 22 de março de 2022, fui até o Colégio Estadual Quintino Bocaiuva como combinado. Iniciamos a entrevista que aconteceu em forma de diálogo, não exatamente com perguntas e resposta, mas com uma forma informal para coletar informações. As perguntas foram apenas provocativas.

O diretor fala sobre sua formação em Letras e pós em gestão escolar, também diz que é professor há 38 anos, e nessa instituição de ensino são 35 anos que trabalha. Já foi diretor na gestão de 1994 a 2004, após ficou em sala de aula e retornou em 2020, como gestor e está até o momento.

Fala do início do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva de Ubiratã, que iniciou seus trabalhos com os primórdios da colonização do Município de Ubiratã, por isso é a primeira escola oficial desse município. Fundada em 1959 com o nome de Escola Isolada de Ubiratã.

Perguntei sobre os arquivos escolares, o que são conservados no espaço escolar. Pergunta essa que instigou, dessa forma, a entrevista ficou em forma de conversa. E ele responde:

- Os arquivos institucionais, são muito mais burocráticos do que realmente históricos, aqui a gente guarda documentos antigos, relacionado à vida escolar dos alunos, históricos, livros de classe, livros atas, e documento dos funcionários também. Esses documentos são de uso quase predominante da secretária escolar, até eu tenho pouco acesso. Eles são bem

organizados catalogados, até porque ex.alunos, ex.funcionário, hora ou outra aparecem pedindo cópia para algum fim. Quem organiza, são as meninas da secretária (secretária e auxiliar de secretaria) elas colocam as pastas em ordem, e normalmente seguem instruções da SEED. Que tem normas próprias para o arquivamento, preservação e até incineração e descarte. Ou seja, todo arquivo documental tem uma regra instituída, mas quem recebe, acolhe e faz são o pessoal da secretaria.

A escola tem outros arquivos também, esses são mais valiosos, pena que como nunca tivemos alguém unicamente responsável por isso, em tem lacunas, ou seja, nem tudo pode ser guardado, recuperado. Eu digo dos arquivos da memória, seja ela material ou imaterial. Aqui nós temos um espaço fica ao lado da biblioteca em que a gente guardas, troféus, livros, vídeos, fotos e até parte uma fanfarra, bandinha que a escola usava na década de 70 a 90. Muita coisa por ali. Mas o problema é que as memórias, desses objetos, dessas imagens, desses arquivos, não estão organizados, nem catalogados, foram preservados por várias mãos, mãos de pessoas que se propuseram em preserva, mas sem nenhum real objetivo, ou organização. Apenas entenderam que aquilo é nossa história.

Temos outros espaços da escola que guardamos memórias, nos almoxarifados, na biblioteca, aqui na sala da direção, mas esses materiais apesar de preservados, ele não são catalogados de forma profissional. Em seu dia a dia eles são higienizados, são apenas mantidos limpos, mas fica ai "amoitados", (disse ele entre risos). Poucas pessoas tem acesso, e não é nem por esconder, é porque eles não estão disponíveis de forma fácil. Não há nenhum incentivo aos alunos a comunidade de procurar e pesquisar esse material, mas quando alguém procura nós fazemos questão de mostrar, até porque para nós é muito bom lembrar também.

Perdemos muito material, arquivos, memórias por nós não termos um espaço organizado para arquivar. Hoje também tem muita coisa digital, documentos, fotos os arquivos, enfim, muita coisa, mas nem sempre isso facilita. Porque se não houver uma organização, um espaço próprio para guardar, essas coisas se perdem. Ou às vezes são descartadas sem nem imaginarem o quanto é importante.

Aqui quem guarda ou descarta, pode ser qualquer um. Como nós não temos uma pessoa, uma equipe, nem um lugar organizado. Depende de quem está naquele setor pode guardar ou descartar, e há muito rodízio de funcionários, como não há um projeto de restauração, organização e conservação, a eliminação documentação pode acontecer por diversos fatores, falta de espaço, acidente, falta de espaço, determinação de superiores depende na verdade de quem está atuando naquele setor, ou nos setores, tipo biblioteca, almoxarifado, enfim os cantinhos da escola.

Os documentos estão disponíveis a todos, mas as comunidades normalmente não nos procuram e seriam difícil se procurasse porque nós perderíamos bastante tempo auxiliando a pesquisa, já que os arquivos não estão dispostos e organizados.

Recebemos até algumas doações de materiais que já fizeram parte do colégio. Pessoas que por algum motivo precisavam se desfazer, e acabaram pedindo para trazer para cá, imaginando que aqui seriam armazenados e conservados.

Os arquivos que nós temos estão bem conservados, mas não tem nenhum espaço específico, nenhum funcionário específico que manuseio, ou organize. Dessa forma, ele se torna restrito, sem acesso a todos da comunidade escolar.

Áudio Link da Entrevista Com o Diretor Professor Sebastião Osmar Beraldo.
https://drive.google.com/file/d/1mOriEYm8C6G79JM0EoHG5-3rlhR3ce0A/view?usp=drive_link

Entrevista 2 - Bibliotecária

Giani Maria da Silva: depoimento [Mar. 2022]

No dia 24 de março do ano de 2022, procurei uma funcionária do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva para um diálogo sobre o assunto "Arquivos e Memórias escolares". A Funcionária foi propositalmente escolhida por mim. Ela trabalha na instituição há bastante tempo e também desenvolve um trabalho que colabora com o arquivamento e com a organização da história do referido colégio e esse foi o critério da escolha. Essa funcionária é uma das pessoas como muitas, que pode de forma formal e informal colaborar com a construção dessa ideia, e colaborar com a compreensão sobre os meios que são utilizados para o arquivamento no momento atual. Como a instituição arquiva e guarda sua memória.

Partindo da premissa que o público participa da construção da história, foi realizada a entrevista visando coletar informações para a compreensão e colaboração sobre a forma que o ambiente escolar, guarda suas memórias. Então realizei a entrevista com a finalidade de identificar as formas de arquivamento que havia no Colégio, e com o intuito de compreender, problematizar e coletar de dados sobre o tema.

Apresento-me como mestranda previamente à entrevistada, falei sobre o motivo da entrevista, e apresentei a proposta do meu projeto e levantamos antemão o assunto a ser dialogado. Ela se dispôs, aceitou participar então seguimos com a conversa. Segue abaixo o diálogo transcrito.

"Meu nome Giani Maria da Silva, formada em Letras e Especialista em letras. Exerço hoje o cargo de Técnica Pedagógica, porém, fui professora de Português por vários anos, mas devido ao meu estado de saúde, fui desviada da função e depois readaptada para outra função, já que eu não tinha condições de exercer mais minha função de concurso por questões de saúde, assim fui designada para auxiliar na biblioteca da escola.

Aqui no Colégio não temos um responsável pelos arquivos e documentos escolares que não sejam os administrativos. Não há um responsável "fixo" (determinado) para realizar essa atividade, normalmente quem faz o arquivamento é quem está atendendo na biblioteca, ou que esteja na limpeza do almoxarifado, ou seja, é um funcionário designado pela direção, e pode ser trocado conforme a necessidade, não há nenhum funcionário concursado para essa área.

Em relação aos documentos escolares administrativos, há sim uma obrigatoriedade em serem arquivados, e isso fica a cargo da secretária nomeada. Os arquivos ficam disponíveis na secretaria da escola e a responsável é a secretária chefe do departamento.

Se alguém precisar de alguma material da escola, ou para visitação, ou para pesquisa, são os documentos da secretaria estarão em ordem, porque nos outros setores não h a uma pessoa específica, h a apenas uma organizamos interna sobre isso, na verdade não muito organizada e qualquer funcionário pode ter acesso, vai depender de quem está disponível no momento para atender o pesquisador, e vai poder colaborar para que o mesmo tenha acesso ao material, mas desde que seja autorizado pela direção.

Há locais específicos para os documentos, porém, não é um lugar único, pois se dispõe em vários ambientes, exemplo: alguns ficam na sala da direção, outros na biblioteca, outros arquivamos de forma digita, temos uma salinha de almoxarifado e outros referente mais a documenta o escolar ficam na secretaria da escola.

Sobre os arquivos digitais eu acho até preocupante porque a um tempo atrás, não lembro a data exata, mas há uns três ano mais ou menos, a equipe diretiva solicitou o arquivamento de fotos vídeos e documentos de forma digital, por entender que era algo que poderia estar mais organizado e disponível a eventuais procuras.

Fomos organizando em pastas, em arquivos no computador, tinham fotos vídeos, etc , com datas e anotações sobre o evento. Porém, sem muito informa es, fizemos um arquivamento de forma simples, sem nenhuma medida de segurança, e nenhuma orienta o de um profissional, porém o computador teve problemas técnicos e perdeu-se todos registros, os arquivos que estavam salvos no PC, s  ficaram salvos os documentos, fotos e vídeos, que estavam na rede social (Facebook) do Colégio, foi perdido muita coisa, principalmente dos anos mais recentes.

Devido a isso optaram por não mais arquivar, porém, também não organizaram uma outra forma mais segura para preservar os arquivos, “não temos mais um lugar específico pra guardar esses registros e a única forma de arquivos que permaneceu, são as redes sociais”.

Eu fico preocupada com isso, muita coisa está se perdendo, e a memória também, porque nada se registra e mesmo que alguns documentos, arquivos são salvos em pastas no computador da biblioteca, ainda assim não é de forma organizada, é apenas para mantê-los arquivados mesmo, não estão disponíveis e nem seguros.

A “Era digital”, até trouxe uma certa segurança a princípio, porém, ela precisa ser adequada para esse trabalho de arquivamento, a gente percebeu isso, algo que não foi pensando antes de perder todos os arquivos que perdemos. E por acreditar que era seguro, nós sessamos as impressões, arquivos de papeis, revela o de fotos e dados, e agora não há praticamente mais nada físico referente aos últimos anos 2017 a 2022, “fomos deixando de arquivar. Perder parte dos arquivos é uma preocupa o para a Institui o, reconhecemos os

prejuízos que há devido a essa lacuna histórica.

Se alguém chegar aqui hoje e pedir material para pesquisa temos dificuldade em fornecer, aliás, temos muita coisa, só difícil saber onde, e eu já trabalhei em outras escolas e infelizmente essa é a realidade praticamente de todas.

Parte do acervo antigo ainda temos impresso, mas os mais recentes, a maioria se perderam e dos poucos que nos restam, encontramos mais facilmente nas redes sociais, maioria são só “virtual”, “digital”. “Sim, hoje só temos o que salvamos na rede sociais ou mesmo nos arquivos, antigos eu ainda conseguiria te mostrar algumas coisas impressas e físicas”.

Os documentos escolares institucionais, não especificamente de memória, ainda são arquivados de forma impressa também digital, mas as memórias não há muitos registros mais.

Infelizmente não temos nenhum projeto de preservação, conservação e restauração dos documentos escolares, arquivos e memórias, apesar de já ter sido cogitada essa ideia, não houve sucesso, não há um funcionário específico para isso, e a demanda de funcionários é pouca para o trabalho, assim não se consegue alguém que realize esse trabalho voluntariamente, o ideal é que conseguíssemos uma parceria, ou um projeto com os alunos.

O material que temos na escola, os arquivos podem ser acessado pelo público não é algo restrito, porém, como não tem um lugar específico para o arquivamento e nem é catalogados e organizados apesar de ser possível o acesso, ele é pouco disponível, na maioria das vezes ele só serve como pesquisa ou observação, dali só se retira informações, o público não consegue construir um diálogo entre o material e o vivenciado a não ser que ele participou daquele momento.

A Instituição permite que qualquer pessoa tenha acesso ao material, pra isso hoje é necessário entrar em contato com a secretaria e solicitar depois pedir autorização para o Gestor Escolar que é o responsável pela preservação dos bens materiais da escola, caso seja documento administrativos, qualquer interessado pode procurar a secretaria e ela dispõe o que é preciso e a secretária acompanha toda a visitação.

Os arquivos de memórias são baseados na sua maioria em fotos, poucos objetos, porém, não são catalogados, nem organizados com fácil acesso mas com informações que não estão disposto de forma clara para o público. “Temos o material, mas não é organizado para o acesso ao público”.

A organização para o arquivamento da escola é fundamentada nas orientações administrativas, e estão relacionadas especificamente ao material administrativo, como preservação e descarte. A escola acompanha as resoluções vigentes, as orientações referente a documentação escolar.

O PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola não aborda nenhum projeto com a proposta de preservação da memória da escola, nem sobre a necessidade de arquivamento e registro desses arquivos de memória. O PPP (Projeto Político Pedagógico) faz apenas um apanhado do histórico da escola no preâmbulo.

Como em muitos lugares a história desta escola tem parte dela na memória das pessoas que compôs e compõe a comunidade escolar. Temos um depósito “o quarto da bagunça” que encontramos, com alguns cadernos, livros, estêncil, banda, vestuário utilizados em apresentações, materiais antigos que permanecem naquele canto apenas “guardadas.

Seria viável desenvolver um projeto junto aos estudantes para incentivar o arquivamento da história e da memória da escola, pois seria uma forma de “alimentar” esses arquivos, manter “vivos” esses arquivos “mortos”. A maioria dos alunos que ali estudam são filhos de pais que já estudaram ali também, e até eles podem ter em casa algo sobre o colégio, e isso vai para além de um projeto de preservação, mas de pertencimento e de valorização do ambiente escolar e de sua formação.

Não houve tratamento arquivístico por um profissional, quem sempre decidiu o que arquivar foram leigos, que por cuidado com a escola e amor a profissão e ao lugar no qual trabalham acabaram guardando algumas “lembranças”, as vezes até de forma despropósito.

Áudio 1 Link Entrevista Giani Maria da Silva. 1 - https://drive.google.com/file/d/15NfE0acdOWazT9JCNrZ1pnkIuzJzCkTX/view?usp=drive_link

Entrevista 3 – Secretária

Denice Rodrigues da Silva: depoimento [Mar. 2022].

No dia 27 de março do ano de 2022, conversei com a funcionária de o Colégio Estadual Quintino Bocaiuva auxiliar de secretaria, sobre o assunto "Arquivos e Memórias escolares".

A Funcionária foi escolhida por mim por trabalhar a muito tempo na escola,

Nome dela é Denice Rodrigues da Silva, é formada em Administração-Bacharelado e em Matemática - Licenciatura Plena. Trabalha na secretaria do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva há 19 anos, desenvolveu um trabalho que colaborou com o arquivamento e com a organização da história do referido colégio e esse foi o critério da escolha. Ela ajudou a elaborar parte do preâmbulo e histórico da escola, o que tem de mais recente e completo, dessa forma, ela foi uma das responsáveis em transcrever os diálogos, os arquivos de memórias da comunidade, já quem para a elaboração desse documento, não havia muitos registros materiais. Ela junto com a ex. Diretora professora Neide Escarsi, que foi a idealizadora de um trabalho de "resgate histórico", resgataram e transcreveram mesmo que de forma simples e informal, informações importantes e significativas para a escola.

Contextualizando, segundo os relatos da entrevista, sobre o que ouviu e escreveu. Apesar de trabalhar na secretaria e estar diretamente ligada a documentos institucionais ela participou e participa de registros de arquivos para além dos exigidos por lei e pelo cargo que desempenha. Segundo Denice:

Trabalhamos com documentos escolares, institucionais e burocráticos, mas reconhecemos que a escola tem muito mais a registrar. Histórias, memórias que ouvimos, contadas por aqueles que estão aqui e por aqueles que já passaram por aqui, longas conversas e boas histórias, eles falam o que vivenciaram, participaram.

As histórias, memórias que ouvimos, contadas por aqueles que estão aqui e por aqueles que passam e já passaram por aqui, longas conversas e boas histórias, eles falam o que vivenciaram, apesar de não ter nenhum mecanismo para registro ela é a memória viva do Colégio. Há um constante descarte de boa parte do que produzimos na escola, seja em atividades pedagógicas, ou documentos administrativos, pois tudo o que tem mais de cinco anos, não precisa ser guardado e pode ser são destruídos, claro que isso depende muito das normas e resoluções da SEED, são determinações administrativas que seguimos para uma organização, e na verdade a escola não tem espaço para acumular tanto papel que não são considerados importantes administrativamente, nós que estamos aqui valorizamos, mas sem um lugar específico fica difícil guardar tudo, precisamos de organização para que esse

material faça sentido para outros, para pesquisas e conhecimentos daqueles que não vivenciaram.

Questionei a secretária sobre quem decide sobre o que guardar. Ela responde:

Seguimos a orientação da SEED, na verdade a secretaria da escola segue as resoluções vigentes em relação ao descarte de documentos, mas esses documentos são administrativos, o que deve permanecer na escola, sobre a vida escolar, funcional, enfim, ele é referente à vida escolar legal do estudante e do funcionário. Normalmente é solicitado aqui na secretaria para fins de comprovações de escolaridade ou de antigos funcionários querendo comprovar algo

Mas nem tudo também que se produz na escola vira material vai para o lixo, nem é incinerado ou descartado. Muita coisa se guarda sim pelos cantos da escola, para além de documentos de comprovação da escolaridade dos alunos e da vida profissional de professores e funcionários, "aqui se registra e preserva". São muito mais burocráticos do que realmente históricos, mas também são guardados documentos relacionado à acontecimentos históricos, aos livros de classe, livros atas, e documento dos funcionários também. Esses documentos são de uso quase predominante da secretária escolar.

Os registros administrativos permanecem na secretaria da escola ou ainda em espaços destinados para serem guardados. Na secretaria da escola eles ficam fechados com chave e/ou em prateleiras de arquivos, localizados em espaços de acesso restrito. Não temos nenhum regimento interno de como arquivar ou guardar os documentos pedagógicos por exemplo da escola, seria bem interessante se a escola se organizasse para isso.

Entrevista 4 – Professora.

Angela Maria Bortoli: depoimento (áudio) [Jan. 2023].

A partir de uma conversa informal com a Professora Angela Maria Bortoli, ela me explicou sobre as possibilidades e viabilidade de criar um site: Memorial do Colégio Estadual Quintino bocaiuva de Ubiratã. Assim pedi para que ela explanasse o assunto para que eu pudesse usar sua fala de modo a exemplificar melhor nesse trabalho, como o mesmo pode ser desenvolvido, e como vincular o site memorial e história pública.

Então, em novembro de 2022 recebi áudios que transcrevo abaixo conforme sua explicação.

Eu sou a professora Ângela Maria Bortoli, sou formada na área de ciências sociais, trabalho com a disciplina de pensamento computacional. Venho falar sobre as possibilidades de trabalhar com a história pública, montando um site é com a linguagem html dentro da disciplina de pensamento computacional, a disciplina de pensamento computacional engloba conceitos da linguagem bloco, linguagem html e CSS e é possível trabalhar com os alunos inseridos na escola a elaboração de um site voltado para o público, contemplando todos os conceitos é da história pública e também resgatando o memorial do Colégio Estadual Quintino bocaiuva de Ubiratã.

É importante a gente trabalhar a criação de sites da página da internet, porque os alunos além deles estarem trabalhando a disciplina de pensamento computacional ele se envolvem com a criatividade, desenvolvem autonomia do conhecimento e, além disso, eles é possível conhecer a história a história local e também da comunidade onde a escola está inserida, já foi trabalhado em anos anteriores com outras escolas o projeto empreendedor, capacitando os alunos a desenvolverem a suas próprias habilidades na área tecnológica, e também no desenvolvimento das habilidades com as tecnologias. Isso se tornou bem atraente dentro da sociedade porque as pessoas puderam é visualizar o trabalho desses alunos, interagir com eles através desse site.

A página é desenvolvida dentro do pensamento computacional com a linguagem html e CSS (serve para estilização da página) dentro de um alojador chamado Gaterubi, e as pessoas o público pode visualizar essa página, e todos os registros que contém nela, serviços, registros, as histórias, os dados e assim ela passa a ser pública a partir da participação do público quando vem também interagir através de mensagens enviadas, através de um chat, forms, e então isso se torna importante. Um resgate memorial quando a gente trabalha a criação de um site voltado para esse segmento da história pública.

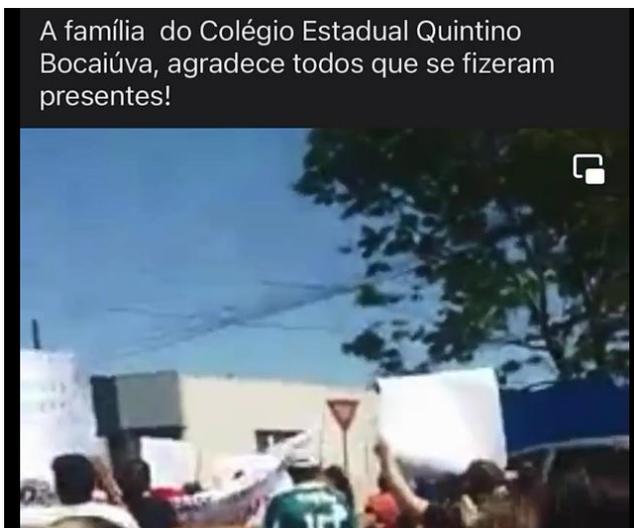
Áudio 1 Link Entrevista Professora Angela Maria Bortoli.1
https://drive.google.com/file/d/17MUsTnbRSaE6Vp9nql_TpCW0-lpWpZdB/view?usp=drive_link

Áudio 2 Link Entrevista Professora Angela Maria Bortoli.2
https://drive.google.com/file/d/1AnjjaFQQ77ZUfh832wS5JvXK0X6PqFDH/view?usp=drive_link

Áudio 3 Link Entrevista Professora Angela Maria Bortoli.3
https://drive.google.com/file/d/1R_qRHU9HMitEPx7UAvrgnEPcZOb2MRRf/view?usp=drive_link

ANEXO 4 - VÍDEOS

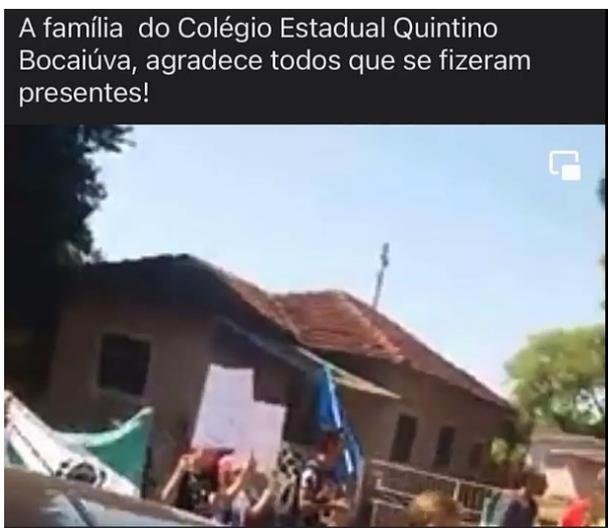
Vídeo em prol do não fechamento do Colégio Quintino Bocaiuva: Outubro- 2019



Link do vídeo: https://drive.google.com/file/d/103zlnmB3aYKVRS8tvkH-6abHA27fuD0Z/view?usp=drive_link

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - 2009

Vídeo da Manifestação Pública. Outubro- 2019

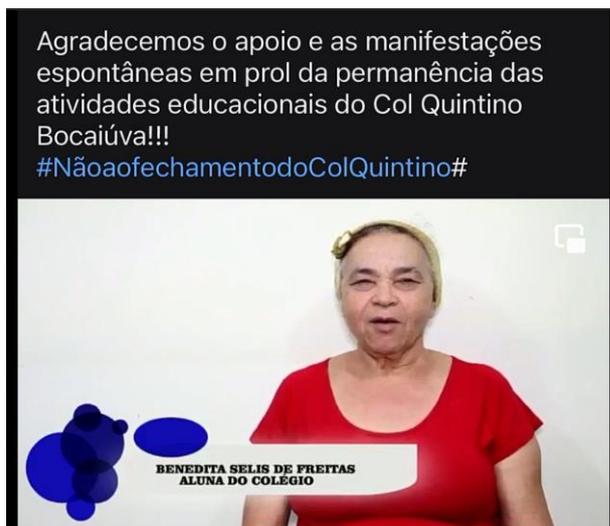


Link do vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1UtEAQBKVi9PeI52C3NFjBBGgcdSphvCO/view?usp=drive_link

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009

Vídeo da Aluna da EJA. Outubro- 2019



Link do vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1CbZgZRT4NZNghzSJx25_vTsy_MamInd/view?usp=drive_link

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009

Vídeo da Representante Escolar na Câmara Municipal de Ubiratã. Outubro- 2019



Link do vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1DbzBfelFuwljNTHahLxREbrUZtUhrxJ/view?usp=drive_link

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009

Vídeo do Movimento da População em prol do não fechamento. Outubro- 2019



Link do vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1FTqwNRawgfZ_YLZ6DsDV8f3GvgGAEbH-/view?usp=drive_link

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009

Vídeo da Reportagem RPC - Paraná. Outubro- 2019

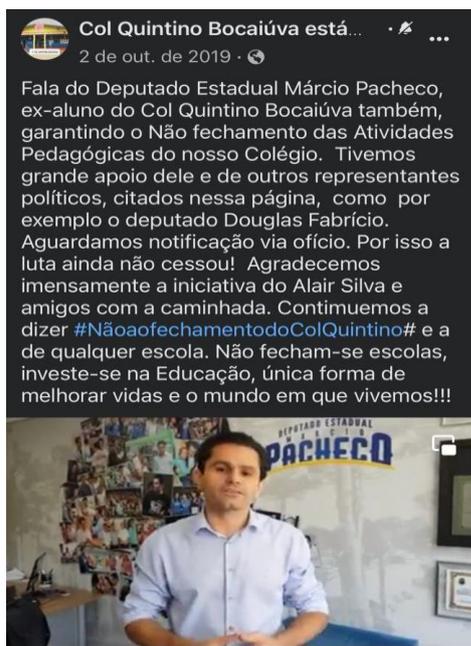


Link do vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1IkP4DyAH7rTFdWQzEeN71FTUBoxU0KKu/view?usp=drive_link

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009

Vídeo Apoio Político. Compartilhado via rede sociais. Outubro- 2019

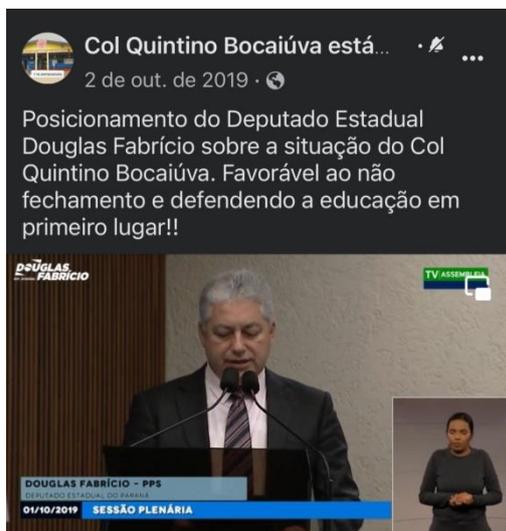


Link do vídeo:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=731390107288276&id=100012518804095&mbextid=v7YzmG

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009

Vídeo Apoio Político. Compartilhado via rede sociais. Outubro- 2019



Link do vídeo:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=731226850637935&id=100012518804095&mbextid=v7YzmG

Fonte: Arquivos da rede social - Colégio Estadual Quintino Bocaiuva – 2009